



Universidade Federal
de São João del-Rei



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: TEORIA LITERÁRIA E
CRÍTICA DA CULTURA

JÚLIO CÉSAR PAULA NEVES

**A VIOLÊNCIA VERBAL EM COMENTÁRIOS DE PUBLICAÇÕES
DA PÁGINA DO SENADO FEDERAL NO *FACEBOOK***

São João del-Rei

Agosto de 2019



Universidade Federal
de São João del-Rei



JÚLIO CÉSAR PAULA NEVES

A VIOLÊNCIA VERBAL EM COMENTÁRIOS DE PUBLICAÇÕES
DA PÁGINA DO SENADO FEDERAL NO *FACEBOOK*

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Linha de Pesquisa: Discurso e Representação Social

Orientadora: Prof. Dra. Dylia Lysardo-Dias

Júlio César Paula Neves

A violência verbal em comentários
de publicações da página do Senado Federal no *facebook*

Banca Examinadora



Prof.^a Dr.^a Dylia Lysardo Dias – UFSJ
(Orientadora/Presidente)



Prof. Dr. Márcio Rogério de Oliveira Cano – UFLA
(Titular Externo)



Prof. Dr. Ivan Vasconcelos de Figueiredo - UFSJ
(Titular Interno)



Prof. Dr. Luiz Manoel da Silva Oliveira
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Letras

Setembro de 2019

AGRADECIMENTOS

À CAPES, pela bolsa de estudos, imprescindível, e pelo incentivo aos trabalhos de pesquisa no Brasil. Que nenhum desgoverno consiga desmerecer ou fazer desacreditar a ciência produzida em nosso país, principalmente a promovida pela universidade pública;

À professora Dylia Lysardo-Dias, pela orientação sempre cuidadosa. Agradeço pelo incentivo, confiança, paciência, compreensão e interesse constantes. Sempre, carinhosamente, disponível e disposta a me ajudar em todos os momentos conflituosos deste processo;

Aos professores Márcio Cano e Ivan Figueiredo, por terem aceitado participar desse importante momento da minha vida acadêmica e por, com isso, me ajudarem a perceber as limitações e potencialidades do trabalho;

À minha família, que sempre me deu equilíbrio e forças. Aos meus pais, Maria de Lourdes e Silvio, que durante toda minha trajetória me apoiaram me dando carinho e amor, mesmo de longe, e por vibrarem comigo em todas as minhas conquistas. À minha irmã, Juliana, pelo companheirismo durante todos esses anos e por ser minha inspiração para chegar até aqui. Gratidão por terem acreditado em mim, quando muitas vezes, nem eu mesmo acreditei. Todo meu amor por vocês;

Aos amigos Afonsinho, Bruno Venâncio, Cássio, Rodrigo, Thales e Noêmia pela afeição e pelas conversas sempre divertidas e afáveis. Agradeço imensamente por me presentear com sua amizade e generosidade;

Ao Wilgner, por compreender esse momento *hard* de minha vida e, mesmo assim, decidir por estar ao meu lado, obrigado por tudo!

Aos meus velhos amigos, que sempre me recebem com carinho e que me ajudam a conhecer a mim mesmo. Obrigado por estarem comigo em mais uma etapa!

Aos amigos que fiz em São João del-Rei, principalmente aos companheiros de turma no mestrado, agradeço a vocês que trouxeram mais leveza a este estranho percurso que nos propusemos a fazer. Obrigado pelos momentos que passamos juntos!

Enfim, e acima de tudo, agradeço a Deus, por não me deixar perder a fé e não desistir, pois mesmo quando perdi as forças, e pensei em deixar tudo para trás, Deus me deu esperanças para recomeçar e seguir. Hoje a alegria que meu coração sente, só Ele sabe a dimensão!

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar discursivamente a violência verbal nos comentários de publicações da página oficial do Senado Federal no *Facebook*. O *corpus* é constituído por dez comentários de quatro publicações dos dias 20 e 21 de fevereiro de 2018, sobre o decreto de intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro, cuja justificativa é pôr fim ao comprometimento da ordem pública no Estado. Consideramos que dentro das redes sociais, o *Facebook* configura-se como um ambiente muitas vezes conflituoso onde, por meio dos comentários dos usuários, notamos a presença da violência verbal. Como base teórico-metodológica, nos amparamos, principalmente, nos estudos de Castells (1999) e Lévy (2010a, 2010b) sobre as redes sociais e o ciberespaço; para abordar a linguagem e moral, utilizamos Paveau (2015); para discorrer sobre a violência verbal, nos apoiamos basicamente em Kayany (1998), Culpeper (2011), Cunha (2012, 2013) e Balocco (2016, 2017); para analisar os comentários, servimo-nos de Charaudeau (2014) ao tratar dos modos de organização enunciativo e dos procedimentos discursivos de definição, comparação, citação, e descrição narrativa. A pesquisa apontou que, na maioria dos comentários, o sujeito comentante busca afastar-se daquele que é ofendido, assumindo para si características contrárias. No que se refere à violência verbal, notamos que ela funda-se em uma questão axiológica observável a partir do contexto.

Palavras-chave: violência verbal; comentários eletrônicos; ciberespaço; *Facebook*.

ABSTRACT

The present dissertation aims to discursively analyze verbal violence in the comments session of different publications in the official page of the Brazilian Federal Senate. The corpus is constituted by ten comments extracted from four different publications posted on February 20 and 21, 2018, on the public security intervention decree, which aims to take the control over public order back in the hands of the State. We consider Facebook a particularly conflictual environment among the social networks, and therefore, through user comments, we note the presence of verbal violence. As a theoretical and methodological basis, we base ourselves mainly on the studies by Castells (1999) and Lévy (2010a, 2010b) on social networks and cyberspace; To address language and morals, this work was supported by Paveau (2015); To discuss verbal violence, we rely mainly on Kayany (1998), Culpeper (2011), Cunha (2012, 2013) and Balocco (2016, 2017); To analyze the comments, we've based on Charaudeau (2014) when dealing with the enunciative modes of organization and the discursive procedures of definition, comparison, quoting, and narrative description. The research indicates that, in most cases, the subject behind the comment seeks to stray away from the offended collocutor, trying to differ from what he accuses - assuming opposite characteristics. Therefore, we notice verbal violence is founded on an axiological issue, observable from the context.

Keywords: verbal violence; electronic comments; cyberspace; *Facebook*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1– Redes sociais mais usadas no mundo. Fonte: Techtudo.	33
Figura 2– Botões alternativos ao “Curtir” do Facebook. Fonte: <i>Facebook</i>	35
Figura 3– Caixa de comentário do Facebook. Fonte: <i>Facebook</i>	37
Figura 4 – Publicação 1 (Exemplo). Fonte: <i>Facebook</i>	65
Figura 5– Comentário 6 (Exemplo). Fonte: <i>Facebook</i>	66
Figura 6– Comentário 10 (Exemplo). Fonte: <i>Facebook</i>	67
Figura 7– Publicação 4 (Exemplo). Fonte: <i>Facebook</i>	68
Figura 8– Comentário 1 (Exemplo). Fonte: <i>Facebook</i>	70
Figura 9– Comentário 2 (Exemplo). Fonte: <i>Facebook</i>	71
Figura 10– Comentário 5 (Exemplo). Fonte: <i>Facebook</i>	71
Figura 11– Página inicial do Senado Federal. Fonte: <i>Facebook</i>	74
Figura 12– Políticas de uso. Fonte: <i>Facebook</i>	75
Figura 13– Publicação 1. Fonte: <i>Facebook</i>	77
Figura 14– Publicação 2. Fonte: <i>Facebook</i>	79
Figura 15– Publicação 3. Fonte: <i>Facebook</i>	81
Figura 16– Publicação 4. Fonte: <i>Facebook</i>	82
Figura 17– Comentário 1. Fonte: <i>Facebook</i>	84
Figura 18– Comentário 2. Fonte: <i>Facebook</i>	87
Figura 19– Manifestoches. Fonte: Pragmatismo Político (2018).	89
Figura 20– Vampirão da Tuiuti. Fonte: Midianinja (2018).	91
Figura 21– Comentário 3. Fonte: <i>Facebook</i>	92
Figura 22– Comentário 4. Fonte: <i>Facebook</i>	94
Figura 23– Comentário 5. Fonte: <i>Facebook</i>	96
Figura 24– Comentário 6. Fonte: <i>Facebook</i>	98
Figura 25– Comentário 7. Fonte: <i>Facebook</i>	100
Figura 26– Comentário 8. Fonte: <i>Facebook</i>	102
Figura 27– Comentário 9. Fonte: <i>Facebook</i>	104
Figura 28– Comentário 10. Fonte: <i>Facebook</i>	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Violência verbal.....	53
Quadro 2 – Natureza da violência verbal.....	60
Quadro 3 – CE – Construção enunciativa.....	69

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I- AS REDES SOCIAIS E O <i>FACEBOOK</i>	16
1.1 A sociedade em rede e a emergência do ciberespaço.....	16
1.2 A mobilidade: do computador aos novos aparelhos eletrônicos.....	23
1.3 Midiatização e interação nas redes sociais	25
1.4 <i>Facebook</i> : novas formas comunicacionais e funcionalidades	32
1.5 O gênero comentário eletrônico	38
CAPÍTULO II- A VIOLÊNCIA VERBAL.....	43
2.1 Axiologia, moral e linguagem	43
2.2 Violência verbal: concepções e reflexões.....	47
2.3 Características da violência verbal.....	53
CAPÍTULO III- ANÁLISE DA VIOLÊNCIA VERBAL NOS COMENTÁRIOS.....	62
3.1 A presença do sujeito nos comentários.....	62
3.2 Procedimentos discursivos.....	69
3.3 A página oficial do Senado Federal.....	72
3.4 Apresentação do material de análise	75
3.5 A violência verbal nos comentários	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111

INTRODUÇÃO

As redes sociais na internet têm se mostrado um espaço de grande interatividade, pois a possibilidade de acesso às plataformas digitais permite a comunicação e a propagação de conteúdos diversos, tornando-se um espaço atrativo. Entretanto, existem diferenças entre a interação presencial e a interação por meio de redes sociais mediadas por dispositivos eletrônicos; observamos que a internet e suas ferramentas permitem que as pessoas se expressem e se comuniquem de diferentes formas. Isso ocorre em razão de a praticidade de ter aparelhos com diversas funcionalidades e a possibilidade de se manter conectado intermitentemente se configurar como uma alternativa possível de interação.

Com o surgimento da internet e desses aparelhos digitais, surgem também certos desafios na interação dos usuários como, por exemplo, se adequar a outra forma de comunicação observando noções de espaço e de tempo e a adequação da linguagem.

Nessa pesquisa, partimos da hipótese de que, dentro das redes sociais, o *Facebook* se configura como um ambiente plural e, muitas vezes, conflituoso, permitindo aos seus usuários interagir e se expressar sem grande preocupação com os modos de utilização da língua. Entendemos que essa forma de tratamento se inscreve na problemática da linguagem violenta circulante na internet, uma vez que os comentários são carregados de posicionamentos éticos e morais que apontam para a desqualificação e desmerecimento de outros sujeitos comentantes, de grupos ou de terceiros.

Consideramos que pesquisar a violência verbal no campo midiático tem sua relevância, visto que trata-se de uma interação mediada em que as pessoas não estão face a face; logo podem se sentir menos expostas e assim serem mais hostis. Isso nos possibilita descrever casos em que o embate de ideias e posicionamentos, sobretudo aqueles marcados pela intencionalidade de ofender, e desqualificar podem desencadear marginalização ou exclusão de indivíduos ou grupos.

Ademais, além de os comentários com violência verbal envolverem pessoas públicas, como políticos e artistas, dentre outros, eles nos chamaram a atenção pela capacidade e possibilidade de interferirem na vida de quem sofre esse tipo de violência, que teria de lidar com a estigmatização e a humilhação.

O relativo ineditismo da abordagem dessa pesquisa está em tratarmos da violência verbal não a partir da polêmica, como alguns estudos embasados em Amossy (2011, 2017), mas em sua relação com a ética e a moral. Dessa forma, nos amparamos nas proposições de Paveau (2015) para propormos uma reflexão sobre a existência de critérios morais que regulam a produção discursiva, sobretudo em relação à violência verbal.

A questão que orienta essa pesquisa é: como a violência verbal se configura nos comentários dos seguidores da página do Senado Federal? Partindo deste questionamento, o objetivo geral dessa pesquisa é analisar discursivamente a violência verbal nos comentários de publicações da página oficial do Senado Federal no *Facebook*.

Os objetivos específicos são: (i) investigar o funcionamento discursivo das redes sociais, considerando a facilidade/viabilidade da publicação de comentários ofensivos; (ii) caracterizar o comentário eletrônico como gênero; (iii) identificar a natureza da violência verbal nos comentários do *Facebook* na página oficial do Senado Federal e, por fim; (iiii) mapear as ocorrências que apontam para posicionamentos ofensivos nos comentários.

Trazer para o centro das discussões a problemática da violência verbal e mostrar como ela se constrói através da linguagem indica uma das maneiras como os sujeitos interagem no ambiente virtual e de que forma essas interações são capazes de produzir determinados efeitos de sentido negativos. Ainda sobre a violência verbal, vemos emergir certas questões a respeito da linguagem utilizada, como por exemplo, o uso de expressões e termos que visam desqualificar e lançar ofensas a uma pessoa ou a um grupo. Por isso, propor uma reflexão sobre a violência verbal nas redes sociais é analisar “o que se diz” e sua relação com “como se diz”.

Abordar a utilização do computador e dos novos aparelhos eletrônicos se justifica devido à massiva utilização desses equipamentos e seu impacto na sociedade. A expansão do uso de aparatos tecnológicos nos faz observar um movimento cujos aperfeiçoamentos destes ocorrem muito rapidamente.

Com relação às redes sociais no meio digital, este trabalho se mostra relevante por abordar as características, usos e formas de interação no cenário contemporâneo, sobretudo na época em que uma quantidade expressiva de usuários utiliza as redes sociais como meio de comunicação e interação. Segundo o jornal Estadão¹, a rede social *Facebook* anunciou que contava com mais de 2,072 bilhões de usuários ativos em 2017, o que pela quantidade de usuários justifica a expressividade desse *site* de redes sociais.

Diante disso, escolhemos o *Facebook* por tratar-se de um *site* de rede social com grande número de usuários, e a página do Senado Federal por ser uma página oficial de um dos poderes que constituem o Estado brasileiro, o que, de certa forma, não corresponde ou representa nenhum partido político específico, mas em tese, deveria representar e informar os seguidores da página em sua totalidade, sem distinção partidária. Essa escolha também se deve ao fato de o país viver, atualmente, diversas transformações no campo político, o que tem sido pauta de muitas discussões, sobretudo nas redes sociais.

Nossa escolha pelas publicações sobre a intervenção federal no Rio de Janeiro se deu pelo fato de, na época de escolha do material de análise, a página do Senado Federal no *Facebook* ter lançado uma sequência de quatro publicações com a temática da intervenção. Tal temática gerou amplo debate no qual os posicionamentos em confronto direto deram origem a comentários agressivos, logo, contendo violência verbal de natureza bem diversa.

O motivo de analisarmos especificamente os comentários e não as publicações da página do Senado Federal, por exemplo, se explica por eles serem a forma com que os diversos sujeitos que circulam pela página têm de se comunicar e explicitar seu ponto de vista, apontando traços de subjetividade

¹ Facebook alcança 2,07 bilhões de usuários no mundo. Disponível em: <http://link.estadao.com.br/noticias/empresas,facebook-alcanca-2-07-bilhoes-de-usuarios-no-mundo,70002069551>. Acesso em: 16 maio de 2018.

tanto no modo com que usam a linguagem quanto nos posicionamentos que deixam transparecer.

Pontuamos que o foco da análise dos comentários nesta pesquisa parte do atravessamento do discurso midiático com a moral e não com o discurso político, embora perpassasse pelo tema da política. Para discorrer sobre esses aspectos, apoiamo-nos em Van Dijk (1997, apud BALOCCO, 2017, p. 1022) ao afirmar que, categorizar um determinado discurso como discurso político depende de sua funcionalidade direta ou indireta sobre processos políticos. Para o autor, os comentários eletrônicos, por não serem discursos produzidos em fóruns políticos, ou seja, não interferirem diretamente nos processos oficiais políticos, são tratados como pertencentes ao discurso midiático, apesar de sua temática política.

Serão analisados os casos de violência verbal em comentários de quatro publicações dos dias 20 e 21 de fevereiro de 2018 na página oficial do Senado Federal no *Facebook*. As publicações referem-se ao decreto de intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro, cuja justificativa é pôr fim ao comprometimento da ordem pública no Estado. O referido decreto teve como interventor o General do Exército Walter Braga Netto, com subordinação ao presidente da República, na época, Michel Temer do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), antigo PMDB.

A presente pesquisa estabeleceu um recorte temático, considerando para a análise somente os comentários que continham alguma forma de violência verbal, uma vez que havia também comentários parabenizando o governo pela proposta da intervenção, outros refutando a medida, além de outros assuntos. Para obter o material de análise entramos na página do Senado Federal no dia 12 de março de 2018, para coletar os dados. Foram salvas as quatro postagens com todos os comentários por meio da função *printscreen* (captura de tela) a fim de registrá-los.

Em primeiro momento, selecionamos os 50 primeiros comentários, observando a ocorrência do léxico marcadamente qualificativo ou valorativo, cuja função é insultar, injuriar, ofender, desqualificar ou xingar. A partir desse primeiro recorte, realizamos uma nova seleção e decidimos por analisar os 10 primeiros comentários das publicações em que elencamos procedimentos

linguístico-discursivos tais como adjetivos pejorativos, o uso de diminutivo e aumentativo, e o uso de sinais gráficos, além do próprio contexto em que foram construídos os comentários.

No que diz respeito ao tratamento dos dados, fizemos a análise qualitativa e manual, ou seja, não foram utilizados aplicativo ou programa específico para tratar dos comentários. Adotamos os seguintes procedimentos: identificar e categorizar os comentários que contenham violência verbal e retirar a identificação dos sujeitos comentantes.

A *posteriori*, classificamos a violência verbal nos comentários seguindo os seguintes critérios: (i) se se referem a outro sujeito comentante ou a um terceiro; (ii) se o comentário apresenta violência verbal; (iii) se incide em posicionamento político, intelectual, moral, idôneo, profissional, ideológico, sexual, pessoal. Assim, este trabalho se estrutura em três capítulos descritos a seguir.

O capítulo I é direcionado para a discussão sobre a noção de redes sociais na internet e sua presença no ciberespaço. Em seguida, discutiremos sobre a utilização do computador e dos novos aparelhos eletrônicos. Apresentamos também um breve histórico do *Facebook*, em que tratamos de algumas de suas principais funcionalidades e ferramentas, além de caracterizarmos o comentário eletrônico como gênero. As discussões desse primeiro capítulo apresentam uma reflexão das redes sociais na internet e de como esses espaços propiciam as mais diversas formas de interação.

O capítulo II é dedicado ao arcabouço teórico-metodológico que embasa a análise. Apresentamos algumas proposições sobre violência verbal nos estudos da linguagem, além de aspectos discursivos do seu funcionamento moral, conforme Marie-Anne Paveau (2015). Esse capítulo tem a função de caracterizar a violência verbal, sobretudo sua ocorrência por meio da materialidade linguístico-discursiva identificada nas redes sociais na internet. É nesta seção que buscaremos estabelecer uma possível relação desse tipo de violência com a moralidade, discutindo a possibilidade do entrecruzamento de aspectos morais com a linguagem.

O capítulo III é destinado à descrição e análise da violência verbal. Identificamos a presença dos sujeitos nos comentários pela ótica do modo de organização enunciativo e os procedimentos discursivos, propostos por Charaudeau (2014). Nesse capítulo também discorreremos sobre o Senado Federal e sua página no *Facebook*.

Por fim, nas considerações finais, apresentamos uma síntese da pesquisa e ponderações sobre os resultados obtidos, a partir dos conceitos de violência verbal, mediação e moral. Ainda na mesma seção são consideradas algumas possibilidades de desdobramento do presente trabalho, as quais podem se converter em pesquisas futuras.

CAPÍTULO I

AS REDES SOCIAIS E O *FACEBOOK*

Neste primeiro capítulo, discutiremos sobre as redes sociais e o que estudiosos têm publicado a respeito dessa temática que, ora é inscrita nas relações sociais em si, ora é atravessada por relações que se constroem através de aparatos tecnológicos e o advento da internet sob o nome de ciberespaço. Acreditamos que o conceito de redes sociais e a descrição de sua presença na internet, nos possibilitam descrever esse espaço de interação, principalmente por causa do aumento e desenvolvimento de tecnologias que viabilizam a interação dos sujeitos.

Ainda nesta seção, trataremos dos aparatos tecnológicos utilizados para fomentar as redes sociais na internet, além de traçarmos um breve histórico do *Facebook*. Entendemos ser relevante abordar esses aparatos tecnológicos pois eles podem ser compreendidos como facilitadores das interações que ocorrem no ciberespaço.

Por fim, abordaremos o comentário eletrônico categorizando-o como gênero e a questão da midiatização e da mediação. Categorizar o comentário como gênero possibilita não somente diferenciar essa forma de materialidade, como permite descrever as regularidades que sustentam sua inserção no que muito vem sendo discutido sobre gêneros. Ademais, documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) têm optado por propor o ensino de linguagens por meio de gêneros textuais e discursivos, o que indica a importância da noção de gênero.

1.1 A sociedade em rede e a emergência do ciberespaço

Explorar a noção de redes sociais é observar a interação de sujeitos que, por meio da linguagem, se conectam. A interação, as relações e os laços sociais configuram-se como elementos de conexão (RECUERO, 2011) essenciais para que os sujeitos se comuniquem. São meios disponíveis para que alguém possa transmitir uma mensagem e outros possam captar e interagir tanto com a mensagem quanto com o emissor.

Para Wasserman e Faust (1994) e Degenne e Forse (1999), conforme citado por Recuero (2011, p. 24), “uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais)”. Dessa forma, a interação se apresenta como o sustentáculo das relações e dos laços sociais. Para Recuero (2011),

estudar a interação social compreende, deste modo, estudar a comunicação entre os atores. Estudar as relações entre suas trocas de mensagens e sentido das mesmas, estudar como as trocas sociais dependem, essencialmente, das trocas comunicativas (RECUERO, 2011, p. 31).

Para esta pesquisa, interessa tanto os sujeitos que interagem, quanto o seu projeto de fala, visto que na abordagem da cibercultura há um jogo de encenação que leva em conta tanto os sujeitos da interação quanto os enunciados produzidos por eles.

Observa-se pelas proposições de Recuero (2011) que, as redes sociais são antecessoras à internet. Com isso, especificamos aqui que trataremos de um tipo particular de redes sociais: as redes sociais na internet. Para Bezerra e Pimentel (2016, p. 734), essa modalidade de redes sociais se refere “àquelas que se formam, se mantêm e se propagam pela instrumentalidade das novas Tecnologias de Informação e Comunicação, em especial, através da internet”.

A rede social na internet e a forma com que ela está presente na sociedade atual possibilita observar o modo como os sujeitos interagem a partir do uso de aparatos digitais e tecnológicos como computadores, *smartphones*, *tablets*, aparelhos celulares entre outros.

Ao discorrer sobre as redes sociais e seus impactos na sociedade, Castells (1999) aponta para uma “sociedade em rede”, que tem como cerne a apropriação da internet com seus usos e aspectos incorporados pelo sistema capitalista. O autor faz uma abordagem mais utilitarista, levando em consideração aspectos econômicos para tratar de que forma a sociedade em rede se estrutura. Dessa forma, Castells (1999) se encarrega de analisar transformações sociais como por exemplo, as mudanças nas relações de trabalho, o enfraquecimento do patriarcalismo, as modificações da condição feminina no mercado de trabalho, a fragmentação da família nuclear tradicional

e as novas referências de urbanização, assim como crise nos sistemas políticos.

Entendemos que a abordagem de Castells (1999) surge a partir de um momento de ruptura social. Chamamos de ruptura por tratar-se de um período em que as novas tecnologias ganham espaço de forma muito rápida, indicando não apenas as funcionalidades dos aparelhos, mas também o impacto social por causa destes.

Ao observarmos as novas tecnologias e as formas com que elas vêm tomando força, acreditamos que as transformações sociais apontadas por Castells (1999) ocorrem concomitantemente com a onda tecnológica, pois percebemos que a criação de aparelhos cada vez mais potentes têm ressignificado de maneira bastante expressiva as formas de interação. Tomemos como exemplo o uso do *WhatsApp*, que tem sido utilizado como instrumento de comunicação tanto pessoal quanto profissional.

Refletindo sobre a abordagem de Castells (1999), reconhecemos que a sociedade em rede vem passando por uma reestruturação global, em que o surgimento das novas ferramentas tecnológicas pode estar ligado a aspectos econômicos. Indagamos, a partir dessa perspectiva, quais seriam as motivações para o surgimento dessa onda tecnológica e, ao observarmos a grande utilização dos aparatos tecnológicos que facilitam a vida em sociedade, constatamos que a prática capitalista tem o seu reconhecimento motivacional.

Ao tratar do dilema de um determinismo tecnológico, o autor acredita que esse pensamento se apresenta como uma problemática infundada, ou seja, a tecnologia não determina a sociedade. Para Castells (1999), a tecnologia é a sociedade e a mesma não pode ser concebida sem seus aparatos tecnológicos. Na tentativa de diluir a polaridade entre antes e depois, a partir de um absolutismo, Castells (1999, p. 43) aponta que “a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas”. Dessa forma, existe em suas proposições uma crítica ao extremismo que deixa de perceber a modificação tecnológica como transformação histórica para compreendê-la puramente como uma ruptura.

Corroboramos com as proposições de que a sociedade não pode ser entendida sem suas ferramentas tecnológicas que são concebidas não apenas pelos aparelhos digitais, mas também por instrumentos anteriores como o fogo,

a roda ou quaisquer outros aparatos criados/desenvolvidos ou descobertos pelo homem, os quais não conseguimos vislumbrar sem observar a dinamicidade da sociedade.

Em uma abordagem mais antropológica, entendemos que Lévy (2010a) complementa a perspectiva de Castells (1999) ao enfatizar a questão da interação entre os sujeitos. O autor analisa a sociedade em rede sob os codinomes de “ciberespaço” e de “cibercultura”. Para ele, o termo “ciberespaço” foi utilizado pela primeira vez em 1984 por William Gibson em seu livro de ficção científica *Neuromancer*. Na obra, esta expressão se encarrega de nomear o universo das redes digitais. Em *Neuromancer*, a expedição pelo ciberespaço tem seu foco em centros de informações secretas protegidas que se metamorfoseiam e são trocados em grande velocidade ao redor do planeta.

Lévy (2010a, p. 94) assevera que “o ciberespaço de Gibson torna sensível a geografia móvel da informação, normalmente invisível”. Essa perspectiva do “ciberespaço” permite visualizar a velocidade com que as informações transitam nesse espaço e sua capacidade de serem propagadas sem as barreiras da geografia do espaço físico e material.

Se por um lado o livro de Gibson abordava esse avanço tecnológico, por outro não podemos deixar de considerar as próprias transformações sociais que já apontavam para uma nova era cuja tecnologia se desenvolveria com maior fluidez. Entendemos que Gibson não previa uma onda tecnológica, mas o autor teve a sensibilidade de observar sinais de que a sociedade pudesse percorrer esse caminho.

A definição de ciberespaço desenvolvida por Lévy (2010a) perpassa os caminhos fictícios que Gibson percorreu para dar sentido a sua obra. O autor afirma que:

o ciberespaço (que também chamarei de “rede”) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (LÉVY, 2010a, p. 17).

A noção de ciberespaço desenvolvida pelo autor não trata somente dos computadores e dos aparelhos eletrônicos que configuram o ciberespaço, mas também de como, por meio desses aparelhos, os seres humanos interagem, fazem circular a informação. Isso mostra de que forma a sociedade se apropria do ciberespaço como uma possibilidade de comunicação.

Sob essa perspectiva, consideramos que a violência verbal presente nos comentários de usuários do *Facebook* tem seu espaço na composição das redes sociais, sobretudo se assumirmos não somente os instrumentos tecnológicos, mas os sujeitos e as diversas formas de interação possíveis.

Lévy (2010a, p. 95) insiste na codificação digital do ciberespaço, pois para ele, essa definição “condiciona o caráter plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo e, resumindo, virtual da informação”. Segundo o autor, essas características constituem marcas distintivas do ciberespaço. Consideramos que as proposições de Lévy (2010a) indicam uma fluidez do ciberespaço e do uso da internet como instrumento comunicacional e informacional, mas entendemos também que fora da internet essas condições já existiam, mesmo que de forma diferente.

Sobre as características elencadas pelo autor, questionamos sobre o que se entende por caráter virtual da informação. Se considerarmos que, muitas vezes, existe uma contraposição entre virtual e real, as relações apontadas pelo autor poderiam ser consideradas como inferiores às relações tidas como reais ou físicas. Acreditamos que esta comparação é pouco produtiva, sobretudo se trouxermos a perspectiva de Castells (1999), para quem as relações sociais e os aparatos tecnológicos são constitutivos, o que podemos relacionar com a concepção de cibercultura proposta por Lévy (2010a). Para o autor, com o crescimento do *ciberespaço* há o surgimento da *cibercultura*:

Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifico aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço (LÉVY, 2010a, p. 17).

Ao desenvolver uma reflexão sobre a cibercultura, o autor tende a elencar características perceptíveis de um *modus operandi* e de um *modus vivendi* oriundos do crescimento do ciberespaço. Sobre essas particularidades, podemos observar a página do Senado Federal no *Facebook* como palco onde práticas, atitudes e valores são refletidos nos comentários e podem ter certa ligação com a violência verbal oriunda de outras interações dos usuários. Portanto, reconhecemos que as redes sociais, da forma com que pretendemos analisar, possuem traços característicos tanto do que é discutido por Castells (1999) quanto das percepções de Lévy (2010a).

Pode-se dizer que, embora a perspectiva de análise dos autores abordados siga caminhos diferentes, sendo Castells (1999) com uma abordagem voltada ao aspecto econômico da sociedade e Lévy (2010a) com um pensamento voltado à interação dos seres humanos, há um aspecto que não pode ser negado na intersecção dos autores a respeito dos estudos das tecnologias de comunicação: não é possível ignorar a consequência ou a importância dessas tecnologias para os seres humanos e para a vida em sociedade, que hoje encontra-se amparada pelas redes sociais que se formam e se estruturam.

Seja devido às características mais antropológicas, seja por questões capitalistas que permeiam a sociedade, não podemos negar que *sites* das redes sociais na internet como, o *Facebook* e a página do Senado Federal, abrem caminho para uma discussão sobre as relações que se constroem nesses espaços, sobretudo as relações pautadas na hostilidade, por meio de insultos ou quaisquer formas pejorativas de tratar alguém.

Refletindo sobre as relações que se constroem no ciberespaço, Lévy (2010a) estabelece que o conceito de interatividade se apresenta como uma problemática, visto que pode ocorrer um esvaziamento de seu significado. Segundo o autor, este conceito é usado excessivamente como se todos soubessem perfeitamente do que se trata. Partindo dessa abordagem problematizadora, Lévy (2010a, p. 81) salienta que “o termo ‘interatividade’ em geral ressalta a participação ativa do beneficiário de uma transação de informação”. Ainda para Lévy (Op. cit.) “de fato, seria trivial mostrar que um receptor de informação, a menos que esteja morto, nunca é passivo”.

Concordamos com as proposições elencadas acima, pois a interatividade em si é marcada pela participação de sujeitos sociais que são guiados por aspectos subjetivos pautados nas relações que se constroem social e historicamente, na cultura a que tiveram acesso. Dessa forma, seria inconcebível considerar que um sujeito possa ser passivo ou estático na interatividade. Em relação aos comentários analisados, poderíamos assumir como uma tomada de partido, que demonstra uma forma de se posicionar na sociedade.

Lévy (2010a) toma como exemplo uma pessoa qualquer que, mesmo sentada na frente de uma televisão, na posição de destinatário decodifica, interpreta, participa, mobiliza-se de diversas maneiras, e isso sempre ocorre de forma distinta independente de quem se trata. Entendemos que cada pessoa tem suas próprias percepções quando tratamos da interatividade, assim como dito por Lévy (2010a) o receptor nunca é passivo, mostrando assim a fluidez da interatividade, ou ainda, um dinamismo quando se interage, independentemente se *online* ou pessoalmente.

Ainda sobre a questão da interatividade, Castells (1999) se ampara em Barry Wellman (1996; 1999) ao relacionar as comunidades virtuais às comunidades físicas. Para Castells (1999, p. 444),

O objetivo principal de Wellman é nos lembrar que as “comunidades virtuais” não precisam opor-se às “comunidades físicas”: são formas diferentes de comunidade, com leis e dinâmicas específicas, que interagem com outras formas de comunidade.

Isso remete à uma sociedade com diversas possibilidades de interação, todas elas válidas, a depender da finalidade e do alcance que se deseja ter. Com isso, apesar de tratarmos das comunidades virtuais e redes sociais *online* como espaço de interatividade, não excluimos ou diminuimos as outras formas de interação, apenas apontamos essa outra forma como emergente em uma sociedade que é viva, dinâmica e ainda que tem a internet como instrumento comunicacional.

Castells (1999) afirma que a internet favorece a expansão e a intensidade de laços que se formam na interação social de pessoas que vivem

em um mundo tecnologicamente desenvolvido. Partindo desse ponto de vista, o autor apresenta o seguinte questionamento:

Assim, no fim das contas, as comunidades virtuais são comunidades reais? Sim e não. São comunidades, porém não são comunidades físicas, e não seguem os mesmos modelos de comunicação e interação das comunidades físicas. Porém, não são “irreais”, funcionam em outro plano da realidade. São redes sociais interpessoais, em sua maioria baseada em laços fracos, diversificadíssimas e especializadíssimas, mas também capazes de gerar reciprocidade e apoio por intermédio da dinâmica da interação sustentada (CASTELLS, 1999, p. 445-446).

Sobre a discussão de Castells (1999) entre o ser real ou não das comunidades virtuais, Lévy (2010b, p. 101), por sua vez, afirma que “uma comunidade virtual é simplesmente um grupo de pessoas que estão em relação por intermédio do ciberespaço”. Isto posto, acreditamos que, segundo a perspectiva desse último, a comunidade virtual pode ser compreendida como fruto da agregação de pessoas, *a priori*, ao redor do computador ou de qualquer outro aparelho tecnológico.

Portanto, ao discorrermos sobre as comunidades virtuais e redes sociais *online*, entendemos que a interatividade se apresenta não pela perspectiva do real ou do irreal, mas como possibilidade de interagir com o outro e com o mundo a partir de novas ferramentas. Queremos dizer com isso que essas formas de interatividade estão presentes na sociedade e não excluem ou diminuem a interação das comunidades físicas, mas complementam-nas.

Portanto, todas as formas de interatividade, física ou *online*, pressupõem funções comunicacionais específicas como o que se quer dizer, para quem, de que forma, quando, onde. Ou seja, elas estão sujeitas a circunstâncias pontuais para que a interatividade seja efetiva e eficaz do ponto de vista comunicacional.

1.2 A mobilidade: do computador aos novos aparelhos eletrônicos

Sobre as primeiras formas de agregação de pessoas ao redor do computador, Lévy (2010b) aponta o marco inicial a partir da década de 70 nos EUA. Nesse período, foram criadas as comunidades mediadas por

computadores ou CMC que surgiram através das chamadas redes telemáticas. Para Margarete Axt (1998), a comunicação telemática se diferencia da comunicação telefônica na medida em que, ao contrário do telefone, não se preserva uma série de filtros utilizados pela comunicação oral e pela presença da voz como sua modulação prosódica e timbre característicos.

Para Lévy (2010b), foi no ano de 1989 que a junção de imagens, sons e textos começa a atrair indivíduos das mais diversas áreas de interesses. Com isso, a palavra comunidade toma força e passa a ser utilizada mais constantemente no ciberespaço e com o uso das novas tecnologias.

Abordar a utilização do computador e dos novos aparelhos eletrônicos é reconhecer um movimento social de transição de um acesso escasso a um acesso massivo, onde da utilização do computador surgiram outros aparelhos como o *smartphone*, o *tablet* dentre outros, que possibilitam aos sujeitos interagirem sem estarem presos ou de alguma forma fisicamente fixos. De acordo com Hjarvard, (2012, p. 76) “os meios de comunicação possibilitam que as pessoas interajam a distância, ou seja, sem que tenham que estar no mesmo local ao mesmo tempo”. Consideramos relevante tratar da utilização desses novos aparelhos, por entendermos serem estes os aparatos cada vez menores, mais leves e mais rápidos utilizados na interação dos usuários das redes sociais na internet.

Da utilização única e exclusiva de computadores houve um salto considerável, uma vez que vários outros aparelhos foram criados com finalidades similares, para não dizer iguais: atender a um público que utiliza comunidades e redes sociais *online* para se formarem e informarem do que acontece, independentemente de distâncias geográficas.

Queremos, com isso, apontar que as pessoas estão caminhando para a possibilidade de se manterem conectadas a maior parte do tempo, e isso é possível por meio de aparelhos cada vez mais avançados. Os primeiros aparelhos celulares eram capazes de fazerem chamadas por voz, já, os aparelhos desenvolvidos atualmente possuem diversas funções que facilitam aos usuários uma conexão quase sem interrupções.

São chamadas por voz, mensagens de texto, acesso a jornais, revistas, redes sociais, chamadas por videoconferência entre outras opções disponíveis por meio da internet que facilitam a comunicação e interação dos sujeitos.

Dessa forma, observamos que existem diversas tecnologias facilitadoras que possibilitam tanto a mobilidade física quanto a mobilidade informacional, proporcionando aos usuários se manterem conectados e se deslocarem sem grandes dificuldades, por não estarem ligados a fios e a tomadas.

Entendemos que o uso dessas novas ferramentas pode interferir direta ou indiretamente na forma de tratamentos dos sujeitos que se servem das novas tecnologias. A nosso ver, de certa forma, isso interfere no próprio uso da língua. Por exemplo, ao escrever uma carta, as pessoas precisam parar e refletir sobre o que deveria constar no texto de forma mais clara e concisa possível, depois tiram um tempo para escrever, levar aos Correios e postar para que o destinatário tenha acesso. Entretanto, uma característica das trocas comunicacionais proporcionadas pelo uso de *smartphones* e demais aparelhos que se diferem das ferramentas tradicionais é a escrita de textos curtos e diretos, para os quais espera-se que a resposta seja rápida.

Como se pode notar após essa caracterização das redes sociais e das novas formas de interação, o surgimento dessas novas tecnologias sinaliza transformações no modo com que os sujeitos interagem, sobretudo por meio da internet.

1.3 Mdiatização e interação nas redes sociais

Nesta seção, trataremos da midiatização abordando como esse fenômeno pode interferir na dinâmica da violência verbal em *sites* de redes sociais. Discutiremos também sobre a posição de sujeitos *prosumers*², visto que os usuários não se apresentam apenas como consumidores, mas atuam como produtores de conteúdo. Por fim, discorreremos sobre a interferência de algoritmos nas interações desses espaços.

Com base nas palavras de Hjarvard (2015), iremos tratar sobre o que autor denomina “formas antigas da comunicação de massa” como o rádio a televisão e o jornalismo de um lado e as redes sociais mediadas pela internet de outro lado. Segundo o autor, “a sociedade contemporânea está permeada

² Segundo Saad (2012) amparada por Tofler (1980), o termo *prosumer* deriva da união de (Produtor – *Producer* e Consumidor – *Consumer*). Trata-se de sujeitos que coproduzem o que consomem, compartilhando ideias e dicas que julgam relevantes.

pela mídia de tal maneira que ela não pode mais ser considerada como algo separado das instituições culturais e sociais” (HJARVARD, 2012, p. 54).

Sobre a diferenciação entre as novas mídias e as formas antigas de comunicação de massa apontadas pelo autor, preferimos não fazer uma distinção entre novas ou antigas, pois acreditamos que faz parte de uma sociedade em movimento utilizar mais ou menos, a depender do propósito, as ferramentas possíveis para se atingir um objetivo. Apesar disso, não excluiremos a utilização do termo “novo” por considerar que as tecnologias utilizadas atualmente, são genericamente denominadas de “novas tecnologias”. Contudo, consideramos que tal transformação nas formas de comunicação parte de que o mais eficiente (normalmente o novo) substitui o velho/anterior quando este for menos eficiente.

Reconhecemos que as novas mídias como a internet e os *smartphones* podem influenciar e transformar as relações sociais e culturais. Como exemplo, os *prosumers*, por meio dessas novas mídias, não apenas levam a informação a outras pessoas através de um canal interativo, como também constroem um capital social e simbólico através do conteúdo, transformando as práticas midiáticas. Dessa forma, nos aproximamos dos conceitos de mediação e midiaticização abordados por Hjarvard (2015). Para ele,

os estudos de mídia e comunicação dedicaram-se aos estudos da mediação. Por mediação, habitualmente entendemos o uso de um meio para comunicação e interação. Políticos podem mediar mensagens políticas nos jornais a fim de influenciar seu eleitorado, e indivíduos podem usar o Facebook para comunicar-se e interagir com seus “amigos” de forma contínua (HJARVARD, 2015, p. 53).

A partir do exemplo utilizado pelo autor sobre os políticos, entendemos que as escolhas de uma mediação podem ter um impacto não somente na forma e no conteúdo da mensagem, mas também na relação entre os sujeitos e nas maneiras pelas quais eles são influenciados no encontro comunicativo (HJARVARD, 2015). A nosso ver, por uma perspectiva discursiva, a mediação parte da relação do contexto e das condições de produção para que se transmita determinado conteúdo.

Sobre a midiatização, Hjarvard (2015, p. 53) sustenta que seu estudo “considera as transformações estruturais de longo prazo no papel da mídia na sociedade e na cultura contemporâneas”. Ou seja, ele se refere aos processos por meio dos quais cultura e sociedade tornam-se dependentes das mídias ou intrinsecamente ligados a ela. Segundo o autor:

Utilizamos o termo “midiatização” para denotar a importância intensa e transformadora da mídia na cultura e na sociedade. Por midiatização da cultura e da sociedade, nos referimos aos processos por meio dos quais cultura e sociedade tornam-se cada vez mais dependentes das mídias e seus modus operandi, ou lógica da mídia (HJARVARD, 2015, p. 53).

Para Hjarvard (2015, p. 53), o processo de mediação por si só não altera a relação entre cultura e sociedade, mas é pelo processo de midiatização que a mídia, a cultura e a sociedade se envolvem em um processo de mudança. Dessa forma, entendemos que a mediação aponta para o entrecruzamento do sujeito com a linguagem, mas que é pela midiatização que a mídia ou as redes sociais se apresentam como constitutivas desse processo.

Apesar de assumir a importância da distinção entre mediação e midiatização, Hjarvard (2015) reconhece que essas duas instâncias não são empiricamente distintas, visto que o efeito das práticas de trocas mediadas pode representar um aspecto de midiatização. Contudo, é sobre o segundo conceito que o autor se debruça para tratar da importância da mídia nos aspectos sociais e culturais.

Partindo das formas de os sujeitos participarem no ambiente midiático, Issaaf Karhawi (2016) expõe a noção de influenciador digital. Para a autora, não se trata de uma função nova, mas algo que passou por novas roupagens: desde o *prossumidor* ou *prosumer*, ou seja, o produtor-consumidor de informação. Por essa perspectiva, entendemos que *sites* de redes sociais como o *Facebook*, objeto de nosso estudo, assim como *Instagram*, *YouTube* evidenciam esse tipo de sujeito que não apenas consome, mas produz conteúdo. Raposo (2017, p. 123), ao tratar das proposições de Jenkins (2009), reconhece que o autor,

destaca o papel fundamental da criação de conteúdo e compartilhamento na participação online, frutos da diminuição

das barreiras à expressão artística na rede, e da forte criação e distribuição das próprias criações com o outro, facilitando assim a geração de um capital social no qual os membros sentem algum grau de ligação social mútua.

A nosso ver, os sujeitos inseridos nesses espaços, ao interagirem por meio de curtidas, comentários e por compartilhamentos assumem o papel tanto de consumidores quanto de produtores. Em relação à página do Senado Federal no *Facebook* consideramos que, ao comentar de forma negativa sobre alguém ou um grupo na página do Senado Federal, o sujeito, por meio de mecanismos discursivos, se apresenta tanto como aquele que expressa uma opinião quanto aquele que, de alguma maneira, influencia e é influenciado por outros usuários, ou seja, a interação nesses *sites* de redes sociais é coconstruída e pelo discurso esses sujeitos assumem certos papéis. Sobre as formas de interação nas redes sociais virtuais, Lévy (2010a) aponta que,

A vida de uma comunidade virtual raramente transcorre sem conflitos, que podem exprimir-se de forma bastante brutal nas contendas oratórias entre membros ou nas *flames* durante as quais diversos membros “incendiam” aquele ou aquela que tenha infringido as regras morais do grupo. Por outro lado, afinidades, alianças intelectuais, até mesmo amizades podem desenvolver-se nos grupos de discussão, exatamente como entre pessoas que se encontram regularmente para conversar (LÉVY, 2010a, p. 131).

Compactuamos com Lévy (2010a) ao tratar desses dois aspectos da comunicação: tanto da discordância de ideias e dos conflitos quanto das possíveis concordâncias que se criam nas redes sociais virtuais. Entendemos que nas redes sociais esses pontos de discordância e de aproximação na interação estão presentes na dinâmica das redes sociais na internet. As pessoas, ao se posicionarem concordam e/ou discordam das outras. Segundo Recuero (2011, p. 79), “é possível que existam interações que visem somar e construir um determinado laço social e interações que visem enfraquecer ou mesmo destruir outro laço”.

Tratando das políticas de uso que regulam esses espaços de interação virtual, existem diretrizes³ que visam normalizar aspectos da comunicação entre os usuários, de forma a apontar o que deve ou não ser feito ou dito. Sobre essas formas de tentar manter o bom funcionamento ou a boa relação entre os usuários, Lévy (2010a) aponta que,

os ataques pessoais ou argumentações pejorativas para qualquer categoria de pessoas (nacionalidade, sexo, idade, profissão etc.) em geral não são permitidas. Os que fazem isso de forma repetida são excluídos pelos administradores de sistema a pedido dos organizadores das conferências eletrônicas. Excetuando-se esses casos particulares, a total liberdade de palavra é encorajada e os internautas são, como um todo, opostos a qualquer forma de censura (LÉVY, 2010a, p. 130-131).

Em outras palavras, existem protocolos a serem seguidos quando interagimos nas redes sociais, ou seja, não se trata de uma terra sem leis ou de um espaço em que tudo se pode fazer ou dizer. Para permanecer nas redes sociais é preciso seguir algumas diretrizes que visam reduzir atritos na interação dos usuários.

De acordo com as políticas de uso do *Facebook*⁴, por exemplo, não é permitido incentivar a violência, práticas de autoflagelação, o abuso de drogas, o *bullying*, o assédio e o discurso de ódio, dentre outros. O *Facebook* determina a exclusão ou o bloqueio de acesso como punição para os usuários que não cumprirem as políticas de uso. Contudo, entendemos que muitas das denúncias devem partir das pessoas que sofrem esses tipos de violência, uma vez que nem sempre os administradores do *site* conseguem fazer esse controle sozinhos, por isso a possibilidade de denunciar esses atos e/ou esses usuários. Segundo o *Facebook*,

Embora entendamos que as pessoas comumente expressam desdém ou desacordo por meio de ameaças ou incitação à violência de maneira cômica, removemos palavras que incitem

³ Realizamos um levantamento de diretrizes e políticas de uso e constatamos que *sites* de redes sociais como *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e suas respectivas páginas possuem normas que visam regular as formas de interação dos usuários. Disponível em: <https://www.facebook.com/legal/terms>; <https://help.twitter.com/pt/rules-and-policies/twitter-rules>; <https://www.facebook.com/help/instagram/478745558852511>. Acesso em: 31 de julho de 2019.

⁴ Políticas de uso do *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/communitystandards/>. Acesso em 01 de agosto de 2019.

ou facilitem qualquer violência grave. Removeremos conteúdo, desativaremos contas e poderemos acionar as autoridades locais se notarmos um risco real de danos físicos ou ameaça direta à segurança pública. Também procuramos levar em conta a linguagem e a situação para poder distinguir declarações casuais de conteúdo que constitua uma ameaça real à segurança pública ou pessoal. Quando tentamos determinar se uma ameaça é real, podemos levar em conta também informações adicionais, como a vulnerabilidade e a visibilidade pública de uma pessoa (FACEBOOK, s.d.).

Apesar dos conflitos que podem ocorrer nas interações, as pessoas são encorajadas a se expressarem. Não lhes é tirado o direito da palavra, apenas, de acordo com as diretrizes, precisa-se encontrar uma forma de tratar o outro que não viole os seus direitos. Para Castells (1999),

de fato, a comunicação online incentiva discussões desinibidas, permitindo assim a sinceridade. O preço, porém, é o alto índice de mortalidade das amizades online, pois um palpite infeliz pode ser sancionado pelo clique na desconexão – eterna (CASTELLS, 1999, p. 445).

Por mais que existam diretrizes a serem seguidas, percebemos que, assim como expõe Castells (1999), a comunicação *online* ou virtual tem uma característica a ser pensada mais profundamente, que implica em um sujeito que acaba se expressando sem tomar certos cuidados com a linguagem utilizada, ou sem se preocupar com a forma de tratamento para com outra pessoa.

Outro ponto crucial para se levantar nas redes sociais é a interferência dos algoritmos nas interações dos usuários. Segundo Bader (2016), mais de 70% de todas as transações financeiras mundiais já são controladas por esses códigos matemáticos. Ainda, para o autor, a publicidade também é movida pelos algoritmos para gerar impacto emocional e influenciar os consumidores. Raposo (2017, p. 152) sustenta que,

A *web* encontra-se permeada por inúmeros nichos de interesse que delimitam as relações sociais e o consumo de conteúdo em bolhas de troca, hierarquizadas segundo os benefícios comerciais de grandes corporações globais.

Não há, portanto, possibilidade de interação “plena” no *Facebook*, posto que as interações podem ser afetadas por esses códigos. Entendemos que os

algoritmos são capazes de interferir nas relações e interações construídas nesses espaços. Sobre a criação dos algoritmos, Saad Correa e Bertocchi (2012, p. 7) consideram que,

Trata-se de um passo a passo computacional, um código de programação, executado numa dada periodicidade e com um esforço definido. O conceito de algoritmo permite pensá-lo como um procedimento que pode ser executado não apenas por máquinas, mas ainda por homens, ampliando seu potencial de acuidade associada à personalização.

Ainda assim, o algoritmo desconsidera ou invalida o que se entende por interação plena⁵. Tomando as palavras de Raposo (2017, p. 156) sobre a interferência dos algoritmos nas interações, “é preciso ter em mente que seremos constantemente inundados por escolhas que estarão cada vez mais personalizadas e dependentes de curadoria, seja ela humana ou não humana”. Raposo (2017, p. 162) ainda considera que,

Google, Facebook, Twitter acabam por influenciar comportamentos e sugerir visões de mundo, cada um à sua maneira, com sua curadoria da informação através de seus respectivos códigos programáveis. Em sua essência, esta tecnologia governadora deve ser vista sob um olhar crítico, pois pode ser usada deliberadamente em conjunto com a inteligência artificial e, sem a consciência de seus mecanismos e objetivos, poderão exercer influência cultural, política ou social.

Com isso, nos questionamos se o funcionamento discursivo das redes sociais, considerando a facilidade e a viabilidade de se publicar comentários violentos também não teria como base esses algoritmos que têm a possibilidade de interferir nas interações. Isto é, se não existe algum mecanismo que orienta e sugere páginas e publicações de acordo com as demandas de cada usuário.

Depois das discussões sobre a midiatização e as possíveis nuances de interação nas redes sociais da internet, descreveremos o *Facebook*, site que nos propomos investigar.

⁵ Chamamos de interação plena aquela que ocorre sem restrições e interferências dos algoritmos que, de alguma forma, direcionam os conteúdos acessados pelos usuários.

1.4 *Facebook*: novas formas comunicacionais e funcionalidades

Antes de apresentarmos as características do *Facebook*, discutiremos como essa plataforma digital vem sendo analisada por estudiosos que se debruçaram na sua observação. Entendemos que considerar as funcionalidades do *Facebook* é estabelecer um ponto de encontro entre as possibilidades que este *site* proporciona aos seus usuários e a forma de interação dos sujeitos nesse espaço.

Raquel Recuero (2011) apresenta o *Facebook* não como uma rede social, mas como um “*site* de redes sociais”. Para a autora, ainda que os *sites* de redes sociais suportem as interações, eles não são, por si, redes sociais, mas sistemas, pois são os atores sociais que utilizam esses *sites* que constituem as redes sociais.

Ao levantar essa discussão que diferencia rede social de *site* de rede social, Recuero (2011) considera os indivíduos como o centro das redes e não os sistemas ou *sites* que servem de instrumento e suporte para que as redes sociais se constituam. “*Sites* de redes sociais propriamente ditos são aqueles que compreendem a categoria os sistemas focados em expor e publicar as redes sociais dos atores” (RECUERO, 2011, p. 104). Ao fazer essa distinção, a autora apresenta o *Facebook* como um *site* cujo foco é expor, veicular e tornar públicas as redes dos atores. Segundo Bezerra e Pimentel (2016, p. 735),

o *site Facebook* não é uma rede social por dois motivos: (1) uma rede é constituída por pessoas e não por um artefato tecnológico; e (2) as redes agregadas a *sites* como o *Facebook* são plurais, e não únicas. Noutras palavras, o *Facebook* é um *site* através do qual múltiplas redes sociais se formam e se desenvolvem.

Tendo como premissa a perspectiva de Recuero (2011) e de Bezerra e Pimentel (2016), trataremos o *Facebook* como um *site* de redes sociais, já que compartilhamos com esses autores, para quem a noção de rede social está associada às pessoas que utilizam o *site* como um sistema ou como um artefato tecnológico para publicar e difundir o que lhes é de interesse.

Correia e Moreira (2014, p. 168) apontam que “o *Facebook* pode ser definido como um *website*, que interliga páginas de perfil dos seus utilizadores”. Ainda, segundo os autores, “é nestas páginas que os utilizadores publicam as mais diversas informações sobre eles próprios, e são também os utilizadores que ligam os seus perfis aos perfis de outros utilizadores”. A proposição desses autores, assim como de Recuero (2011) permitem conceber o *Facebook* não como uma rede social, mas como um *site* que suporta e ampara redes sociais.

Apesar de se tratar de um *site* relativamente novo, as estatísticas demonstram sua difusão no âmbito mundial, colocando o *Facebook* no topo do *ranking*⁶ de utilização. Isso também justifica a escolha pela análise da violência verbal em comentários publicados nesse *site*. Abaixo, a tabela contendo a estatística realizada em julho de 2017 a fim de comprovar a posição do *Facebook* como o *site* de rede social mais utilizado no período de dezembro de 2016 a julho 2017:

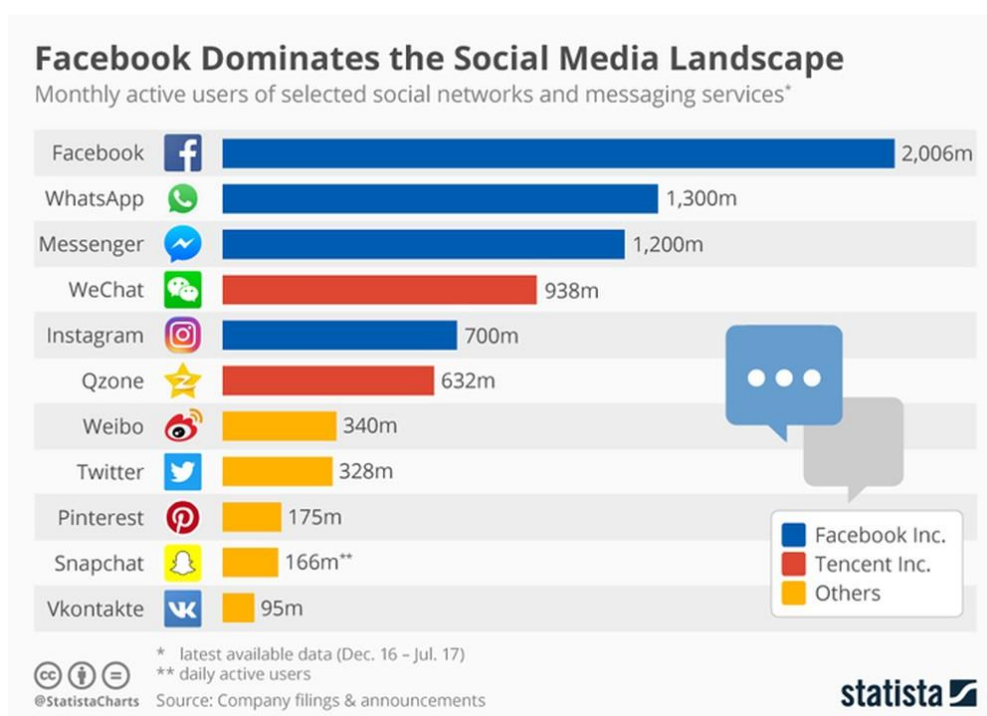


Figura 1– Redes sociais mais usadas no mundo. Fonte: Techtudo.

⁶ KURTZ, J. *Facebook* domina ranking de redes sociais mais usadas no mundo. jul. 2017. Techtudo. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2017/07/facebook-domina-ranking-de-redes-sociais-mais-usadas-no-mundo.ghtml>. Acesso em: 22 nov. 2018.

Os dados estatísticos confirmam a popularidade do *Facebook* e sua adesão por usuários de *sites* e aplicativos de redes sociais. Para obter uma visão mais ampla de suas funcionalidades, nos apoiaremos nas premissas de Recuero (2011), Correia e Moreira (2014) e em textos retirados do próprio *Facebook* que o descrevem.

Dentre as funcionalidades que o *Facebook* proporciona aos seus usuários, elencamos a possibilidade de publicar, curtir, comentar e compartilhar conteúdos diversos. Apesar de nossa análise ter o foco na violência verbal presente nos comentários, apresentamos e descrevemos de forma sucinta algumas funções do *Facebook*, visto que a interação dos usuários se dá por meio dessas funcionalidades.

O ato de “publicar” algum conteúdo passa por um filtro que permite direcionar a publicação para si, de forma que só aquele que publica tenha acesso; ou para os seus “amigos”, aqueles os quais “aceita-se um pedido de amizade”; ou ainda, no modo público, que dá acesso às publicações para qualquer usuário do *Facebook*. Ressaltamos que algumas páginas são públicas, por exemplo, a página do Senado Federal que permite o acesso e os comentários de qualquer usuário ativo do *Facebook*.

Outra possibilidade é curtir: o termo “curtir” está ligado ao ato de demonstrar uma reação ao conteúdo visualizado, cuja ferramenta representa um tipo de interação entre os usuários do *Facebook*. Para Silva, G. (2015),

basta clicar em Curtir para que o outro saiba que a informação por ele publicada encontrou alguma forma de aceitação. Seja por ser engraçada, por refletir a opinião do outro, ou como forma de apoio, ou ainda, simplesmente, para mostrar à pessoa que publicou que você interagiu de alguma forma com ela (SILVA, G. 2015, p. 26).

Quando de sua criação, a ferramenta de curtir ou *like*, essa função era reconhecida apenas pelo símbolo de uma mão com o polegar erguido. Contudo, com as atualizações do *Facebook* foram inseridas mais possibilidades que demonstram outras reações ao curtir uma publicação. A última atualização do *site* de rede social acrescentou símbolos que representam outras expressões e que tornam possível demonstrar tanto a

aceitação quanto a negação, entre outras impressões sobre a publicação visualizada, como exemplificado pela imagem abaixo:



Figura 2– Botões alternativos ao “Curtir” do Facebook. Fonte: Facebook.

De acordo com a Central de Ajuda do *Facebook*,

Clicar em **Curtir** [grifo do autor] embaixo de uma publicação no Facebook é um modo de dizer às pessoas que você curtiu a publicação, sem deixar comentários. Assim como ocorre em um comentário, todos que puderem ver a publicação poderão ver que você a curtiu (FACEBOOK, 2018).

Trata-se de uma das possibilidades de os sujeitos interagirem e demonstrarem que tiveram acesso àquela publicação. Para Recuero (2014, p. 119), “o botão “curtir” parece ser percebido como uma forma de tomar parte na conversação sem precisar elaborar uma resposta”. Interessante reafirmar que, apesar de utilizado o vocábulo “curtir”, a ferramenta também possibilita marcar o desagrado ou desacordo do usuário com as publicações visualizadas.

Há, ainda, a possibilidade de “comentar”. Escrever um comentário em alguma publicação pode ser percebido como uma interação maior que simplesmente curtir, isso pelo fato de o comentário permitir que a pessoa se expresse com suas próprias palavras. Para Recuero (2014), os comentários são as práticas mais evidentemente conversacionais, pois é através dessa prática que os sujeitos interagem com as mais diversas finalidades como: pedir algo, fazer um elogio, insultar, concordar ou discordar de alguma publicação dentre outras opções. Sobre a noção de comentário no *Facebook*, Recuero (2014) considera que,

Trata-se de uma mensagem que é agregada através do botão da postagem original, é visível tanto para o autor da postagem quanto para os demais comentaristas, atores que “curtam” e

compartilhem a mensagem e suas redes sociais. É uma ação que não apenas sinaliza a participação, mas traz uma efetiva contribuição para a conversação (RECUERO, 2014, p. 120).

Ainda, para a autora (ibidem), “o comentário compreenderia assim uma participação mais efetiva, demandando um maior esforço e acontecendo quando os usuários têm algo a dizer sobre o assunto”.

Podemos dizer que o comentário parece apresentar uma participação mais efetiva do ator social com a conversação, embora haja um maior risco para a face, pois ocorre uma participação mais visível. Isso porque o que é dito pode ser facilmente descontextualizado quando migrar para outras redes através das ferramentas de compartilhamento, de curtida e mesmo de comentário. Para Recuero (2014, p. 21), “essa compreensão do comentário como um risco para a face também leva muitos usuários a desistir de comentar e optar por apenas “curtir”, uma vez que o risco para a face é menor”. A nosso ver, o risco de que o outro não compreenda o que se deseja dizer no comentário é muito maior que o simples ato de curtir uma publicação, visto que a curtida salvaguarda os usuários de se expressarem com suas próprias palavras.

Aos recursos adicionados recentemente, o *Facebook*, em suas últimas atualizações inseriu outras formas de tornar o comentário mais interativo como a possibilidade de inserir *emoji*⁷, anexar foto, *gif*⁸ ou figura juntamente ao comentário, conforme a imagem subsequente:

⁷ Palavra de origem japonesa. São ideogramas e símbolos utilizados em mensagens eletrônicas na internet. Os *emoji* podem representar uma ideia, uma palavra ou até mesmo uma frase completa.

⁸ GIF (*Graphics Interchange Format* ou formato de intercâmbio de gráficos) é um formato de imagem utilizado para armazenar ícones e pequenas animações.



Figura 3– Caixa de comentário do *Facebook*. Fonte: *Facebook*.

Outra alternativa é “compartilhar”. Recuero (2014) aponta que a principal função de compartilhar a publicação de alguém é ampliar o seu alcance. Parece que compartilhamos aquilo que, de alguma forma, nos chama a atenção, nos impulsiona a mostrar alguma mensagem para outras pessoas. Para a autora,

Compartilhar uma informação também é tomar parte na difusão da conversação, na medida em que permite que os usuários construam algo que pode ser passível de discussão, uma vez que é de seu interesse, para sua rede social. O compartilhamento também pode legitimar e reforçar a face, na medida em que contribui para a reputação do compartilhado e valoriza a informação que foi originalmente publicada (RECUERO, 2014, p. 120).

Entendemos que compartilhar é um modo de difundir um conteúdo, de torná-lo acessível a outras pessoas. Compartilha-se o que chama mais atenção, o que se difere daquele conteúdo que, muitas vezes, se curte de forma automática, simplesmente para apontar que foi visualizado. Isso demonstra algo que percebemos: em sua maioria, as publicações possuem mais curtidas que comentários e compartilhamentos.

Entendemos que essa diferença numérica entre curtidas, comentários e compartilhamentos reflete a postura da maioria dos usuários, que trata as curtidas como uma forma de adesão mais imediata e menos exigente, e talvez menos comprometedor do que o ato de comentar ou compartilhar.

Todo esse histórico sinaliza que, seja por meio da facilidade ou da viabilidade, essas ferramentas e funcionalidades do *Facebook* podem interferir nos tipos de interação, especialmente as interações cujos comentários são marcados por posicionamentos violentos.

1.5 O gênero comentário eletrônico

Nesta seção buscaremos caracterizar o comentário eletrônico que é publicado nas redes sociais pelos internautas e mostrar porque ele pode ser considerado um gênero.

Antes de discorrermos sobre o comentário eletrônico, nos apoiamos em Cunha (2012) para buscarmos algumas premissas do que se entende por um comentário, suas formas de apreensão e as diversas possibilidades que esse gênero assume:

Os significados de *comentário* referem ao fato de ser um texto sobre outro texto: “notas ou ponderações, por escrito ou orais, críticas ou de esclarecimentos, acerca de um texto, um evento, um ato, etc.” (Dicionário Houaiss); “observação crítica, nota ou conjunto de notas, em forma oral ou escrita, que se faz sobre texto, filme, obra de arte, etc.; interpretação mais ou menos maliciosa que se dá aos atos ou às palavras de outrem” (<http://aulete.uol.com.br/comentário>). Para Foucault (1971), o comentário tem o papel de dizer o que estava articulado silenciosamente no primeiro texto. Não é o que fazem os internautas nesses portais (CUNHA, 2012, p. 31-32).

Partindo dessas apreensões da noção de comentário, entendemos que sua associação com a tecnologia possibilita observar uma possível subcategoria na forma de “comentário eletrônico”, tido como uma alternativa contemporânea de interação entre os sujeitos inseridos nas redes sociais na internet. O comentário eletrônico, a nosso ver, apresenta-se como uma outra modalidade advinda da própria noção de comentário, mas ocorre na internet, um local de circulação com características próprias. Cunha (2012, p. 27) afirma que,

O comentário eletrônico é uma prática social que faz parte da vida cotidiana de milhares de pessoas. É um novo tipo de diálogo que os jornalistas não conheciam antes da internet, uma vez que as cartas de leitores eram editadas, não eram imediatas e raramente eram respondidas pelo editor ou por outros leitores da mídia impressa.

Observamos, assim como a autora, que o comentário eletrônico é um gênero em expansão em razão do crescente uso de redes sociais e das novas tecnologias, como os jornais e blogs que estão no *Facebook*. É possível escrever comentários, enviar vídeos e *links*, a partir de iPhones, *tablets*, celulares. Segundo Balocco (2016a, p. 425), podemos encontrar esse tipo de gênero em diferentes espaços:

Os comentários (ou *posts*) eletrônicos são publicados em diferentes *sites* da internet; há comentários em blogs, em *sites* de notícias, em redes sociais, como o *Facebook*, ou o *Twitter*, dentre várias outras possibilidades.

Ao tratar da representação de atores sociais em comentários eletrônicos, consideramos que os comentários se apresentam diferentemente de outros gêneros como as cartas de leitor em jornais e revistas. Para Balocco (2016a), nos comentários eletrônicos tudo pode ser dito e publicado por não haver qualquer tipo de edição por parte dos *sites* em que são postados. Segundo a autora (2016a, p. 425), “além desse traço, possibilitado pelas características da mídia digital, abre-se a possibilidade de interação, em tempo real, entre internautas, a respeito de um mesmo tema”.

Talvez seja um pouco arriscado afirmar que por meio dos comentários tudo pode ser dito, ainda mais se levarmos em consideração as ferramentas que os *sites* possuem para regular as interações. Ainda para a autora,

Os internautas expressam suas opiniões aberta e livremente, além de trocarem insultos sem o menor constrangimento e, ao fazerem isso, materializam, no seu discurso, um imaginário habitado por diferentes atores sociais.

Acreditamos que as proposições da autora sobre a liberdade de tudo publicar pode não ocorrer de forma tão regulada, sobretudo se observarmos as políticas de uso desses *sites*. Dessa forma, consideramos que nem tudo pode ser dito ou publicado, sob sanção de ter o comentário excluído ou até mesmo de o internauta ser banido ou ficar impossibilitado de publicar por algum tempo.

Ainda sobre as características desse gênero, concordamos com Cunha (2012) quando considera o comentário eletrônico como uma prática discursiva que tem seu propósito e suas regras. Entendemos que seu funcionamento se

dá a partir de um texto fonte em que o leitor constrói novos discursos, direcionando a partir de aspectos temáticos, os sentidos múltiplos, explícitos ou implícitos, ou introduzindo deslocamentos e mudanças de tema em função do seu ponto de vista (CUNHA, 2012, p. 28).

Observamos que, do ponto de vista da construção do gênero, os comentários funcionam como um diálogo cotidiano, em que a premissa da interação com notícias e publicações anteriores serve como motivo para que os internautas interajam.

Abordaremos, a seguir, as formulações sobre gênero sob as perspectivas de Rodrigues (2005) e de Marcuschi (2008) para que possamos caracterizar o comentário eletrônico como tal.

Para Marcuschi (2008, p. 147), o termo "gênero" surgiu na tradição ocidental, particularmente associado aos gêneros literários. Segundo o autor, as discussões sobre gênero estavam nos escritos de grandes nomes como Platão, Aristóteles, Horácio e Quintiliano, circulando pela Idade Média, o Renascimento e a Modernidade, até os primórdios do século XX. Marcuschi (2008) reconhece que a noção de gênero já não mais se vincula apenas à literatura, mas é utilizada para se referir a uma categoria distintiva de discurso de qualquer tipo, falado ou escrito, com ou sem aspirações literárias. Para Rosângela Rodrigues (2005),

A constituição dos gêneros encontra-se vinculada à atividade humana, ao surgimento e (relativa) estabilização de novas situações sociais de interação verbal. Em síntese, os gêneros correspondem a situações de interação verbal típicas (mais ou menos estabilizadas e normativas): cada gênero está vinculado a uma situação social de interação, dentro de uma esfera social; tem sua finalidade discursiva, sua própria concepção de autor e destinatário (RODRIGUES, 2005, p. 165).

Pode-se dizer que o comentário eletrônico possui características de gênero, visto que tanto Cunha (2012) quanto Rodrigues (2005) apontam como ponto de encontro a atividade humana, a prática social. O comentário eletrônico possibilita estabelecer que sua presença se dá através de uma situação de interação verbal com características que permitem apreendê-lo dentro de uma esfera social. Portanto, como gênero. Sobre sua categorização

como gênero discursivo ou textual, baseamo-nos em Marcuschi (2008) ao considerar que,

Entre o discurso e o texto está o gênero, que é aqui visto como prática social e prática textual-discursiva. Ele opera como a ponte entre o discurso como uma atividade mais universal e o texto enquanto a peça empírica particularizada e configurada numa determinada composição observável. Gêneros são modelos correspondentes a formas sociais reconhecíveis nas situações de comunicação em que ocorrem. Sua estabilidade é relativa ao momento histórico-social em que surge e circula (MARCUSCHI, 2008, p. 84).

Portanto, amparados pelas proposições dos supracitados autores, podemos constatar que o comentário eletrônico, como uma prática social, possui características como: opinar, compartilhar, refletir, trocar, relatar, ou seja, um texto sobre outro texto, porém, tido como um gênero que circula no formato digital ou eletrônico.

Como estamos tratando das redes sociais na internet, acreditamos que considerar o comentário eletrônico como gênero permite propor uma reflexão em que os gêneros digitais⁹ podem ser observados também na comunicação típica das redes sociais: postagens, compartilhamentos, *tweets*, entre outros, o que sustenta que o advento da tecnologia digital pode implicar diretamente tanto nas noções de gênero, quanto na comunicação.

O comentário eletrônico possibilita visualizar que, para determinadas situações nas redes sociais, têm-se a preferência pelo encurtamento dos textos e o uso de outras ferramentas como o uso de *emoji*, de memes, de *gifs*.

Ao analisarmos a violência verbal e as formas hostis de tratamento com a intencionalidade comunicacional de atingir e desqualificar alguém, entendemos que categorizar o comentário eletrônico como gênero nos possibilita reconhecer que, assim como aponta Balloco (2016a), o comentário pode ser mais propenso a conter uma linguagem mais pesada, uma vez que, diferentemente de outros textos que circulam na internet como artigos de blogs

⁹ A expressão “gêneros digitais” foi utilizada conforme a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017, p. 263), e corresponde a blogs, mensagens instantâneas, *tweets*, entre outros.

e notícias, as pessoas podem se expressar mais abertamente e livre de inibições.

Sobre a diferenciação do gênero comentário eletrônico de demais tipos de comentários, entendemos tratar-se de uma modalidade peculiar de comentário por ocorrer no campo midiático e a partir da mobilização de certos aparatos tecnológicos; esse tipo de comentário caracteriza-se pela possibilidade de o próprio autor poder excluí-lo ou editá-lo.

Embora novos gêneros estejam surgindo, consideramos que muitos correspondem à transformação de antigos gêneros que, graças ao dinamismo da comunicação digital, apresentam outras características, sem deixar de dialogar com os anteriores. Os blogs, por exemplo, se assemelham aos diários uma vez que muitos possuem as mesmas características e, por isso, são comumente chamados de “diários virtuais”. Outro exemplo é o e-mail que, assim como a carta, apresenta a estrutura de identificação do remetente, despedida, entre outras características.

CAPÍTULO II

A VIOLÊNCIA VERBAL

Neste segundo capítulo, utilizaremos as pesquisas de Marie-Anne Paveau (2015) para tratar da violência verbal, amparados ao que a autora apresenta sobre moral e ética na linguagem. Para Paveau (2015, p. 24) “no conjunto dos usuários de uma língua tomada nos contextos culturais, históricos e sociais, realmente existem critérios morais para a produção discursiva”. Assim sendo, discutiremos de que forma aspectos éticos e morais atravessam os comentários com violência verbal presentes no *Facebook*.

Ainda, neste capítulo, faremos um levantamento dos estudos sobre a temática da violência verbal. De acordo com os autores pesquisados, muitas são as possibilidades de apreender esse fenômeno que busca desqualificar e desmerecer tanto um sujeito quanto um grupo. Tentaremos conceituar a violência verbal, bem como identificar e descrever como ela configura-se nos comentários da página do Senado Federal no *Facebook*.

2.1 Axiologia, moral e linguagem

Partindo do ponto de vista filosófico, Paveau (2015) propõe uma reflexão sobre a articulação de aspectos axiológicos e a linguística, embora declare que se trata de um estudo complexo e cheio de indagações. Segundo a autora,

se o estudo da língua como sistema é o estudo das leis formais de funcionamento da língua, se o estudo da língua em contexto consiste em trabalhar sua articulação com dados sociais, históricos e culturais numa perspectiva objetiva, então é difícil entender como o parâmetro ético interviria (PAVEAU, 2015, p. 18).

Apesar de a questão da moralidade das palavras não pertencer ao programa da linguística, a autora busca discutir mais profundamente como tal questão permeia os estudos da linguagem, sempre levando em consideração o contexto.

Neste trabalho, assim como fez Paveau (2015), utilizaremos o termo *moral* como sinônimo de *ética*. Nesse sentido, os dois vocábulos designam

“o conjunto de reflexões que, desde Aristóteles, tratam da maneira como os homens organizam seu comportamento para atingir o objetivo da vida boa e/ou da vida justa” (PAVEAU, 2015, p. 359).

No livro “A linguagem da moral”, o filósofo Richard Hare (1996), conhecido pelo prescritivismo, não trata da moral da linguagem, mas busca discutir a análise da linguagem para a resolução dos problemas éticos. Para o autor,

num mundo em que os problemas da conduta tornam-se mais complexos e atormentadores a cada dia, há uma grande necessidade de compreensão da linguagem na qual esses problemas são colocados e respondidos. Pois a confusão quanto a nossa linguagem moral leva não meramente a confusões teóricas, mas a perplexidades práticas desnecessárias (HARE, 1996, p. 4).

Pode-se dizer que o autor se ocupa não em refletir sobre a moral como aspecto constitutivo da linguagem, mas parte de uma abordagem que busca tratar de problemas de conduta. Para ele, a função dos princípios morais é orientar o comportamento dos sujeitos, ou seja, em sua perspectiva, a linguagem da moral é uma espécie de linguagem prescritiva. Dessa forma, nossos estudos não se aproximam muito, visto que partimos de objetivos diferentes, sendo de nosso interesse constatar se existem aspectos morais na linguagem e não a prescrição de uma abordagem moral.

Ana Cristina Carmelino (2018), no artigo “O pacto do insulto: variação estilística, moral e identificação em interações humorísticas” busca tratar da variação e das normas em Sociolinguística vinculando-as a questões morais. Para a autora, a língua é entendida não como uma entidade abstrata que independe de fatores sociais, mas como uma forma de interação social. Segundo Carmelino (2018, p. 36),

entende-se que a perspectiva moral transposta para o campo do léxico pode se renovar. Logo, há uma linha frágil entre as fronteiras do que se imputam como bons costumes. Formas vulgares podem incorporar-se à fala culta e vice-versa. Nesse sentido, a vida das palavras torna-se um reflexo da vida social e, em nome de uma ética vigente, proibem-se ou liberam-se palavras, processam-se julgamentos de “maus” ou “bons” termos, apropriados ou inadequados aos mais variados contextos.

A nosso ver, as reflexões de Hare (1996) se diferem dos estudos de Paveau (2015), já que, ao tratar da linguagem, a autora busca analisar não o funcionamento linguístico de enunciados morais, mas o seu valor moral em contexto, enquanto as proposições de Hare (1996) abordam a linguagem como instrumento prescritivo para tratar de aspectos éticos, ou seja, uma linguagem da moral. Já as proposições de Carmelino (2018) partem da variação das normas.

Paveau (2015, p. 20) afirma que “a dimensão ética está presente nas relações de comunicação, em outras palavras, nas estruturas do intercâmbio, e não na forma das palavras e dos discursos”. Tal afirmação permite discutir a questão ética e moral na linguagem por meio da interação e não puramente pelo léxico. Dessa forma entendemos que as proposições da autora permitem acessar o material de análise desta pesquisa, uma vez que fazemos uma abordagem contextual da linguagem, ou seja, de enunciados que consideram as condições de produção. Tomamos por base o questionamento de Paveau (2015, p. 24), para tentarmos refletir sobre a moral e sua relação com a violência verbal:

haverá condições éticas para os usos lexicais desses termos quando sua carga de memória é tão grande quanto a de Auschwitz, Ruanda, Pol Pot, ou também como refém, terrorista, genocídio, massacre? Se sim – como penso -, quais são elas?

No caso de uma página com publicações de teor político como a que analisaremos propomos a seguinte questão: haverá condições éticas em termos como “comunistazinho”, “manifestoche”, “bandidaço” dentre outros? Como sugere Paveau (ibidem), nos questionamos: “haverá bons enunciados no sentido moral do termo? Se sim, o que é então um enunciado passível de receber um juízo de valor moral? E como o valor moral se manifesta linguisticamente falando?” Tais perguntas sustentam nosso interesse por abordar a moral a partir da linguagem.

Paveau (2015) não concebe que exista na base da linguagem um valor moral. Para ela, existem critérios morais para a produção discursiva quando se leva em consideração o conjunto de usuários de uma língua tomada nos contextos culturais, históricos e sociais. Para a autora (2015, p. 25),

A questão da dimensão moral dos enunciados emerge de um “acontecimento discursivo moral”, ou seja, de um conjunto de comentários e reações em dado grupo ou sociedade, a propósito de dado enunciado.

Sob essa perspectiva, entendemos que no *Facebook*, em uma página de divulgação política como a “Página oficial do Senado Federal”, pode ocorrer esse acontecimento discursivo moral, visto que analisamos comentários que nos possibilitam perceber certos posicionamentos e reações dos sujeitos comentantes.

Partindo do que a autora desenvolve como “virtude discursiva” e levando em consideração o contexto, concordamos com ela quando afirma que “existe certo número de critérios que, em certa época, lugar e sociedade, definem para os usuários do discurso a aceitabilidade moral de um enunciado.” (PAVEAU, 2015, p. 26).

Tal prerrogativa aponta para a questão axiológica ou moral não como pertencente à linguagem ou ao enunciado em si, mas no acontecimento discursivo que refletem valores ou, no caso da violência verbal que compõe o *corpus* desta pesquisa, valores com traços negativos.

Para Paveau (2015), a moral parece decorrer de algumas questões como ajustes dos discursos ao mundo, traduzido pela ideia de “verdade” das palavras; das memórias discursivas que os informam e possibilitam; dos discursos às normas de relações com os agentes, admitidas em uma sociedade. (PAVEAU, 2015, p. 26).

Os critérios apresentados por Paveau (2015), a nosso ver, se relacionam com as considerações de Charaudeau (2014, p. 232) sobre a linguagem utilizada como “um argumento que se fundamenta num consenso social pelo fato de que os membros de um grupo sociocultural compartilham de determinados valores”, já que, qualificar ou desqualificar alguém ou um grupo é tomar partido, e isso só pode ser reconhecido e legitimado por membros de um grupo a partir de certas questões axiológicas.

Nesse caso, o que se pode perceber na violência verbal presente no material de análise é uma possível recorrência do embate entre posicionamentos políticos, em que os sujeitos comentantes se atacam

verbalmente. Entendemos que a dimensão ética pode estar presente muito mais nas relações de comunicação ou nas estruturas do intercâmbio, que na forma das palavras e dos discursos, conforme aponta Paveau (2015). Para a autora, “o conjunto desses elementos constitui aquilo que chamo de virtude discursiva, que funciona no âmago de uma ética dos valores [...] e supõe uma negociação intersubjetiva no interior de dado grupo ou dada sociedade”. (PAVEAU, 2015, p. 26).

Partindo dessa discussão sobre a linguagem e sua questão valorativa, propomos uma reflexão acerca do conceito de violência verbal e da sua natureza, considerando que as ofensas encontradas possuem traços que nos possibilitam caracterizá-las em natureza ideológica, moral, sexual, religiosa e intelectual.

2.2 Violência verbal: concepções e reflexões

Ao tratar da violência na sociedade, Yves Michaud (1989) faz a distinção entre atos de violência e estados de violência, considerando que a noção de estados de violência está presente no que se pode entender por uma interação metafísica, pois não é necessário o contato físico entre os sujeitos para que a violência seja instaurada. Segundo Michaud (1989, p.10),

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.

Partindo dessa perspectiva, entendemos que a violência verbal se enquadra como estado de violência por sua interação metafísica e não pelo contato físico, o que permite partir da noção de estados violência para uma reflexão sobre casos de violência verbal.

Diversas pesquisas no campo dos estudos linguísticos têm se dedicado à análise da violência verbal nos últimos anos, como as de Joseph Kayany (1998); Dominique LARGOGETTE e Pierre LARRIVÉE (2004); Auger *et al.* (2008); Jonathan Culpeper (2011); Doris da Cunha (2013); Ruth Amossy (2011, 2017);

Anna Elisabeth Balocco (2016, 2017); Marie-Anne Paveau (2015) dentre outros. Em comum a todos esses estudos o fato de se considerar que a linguagem poder agir no intuito de ofender, desmerecer ou desqualificar.

A violência verbal pode ocorrer por meio de ofensas, injúrias, insultos, difamação, palavrões, xingamentos¹⁰, entre outros. Segundo Cunha (2013), alguns desses termos são utilizados como sinônimos, visto que os contornos dessas noções são fluidos e as definições se sobrepõem. Ainda, segundo a autora, trata-se de um campo de estudo que tem interessado aos especialistas da comunicação e da educação, sociólogos, psicólogos, psicanalistas, juristas, etnólogos, historiadores, linguistas, o que aponta para uma atenção heterogênea para este fenômeno da linguagem e sua dimensão multifacetada.

Balocco (2016b) salienta que Culpeper (2011), ao tratar do fenômeno da polidez na linguagem utilizada para ofender, elenca duas condições necessárias para que ocorra a violência verbal. Para Culpeper (2011): (i) a linguagem deve estar em conflito com as expectativas do interlocutor, considerando-se a forma como ela lhe é direcionada; (ii) a linguagem deve produzir, de alguma forma, o efeito de ofensa ou ter consequências emocionais negativas.

Ao sustentar que a violência verbal produz o efeito de ofensa ou tem consequências negativas, consideramos os casos em que termos socialmente marcados como violentos podem ser utilizados sem que se produza um efeito de sentido ofensivo. Por exemplo, um amigo pode cumprimentar o outro, tratando-o por “filho da puta”, “cornô”, “viado”, entre outras possibilidades. Dentro de determinado contexto, esses termos não são tidos como uma ofensa, mesmo que tenham sido utilizadas palavras potencialmente ofensivas. Muitas vezes, palavras ou expressões axiologicamente tidas como pejorativas e ofensivas podem ser utilizadas, por exemplo, para cumprimentar um amigo e

¹⁰ Apesar de existirem diferenças do ponto de vista jurídico, não temos neste trabalho o objetivo de analisar essas diferenças e nem definir cada noção do ponto de vista linguístico. As definições dos dicionários demonstram a dificuldade de se distinguir essas noções. No Minidicionário Aurélio (2000), há as seguintes definições: insulto: injúria, ultraje, afronta; insultar: dirigir insulto a; injúria: ato ou efeito de injuriar, aquilo que é injusto; injuriar: dirigir injúria ou insulto a; xingamento: ato ou efeito de xingar, insulto, afronta; xingar: dirigir insultos ou palavras afrontosas, dizer insultos e palavras afrontosas. Como se vê, as definições se sobrepõem.

assim elas deixam de produzir o efeito de ofensa. Isso mostra que as circunstâncias devem ser levadas em consideração para que se identifique uma expressão como uma ofensa. Assim, concordamos com Balocco (2017, p. 1017), para quem

as percepções de ofensa dependem do contexto: aquilo que é considerado ofensivo, para determinado interlocutor, em certa situação, pode não ser percebido da mesma forma em situação distinta.

O material de análise dessa pesquisa é composto por um conjunto de palavras e enunciados axiologicamente negativos no âmbito do contexto em que são usados, considerando que a violência verbal pode ocorrer nos espaços digitais, nas redes sociais.

Ao pesquisar sobre insulto racial e ofensas verbais, Guimarães (2000) propõe uma reflexão a partir das proposições de Charles Flynn (1977), que define o insulto como um ato, observação ou gesto que expressa uma opinião bastante negativa de uma pessoa ou grupo.

Cunha (2013, p. 242), em seu trabalho sobre a violência verbal nos comentários de leitores publicados em *sites* de notícia, aborda as proposições de Auger *et al.* (2008), ao conceber que esse fenômeno se estabelece por três tipos de conflitos: interpessoais, estruturais ou culturais. De acordo com as autoras, os conflitos interpessoais ocorrem a partir do questionamento do outro, em um movimento de reprovação do que ele é ou representa; os conflitos estruturais ocorrem quando há transgressão de normas sociais; já os conflitos culturais ou de valores, ocorrem quando os locutores se encontram em divergência de ideias morais ligadas a grupos sociais ou éticos.

Talvez as proposições de Auger *et al.* (2008) se aproximem mais do que entendemos por violência verbal, visto que são elencados aspectos significativos para que possamos identificar e descrever os enunciados que compõem o *corpus* desta dissertação. Os conflitos interpessoais podem ocorrer pela reprovação ou questionamento do outro, visto que, na página do Senado Federal no *Facebook*, as ofensas podem ser reconhecidas com base na reprovação de sujeitos, como exemplo, o caso do ex-deputado Jean Wyllys

(que veremos nas análises a partir da página 62), ao ser atacado por sua orientação sexual.

Outra perspectiva sobre a violência verbal é apresentada por Dal Corno (2010) que, ao tratar de insultos como linguagem disfêmica, apresenta como três elementos que interagem no insulto.

são pelo menos três os elementos que interagem no insulto: o insultador, aquele que lança contra outrem o insulto; o insultado, aquele a quem o insulto é dirigido; e o insulto propriamente dito, que pode se manifestar como uma palavra, um atitude, um gesto, uma ação, incluindo seu resultado (Dal Corno, 2010, p. 43).

Corroboramos com a ideia de que os três elementos apontados pela autora nos possibilitam visualizar e categorizar a violência verbal. A autora ainda aborda o que chama de conflitos estruturais, em que entrariam casos de injúria, como violência verbal. Apesar de entender a importância de se discutir sobre essa forma de atingir uma pessoa ou um grupo, não entraremos nos casos de injúria que, em conformidade com o Código Penal brasileiro, pode se configurar como um dos crimes contra a honra. Segundo Dal Corno (2010, p. 45),

o Código Penal brasileiro, no Capítulo V – Dos Crimes contra a Honra, Artigo 140, § 3º (com redação determinada pela Lei no. 10.741, de 2003), pune a injúria (ofensa verbal) que “consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência” com a pena de “reclusão de um a três anos e multa”.

Outra perspectiva da violência verbal é utilizada por Kayany (1998 apud BALOCCO e SHEPHERD, 2017), que utiliza o termo *flaming* para tratar de uma linguagem que se apresenta como “uma expressão de hostilidade, livre de inibições, tal como xingar, injuriar, ridicularizar, lançar insultos a outra pessoa, seu caráter, religião, raça, inteligência, e habilidades física ou mental”. Partindo desse prisma, Balocco e Shepherd (2017) propõem uma reflexão sobre a violência verbal em postagens publicadas em um *site* de notícias, acerca da campanha eleitoral brasileira de 2014. No referido trabalho, as autoras se

amparam tanto no conceito de *flaming* abordado por Kayany (1998) quanto no discurso polêmico de Amossy (2011). Para elas,

o fenômeno da violência verbal em mídia digital também é estudado por Amossy (2011), que argumenta que a linguagem agressiva e polarizada, embora possa ser relacionada a alguns traços da mídia digital, não resulta exclusivamente desta. A autora enfatiza ainda que, embora alguns pesquisadores vejam a violência verbal, do ponto de vista psicossocial, como comportamento não regido por regras (“comportement dénué d’inhibition”), o fenômeno deve ser entendido a partir das características do discurso polêmico (Balocco e Shepherd, 2017, p. 1014).

Ruth Amossy (2017) aborda o conceito de violência verbal sob a perspectiva de *discussões inflamadas* ao tratar da polêmica, tema no qual a violência verbal é frequentemente abordada. No caso dessa pesquisa que trata de comentários em *sites* de redes sociais, utilizaremos as proposições de Kayany (1998) e Dal Corno (2010) em função de suas delimitações tanto sobre as formas de categorização da violência verbal quanto da percepção dos sujeitos envolvidos nos comentários.

Contudo, nos apoiaremos nas asserções da autora para aprofundar os estudos a respeito de como as discussões inflamadas ocorrem na internet, uma vez que suas formulações têm sido utilizadas por outras pesquisas nos estudos da linguagem. Para Amossy (2017, p. 174),

essa denominação metafórica [discussões inflamadas], foi utilizada na linguagem corrente para designar as interações hostis e agressivas nas discussões online, sendo objeto de reformulações científicas acadêmicas que colocaram em dúvida quanto à sua definição exata, sua pertença exclusiva à CMP [comunicação mediada por computador], suas fontes sociopsicológicas e suas funções nas interações virtuais.

Segundo a autora, existe uma grande discussão se a ideia de pertencimento exclusivo das discussões inflamadas se restringe ao ambiente eletrônico, já que tal formulação pode ser encontrada em outros espaços de interação. Amossy (2017) considera que o advento de discussões inflamadas não é fruto apenas da interação na internet, posto que “se relaciona a um contexto político, cultural e religioso, de modo que as discussões inflamadas

aparecem como a expressão de conflitos exteriores à internet, que estão desenvolvendo-se no espaço virtual.” (Amossy, 2017, p. 174).

Como Amossy (2017), entendemos que as discussões inflamadas podem ser encontradas não somente nos meios digitais, mas também em conflitos em outros espaços, que não se relacionam à internet, tais como em debates televisivos ou discussões em um bar ou em um café, como declara a autora (AMOSSY, 2017, p. 173). A nosso ver, tal proposição não compromete os estudos que se ocupam de discutir a violência verbal em comunidades virtuais, mas reafirmam que se trata de algo também presente em interações face a face.

Paveau (2015) tem analisado ocorrências no *Twitter*, abordando casos das normas sociais com vista na polidez na linguagem, na noção de politicamente correto, de etiqueta ou netiqueta e de bons modos. Para Paveau (2015, p. 175), “o politicamente correto não é uma crise dos valores culturais, mas uma crise das concepções semânticas de senso comum que a maioria dos usuários da linguagem adota”. Ainda segundo a autora, no politicamente correto, o lugar linguístico da moral tem sua definição pelo metadiscurso¹¹ sobre a modificação lexical.

o que é de ordem moral, denunciado por essa razão, é a redenominação, como processo e depois como uso do “novo” termo. Tem-se aí – e o fenômeno é raro – um “marcador” possível para uma dimensão ética em linguística (PAVEAU, 2015, p. 175).

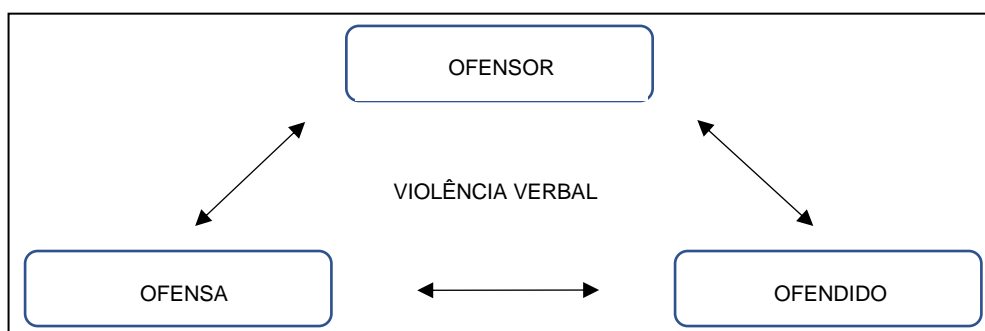
Nesse sentido, a autora trata da redenominação como forma de perceber o politicamente correto, como no caso da substituição do “mendigo” para “morador de rua” ou ainda, de “negro” para “afrodescendente”. Assim, Paveau (2015) se envereda pelas possíveis questões morais da linguagem. Apesar de não adentrarmos na proposta do politicamente correto em si, mas nas questões desenvolvidas sobre moral e ética, as proposições de Paveau (2015) permitirão descrever as ocorrências da violência verbal, identificando a natureza desse tipo de violência.

¹¹ Segundo Hyland e Tse (2004, p.157 apud SILVA, A. 2017), o metadiscurso é definido como elementos linguísticos que são usados para organizar um discurso ou que indicam a postura do escritor em relação tanto ao seu conteúdo quanto ao seu leitor.

Definimos a violência verbal como a utilização da linguagem para se dirigir a alguém ou a um grupo de modo a ofender, desmerecer ou desqualificar. Para que a violência verbal ocorra, é necessário que haja um conflito de qualquer natureza com a expectativa do interlocutor. Entendemos que um enunciado só configura-se como uma violência verbal se produzir um efeito de sentido ofensivo e assim gerar consequências emocionais negativas.

Ela pode ser identificada quando existe um distanciamento que gera reprovação ao que o outro é ou representa. E, por fim, a violência verbal (ofensa) procede de uma pessoa insatisfeita (ofensor) e é dirigida a alguém (ofendido); portanto, podemos considerar que há uma tríade do ponto de vista comunicacional a partir do que sugere Charaudeau (2014).

Inspirados no supracitado autor e em Dal Corno (2010), propomos o seguinte quadro¹² de representação da violência verbal em uma materialidade linguístico-discursiva:



Quadro 1 – Violência verbal. Fonte: Elaborado pelo autor.

Por fim, amparados por Allan e Burrigde (2006, p. 79, apud DAL CORNO, 2010, p. 44), consideramos que a violência verbal, sobretudo nas redes sociais, “visa ferir o destinatário ou atingir a reputação de um terceiro, ou ambos”. Dessa forma, nem sempre o alvo da violência verbal precisa estar presente na interação, mas, de algum modo, sua reputação é atingida.

2.3 Características da violência verbal

¹² Foram utilizados os termos ofensa/ofensor/ofendido, entretanto, poderiam ter sido escolhidos outros termos como insulto, xingamento, injúria, etc., por entendermos que todos esses conceitos se adequam à violência verbal.

Com base nos comentários analisados nessa pesquisa, postulamos que a violência verbal encontrada evidencia maneiras de se atingir o outro, assim como apresenta Kayany (1998). Chamamos aqui de natureza da violência verbal o tema sobre o qual incidem as ofensas e que nos possibilitaram descrever seus aspectos constitutivos. Philippi (1996, p. 70), ao tratar dos atos de violência em uma abordagem crítica, afirma que,

não se pode englobar o conjunto das ações praticadas por indivíduos, grupos e instituições - que veiculam traços implícitos ou explícitos de violência - em planos precisos de homogeneizações discursivas sustentadas em uma suposta condição humana inalterável. Os atos violentos - como também aqueles que os executam ou suportam os seus efeitos - não possuem uma natureza determinada.

Apesar de não observarmos atos dos sujeitos, mas a produção verbal nos comentários, constatamos que é possível alinhar a violência verbal em categorias para identificar e descrever sua natureza nos comentários analisados. Todavia, como sustenta Paveau (2015), sempre levando em consideração o contexto na ocorrência da violência verbal.

A partir dos comentários publicados na Página do Senado Federal no *Facebook* observamos a ocorrência de uma violência verbal de *natureza idônea*, pois é a face de sujeitos ou grupos que é atacada questionando sua aptidão e capacidade para ocupar determinados cargos, para realizar determinadas tarefas etc. O conceito atribuído a idôneo, segundo o Minidicionário Aurélio (2000, p. 371), se refere a algo “próprio ou adequado para alguma coisa; que tem condições para desempenhar certos cargos ou realizar certas obras”. Trata-se da qualidade de ser apto ou capaz de realizar bem o que lhe é conferido.

Por essa categoria, encontramos a violência verbal que desqualifica e desmerece sujeitos, caracterizando-os como inaptos e incompetentes, atingindo-os por meio de ofensas como se não possuíssem características necessárias para desempenhar determinadas tarefas, para ocupar determinado cargo ou função, como o caso de políticos ou grupo destes.

Tem-se como exemplo de ofensa de natureza idônea no *corpus* desta pesquisa quando se referem ao senador Renan Calheiros por “bandidaço”, “burocratas inúteis” os senadores e, ainda, “#SenadoresComprados” para tratar destes. Questionar a idoneidade de alguém é apontar que algo não está certo ou que não funciona como deveria. Dentro do que entendemos por ofensa de natureza idônea, apontamos que se trata de uma forma de demonstrar a insatisfação quanto ao encargo ou responsabilidade de alguém, cuja função fora atribuída, mas que não foram atingidas as expectativas.

Outro tipo encontrado é a violência verbal de *natureza sexual*. Essa natureza coloca em xeque a face dos sujeitos quanto à sua sexualidade, buscando desqualificá-los, utilizando, muitas vezes, de aspectos como a homossexualidade. Considerando características de ofensas verbais a partir de sua natureza sexual, entendemos que a escolha do vocábulo utilizado nunca é aleatória, mas se dá, sobretudo, em função dos valores de gênero, como exemplo, chamar o ex-deputado Jean Wyllys de “Jelama Wyllys”, como veremos no *corpus* desta pesquisa. Essa escolha não abarca apenas o aspecto semântico da palavra escolhida para ofender, mas considera também o modo de utilização, as pessoas a quem são dirigidas as ofensas, o que se inscreve a partir de contextos diversos, ou seja, o sentido de seu uso, seu aspecto pragmático, seu contexto.

Para tratar da natureza sexual presente na violência verbal, recorreremos a Baére, Zanell e Romero (2015), que realizaram uma pesquisa sobre o xingamento entre homossexuais como uma forma de coibir certos sujeitos. Para os autores, nos xingamentos, os valores de gênero são não apenas representados, mas também perpetuados. Na pesquisa, os participantes apontaram xingamentos atribuídos a mulheres e homens, indicando as situações em que ocorrem ofensa.

Entendemos que a ofensa de natureza sexual ocorre ao projetar no sujeito uma imagem inferiorizada, de forma que, ao atacar alguém elencando aspectos sexuais, busca-se apresentar traços de fragilidade. Historicamente, através de um olhar machista, subsiste a ideia de que traços masculinos exaltam a macheza e é tido como sinal de força e, por outro lado, ter traços femininos é tido como marca de fraqueza.

Para Baére, Zanell e Romero (2015), valores machistas relacionados à imagem da mulher subsistem em nossa cultura, como por exemplo, (i) no ideal de supressão dos desejos marcando a imagem de recatada e pura; (ii) no ideal do zelo que a impõe uma suposta essência cuidadora marcada pela abdição; (iii) pela busca constante por um ideal de beleza, destacando uma imposição no aspecto afetivo.

Partindo desses ideais relacionados às mulheres, percebemos que muitos dos insultos direcionados a esse público alvo se inscrevem em aspectos que, historicamente, tratam das mulheres por sua dignidade e sexualidade. No resultado da investigação dos supracitados autores,

as três formas de ofensa consideradas piores seriam justamente aquelas que vão de encontro aos valores que nossa sociedade cultua em relação às mulheres: contenção e renúncia sexual; disponibilidade e dedicação ao outro; e beleza (BAERE; ZANELLO; ROMERO, p. 626, 2015).

Em relação aos insultos de cunho sexual direcionados aos homens, os autores (ibid.) apontam que “ser homem se diz mais no imperativo do que no indicativo. Ser homem é a interpelação a não ser uma ‘mulherzinha’, objetivo do qual será demandado a dar provas durante toda a sua vida, no convívio e no pertencimento à casa dos homens.”

Em relação aos homens, os piores xingamentos atribuíveis a eles próprios estavam relacionados ao comportamento sexual passivo (46,6%), como “veado”, “bichinha” e “boiola”. [...] Nota-se que as ofensas pretendiam afrontar a virilidade sexual e laborativa, fundamento identitário na constituição de um “verdadeiro” homem em nossa cultura. (BAERE; ZANELLO; ROMERO, p. 265, 2015).

Nesses aspectos em que se destacam a virilidade sexual e a laborativa do homem, o primeiro denota a ideia de um “comedor sexual ativo”, que se orgulha em ser aquele que comanda, que tem o poder, que se entende como o provedor. O segundo afirma a ideia de produtividade, que subscreve o homem a partir do êxito profissional e ao acúmulo de riquezas, como aquele que tem a obrigação de ser o porto seguro do lar, aquele que está acima da mulher

quanto as obrigações do sustento do lar. Contudo, segundo os autores, esse modelo não engloba todos os homens.

Baere, Zanella e Romero (2015, p. 265) apresentam o conceito de masculinidades hegemônicas, “nas quais os grupos que se adaptam aos padrões normativos seriam dominantes, enquanto os subordinados seriam os que não satisfazem plenamente as expectativas sociais, como os homens homossexuais, por exemplo.”, o que podemos entender como um dos motivos para que esse tipo de natureza possa ocorrer em diversos espaços sociais.

Para Magalhães e Souza (2011, p. 54), “uma das causas centrais da violência na contemporaneidade é a negação da diferença. O não reconhecimento do outro como pessoa.”. A nosso ver, as ofensas verbais de cunho sexual se inscrevem nessa negação da diferença, sendo que, ao insultar um homossexual, elenca-se características ofensivas as quais não são reconhecidas como pertencentes àquele que insulta.

Tratar um homem homossexual no feminino, como forma de insulto, é se colocar na posição de não ter características femininas, é negar esses traços como se fossem algo inferior. Um homem, supostamente heterossexual, ao se referir a um homossexual como se fosse mulher, utiliza dessa forma de tratamento como aspecto negativo e pejorativo, a fim fazer chacota e rebaixar esse sujeito.

Outra categoria que encontramos para analisar a violência verbal nos comentários foi por meio da *natureza intelectual*. A título de exemplo, encontramos alguns excertos cujo teor da violência verbal recai sobre a capacidade intelectual das pessoas como “Foge não an(t)a. Senhora da mais alta classe intelectual” e “manifestoche”.

Atingir uma pessoa através da intelectualidade pode ocorrer de diversas maneiras, tanto de forma mais branda e irrefletida por meio de xingamentos, como por meio de insultos em que podem conter traços de sarcasmo e ironia para desmerecer alguém. Como exemplo, existem casos em que aparecem os termos “burro”, “imbecil”, “palerma”, “lesado”, “idiota”, esses termos geralmente são utilizados como forma de ofender alguém por meio de sua capacidade de apreensão do mundo, como se essas pessoas tivessem dificuldades

intelectuais. É comum utilizar esses adjetivos para desqualificar alguém que, de algum modo não corresponde a determinada expectativa, não consegue compreender uma proposta de comunicação ou simplesmente é ofendida de forma gratuita, sem nada ter feito.

Entendemos que a violência verbal de natureza intelectual pode ocorrer pela negação de um posicionamento, de um lugar social, da capacidade de realizar alguma tarefa. Isso fica mais claro nos comentários que compõem o *corpus* desta pesquisa, em que identificamos traços de violência verbal como forma de atingir o outro por meio de uma negação.

Apreendemos também a violência verbal por meio da *natureza ideológica*. Se levarmos em consideração o contexto e, que se trata de uma página de teor político onde circulam postagens referentes às ações do governo, a questão ideológica permeia consideravelmente tanto as publicações quanto os comentários.

Em seus estudos a respeito das formas ideológicas, Marx e Engels (1977) consideram que a interação entre as ideias e os seres sociais, relacionam-se e, ao mesmo tempo, diferenciam as mudanças econômico-estruturais das formas “jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as formas ideológicas em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo.” (MARX, 1977, p. 301-302, apud PEREZ 2018, p. 150). Segundo Perez (*ibidem*),

essa compreensão, presente na obra de importantes autores do pensamento marxista, entende a ideologia como uma forma de consciência que se materializa nas ações de determinados grupos e/ou classes sociais em conflito nas sociedades humanas.

Com base no que os autores supracitados apontam, pode-se dizer que existem pelo menos dois grupos políticos que se confrontam por questões ideológicas, direita e esquerda. De acordo com a tradição, a esquerda tem em seu foco a luta pelos direitos dos trabalhadores e da população mais pobre, o desenvolvimento do bem-estar coletivo e da participação popular dos movimentos sociais e minorias. Já a direita representa uma visão mais conservadora, ligada a um comportamento tradicional, que busca manter o poder da elite e promover o bem-estar individual.

Entendemos que definir um posicionamento político apenas por um viés partidário pode ser uma forma de estereotipar esses grupos, já que essa divisão binária não reflete a complexidade e contradições da sociedade. Contudo, não podemos deixar de observar que, por questões de posicionamentos políticos, esses grupos se confrontam.

Isto posto, observamos que a página oficial do Senado Federal no *Facebook* é seguida por pessoas dos dois grupos, o que podemos perceber nos comentários cujos conflitos são recorrentes por conta desses posicionamentos políticos. Assim, muitas vezes, as ofensas verbais presentes nos comentários se apresentam como forma de atingir tanto o grupo oposto quanto os sujeitos que, aparentemente, comungam com os ideais desse grupo.

Voltando às premissas de Auger *et al.* (2008, apud CUNHA 2013), consideramos que a violência verbal presente nos comentários do *corpus* selecionado indica a reprovação do que o outro é ou representa, de forma que as ofensas demarcam um distanciamento ou uma não identificação com o outro ou com o grupo que esse faz parte.

Temos como exemplo, expressões violentas como “comunistazinho de baixo clero” e “comunistinhas” para atingir aqueles que não fazem parte do que se considera válido, que não apreende o mundo ou a política da mesma forma, o que evidencia um não reconhecimento ideológico de posicionamentos.

Já a violência verbal de *natureza pessoal*, a nosso ver, pode aparecer intrinsecamente ligado a outras naturezas, uma vez que toda ofensa é direcionada a uma pessoa ou a um grupo. Ao serem usadas palavras ou expressões como “vagabundo”, “maconheiro”, “idiota” “feio”, “gordo”, observamos que apesar de serem elencadas características que se aproximam de outra natureza, são listados aspectos que, de certa forma, visam desqualificar e ridicularizar o indivíduo em sua subjetividade, por isso violência verbal de natureza pessoal.

Entendemos que a violência verbal de natureza pessoal é aquela cujos comentários são direcionados à dignidade da pessoa, sendo esta atingida não apenas quanto sua índole, suas crenças, mas principalmente quanto à sua

imagem, a fim de macular sua reputação no aspecto pessoal e social, como exemplo as expressões “#TemerVagabundo” e “canalhas”.

O sujeito alvo de violência verbal dessa natureza é caracterizado por suas atitudes e manifestações, de forma que não são respeitadas sua individualidade, seus defeitos e suas qualidades. Essa forma de se dirigir a outra pessoa também diz respeito às suas qualidades físicas. Observamos que a manifestação de desrespeito e desqualificação com a pessoa ofendida ocorre quando lhes são atribuídos valores negativos e pejorativos individuais e não no coletivo, como é possível nos outros tipos de natureza, ou seja, são evocados estigmas que se relacionam estritamente ao sujeito ofendido.

Por fim, percebemos violência verbal de *natureza moral*. Entendemos que essa categoria ocorre quando seu intuito é atingir a índole e o caráter de uma pessoa ou de um grupo. Trata-se de quando um bem de ordem moral como a honra é maculado. Quando se chama alguém de “bandido”, por exemplo, não são elencadas características físicas ou intelectuais para ofender essa pessoa, mas ataca-se sua honra, seu comportamento. Esse tipo de violência verbal visa atingir o jeito da pessoa, são as características de alguém que marcam o seu caráter, a sua personalidade.

Observa-se uma área de indeterminação entre ofensas de natureza moral e de natureza pessoal. No caso desta pesquisa, as áreas de indeterminação entre ofensa à honra ou de natureza moral, como no exemplo, “bandidaço” e insulto pessoal “#TemerVagabundo” não prejudicam os seus resultados, pois, na perspectiva de Guimarães (2000), tanto uma quanto outra são categorizadas como ameaças à face de uma pessoa.

Podemos assim sintetizar as categorias de violência verbal da seguinte forma:

NATUREZA DA VIOLÊNCIA VERBAL	
IDÔNEA	Ataca-se a face de um sujeito ou grupo, questionando sua aptidão e capacidade para ocupar determinados cargos, para realizar determinadas tarefas.
SEXUAL	Ataca-se face dos sujeitos quanto à sua sexualidade, buscando desqualificá-los, utilizando, muitas vezes, de aspectos como a homossexualidade e a feminilidade.
PESSOAL	Ataca-se à dignidade da pessoa, sendo esta atingida não apenas quanto sua índole, suas crenças, mas principalmente quanto à sua imagem, a fim de macular sua reputação no aspecto subjetivo.

IDEOLÓGICA	Ataca-se à dignidade da pessoa que não faz parte do que se considera válido, que não apreende o mundo ou a política da mesma forma, o que evidencia um irreconhecimento ideológico de posicionamentos.
INTELECTUAL	Ataca-se a face de um sujeito pela negação da capacidade racional e mental de realizar alguma tarefa, da capacidade de apreensão do mundo, como se a pessoa tivesse dificuldades intelectuais.
MORAL	Ataca-se a face de um sujeito visando desqualificar sua índole e caráter. Trata-se de quando um bem de ordem moral como a honra é maculado.

Quadro 2 – Natureza da violência verbal. Fonte: Elaborado pelo autor.

Apesar de construirmos o quadro 2, acima, entendemos que outras formas de natureza da violência verbal podem ser localizadas a depender da materialidade linguístico-discursiva e do contexto. A respeito da violência verbal nos comentários de publicações da página oficial do Senado Federal no *Facebook*, as supracitadas categorias foram de fundamental importância para a análise desta pesquisa.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DA VIOLÊNCIA VERBAL NOS COMENTÁRIOS

Neste capítulo, analisaremos discursivamente a violência verbal em comentários de publicações da página oficial do Senado Federal no *Facebook*. Pretendemos identificar as marcas discursivas que apresentam posicionamentos ofensivos, além de descrever os modos de funcionamento da violência verbal e identificar a natureza de violência verbal presentes nos comentários.

Num primeiro momento, traremos um breve percurso teórico sobre os comportamentos alocutivo, elocutivo e delocutivo que compõem o modo enunciativo de organização do discurso proposto por Charaudeau (2014). Entendemos que tais comportamentos indicam os posicionamentos com traços de violência verbal dos sujeitos nos comentários.

Ainda, com base nos estudos de Charaudeau (2014), trataremos dos procedimentos discursivos de definição, comparação, citação, descrição narrativa, com o objetivo de abordar a presença dos sujeitos nos comentários, bem como descrever o modo com que a violência verbal se instaura nas redes sociais.

Em seguida, apresentaremos as publicações sobre o decreto de intervenção militar no Rio de Janeiro que foram postadas nos dias 20 e 21 de fevereiro de 2018. Discorreremos sobre a página do Senado Federal mostrando como esta se apresenta como palco de interação de sujeitos que buscam se informar dos assuntos ligados ao governo brasileiro. Por fim, passaremos para a análise dos comentários.

3.1 A presença do sujeito nos comentários

As diversas formas de se comunicar dizem muito sobre aquele que se expressa. Quando, em uma situação comunicacional, selecionamos as palavras para fazermos-nos entendidos, transmitimos não apenas uma

mensagem em forma de texto, mas também deixamos transparecer aspectos que nos descortinam e demonstram nossos posicionamentos políticos, históricos, culturais.

Tais posicionamentos, de acordo com Benveniste (1966), se apresentam como marcas da subjetividade. Brandão (2012, p. 56) considera que, para Benveniste, “a subjetividade é a capacidade de o locutor se propor como sujeito de seu discurso e ela se funda no exercício da língua”. Segundo Benveniste (1966), o locutor, ao enunciar sua posição, institui-se como “eu” e, ao fazer isso, estabelece necessariamente um “tu”. Nesse processo de enunciação, entendemos que o sujeito, ao proferir insultos e xingamentos nos comentários, se institui como um “eu” e estabelece um “tu”, aquele a quem se dirige seu discurso. Ao hostilizar ou insultar alguém através de um comentário, entendemos que a língua é utilizada de forma violenta: a intencionalidade comunicativa é agredir por meio de palavras.

O modo de organização enunciativo será o ponto de partida para analisarmos a violência verbal instaurada nos comentários. Para Charaudeau (2014, p. 82),

No âmbito da análise do discurso, que é nossa perspectiva, o verbo **enunciar** se refere ao fenômeno que consiste em organizar as *categorias da língua*, ordenando-as de forma que deem conta da posição que o sujeito falante ocupa em relação ao *interlocutor*, em relação ao *que ele diz* e em relação ao *que o outro diz*. (Grifos do autor).

Charaudeau (2014) aponta que o *modo enunciativo* se volta para os protagonistas, para os seres de fala, que são internos à linguagem. Isso se relaciona àqueles que, a nosso ver, se expressam e enunciam suas proposições. O autor aborda esses seres de fala que selecionam, dentre as diversas possibilidades da língua, uma forma de se comunicar. Charaudeau (2014, p. 81) assevera que “o enunciativo é uma *categoria do discurso* que aponta para a maneira pela qual o sujeito falante age na *encenação* do ato de comunicação”. No caso dos comentários que analisaremos, trata-se daquele sujeito que em uma página específica, dentro do *Facebook*, utiliza a língua como instrumento para se expressar e assim, revela muito de si.

Conforme já dito anteriormente, nos serviremos dos três comportamentos do modo enunciativo desenvolvidos por Charaudeau (2014), sendo eles, (1) estabelecer uma *relação de influência* entre locutor e interlocutor em um comportamento alocutivo; (2) apresentar o ponto de vista do locutor, em um comportamento elocutivo; e, por último, (3) retomar a fala de um terceiro, num comportamento delocutivo.

Para Charaudeau (2014, p. 82), “quaisquer que sejam a identidade psicossocial e o comportamento efetivo do interlocutor, este é instado, pelo ato de linguagem do locutor, a ter uma determinada reação: responder e/ou reagir (*relação de influência*)”. Deste modo, dizemos que a relação de influência existe no ato de o sujeito comentante ser impulsionado a comentar a publicação da página do Senado Federal.

Charaudeau (2014) classifica alguns procedimentos linguísticos da construção enunciativa, as categorias modais, para categorizar o comportamento alocutivo. Para o autor:

As categorias modais de “Interpelação”, “Injunção”, “Autorização”, “Aviso”, “Julgamento”, “Sugestão” e “Proposta” configuram uma *relação de força* em que o locutor se coloca em posição de superioridade com relação ao interlocutor. Já as categorias de “Interrogação” e de “Petição” configuram uma *relação de pedido* na qual o locutor se coloca em posição de inferioridade com relação ao interlocutor (Charaudeau, 2014, p. 86).

Em nossa análise, utilizaremos *a priori*, as categorias modais alocutivas de “aviso” e de “julgamento”, visto que a página do Senado Federal no *Facebook* tem a função de informar e avisar sobre as ações dos parlamentares. Entendemos que, ao comentar uma publicação, o sujeito comentante apresenta seu posicionamento, evidenciando traços de adesão ou recusa à postagem. Acreditamos que qualquer dizer comporta um posicionamento, sendo que, em alguns casos, isso ocorre de modo explícito e em outros não.

Pela categoria modal de aviso, temos como exemplo do material de análise o enunciado que precede a publicação abaixo (Fig. 4), onde está escrito “A Câmara dos Deputados aprovou o decreto presidencial que determina a intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de

Janeiro. O Senado aguarda a chegada da matéria, que deverá ser votada hoje à tarde”.

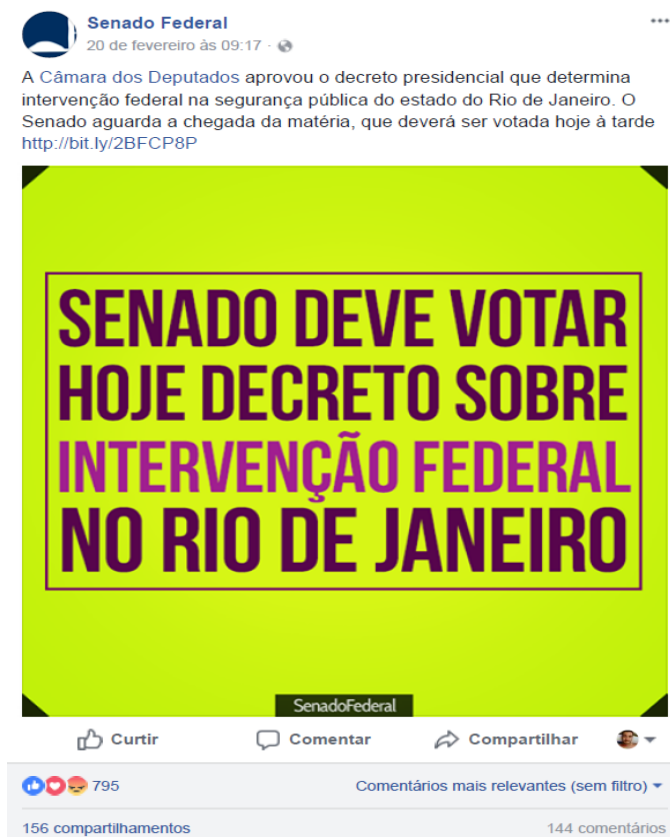


Figura 4 – Publicação 1 (Exemplo). Fonte: *Facebook*.

Neste exemplo¹³, percebemos que a publicação em forma de aviso informa sobre a ação dos parlamentares, sem uma opinião favorável ou contrária. Há, no corpo da publicação, um texto informativo sem traços de adesão ou recusa visíveis, o que apresenta características de um discurso relatado, conforme proposto por Charaudeau (2014).

Já na categoria de julgamento, a violência verbal incide em julgar um sujeito ou um grupo de pessoas. Por exemplo, ao chamar um grupo de “#Frouxos” evidencia-se um posicionamento negativo de definição, como se dissesse que não possui tais características.

¹³ Justificamos que algumas imagens utilizadas nas seções 3.1 e 3.2 aparecerão novamente no decorrer do texto. As repetições foram necessárias visto que, ora utilizamos na análise do *corpus*, ora utilizamos para exemplificar as categorias propostas por Charaudeau (2014).

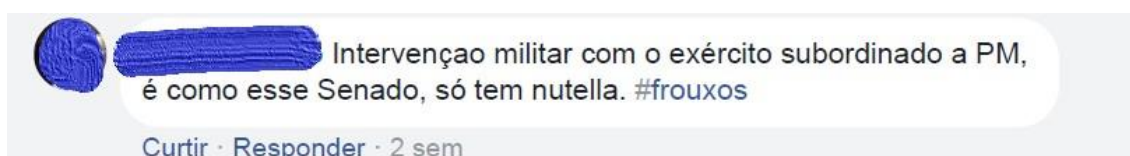


Figura 5– Comentário 6 (Exemplo). Fonte: Facebook.

No comportamento elocutivo, o sujeito falante enuncia seu ponto de vista sobre o mundo, sem que o interlocutor esteja implicado em sua tomada de posição (CHARAUDEAU, 2014), o que marca a perspectiva do enunciador, a maneira com que ele expressa um conhecimento internalizado. Charaudeau (2014, p. 83) afirma que “o resultado é uma enunciação que tem como efeito *modalizar subjetivamente* a verdade do propósito enunciado, *revelando* o ponto de vista *interno* do sujeito falante”. Ou seja, a referência utilizada pelo sujeito falante se inscreve em seu próprio universo discursivo, seu referencial de mundo.

O ponto de vista do sujeito enunciador, segundo o autor (ibid.), se apresenta por meio do *modo de saber*, de *avaliação*, de *motivação*, de *engajamento* e de *decisão*. O *modo de saber* indica o conhecimento sobre um determinado assunto, correspondendo às modalidades de “constatação” e de “saber/ignorância”; o ponto de vista por meio da *avaliação* demonstra um julgamento sobre o enunciado, apontando as modalidades de “opinião” e de “apreciação”; o ponto de vista de *motivação* especifica a razão pela qual o sujeito é levado a elaborar o conteúdo de seu propósito referencial, correspondendo às modalidades de “obrigação”, “possibilidade” e “querer”; o ponto de vista do *engajamento* especifica um grau de adesão a esse propósito, designando às modalidades de “promessa”, “aceitação/recusa”, “acordo/desacordo” e “declaração”; por fim, o ponto de vista de *decisão* que apresenta tanto o *estatuto* do locutor quanto o *tipo de decisão* que o ato de enunciação realiza, correspondendo à modalidade de “proclamação”.

Aqui, podemos exemplificar os comentários que apontam o engajamento do sujeito comentante e sua percepção e opinião em resposta a algo anterior, no caso, uma resposta à publicação. Como estamos analisando a violência verbal nos comentários, o nosso *corpus* apresenta uma avaliação ou

apreciação que se inscreve com aspectos contrários, de recusa à publicação ou a sujeitos ou grupos, como no caso do exemplo abaixo (Fig. 6) que, por meio do comentário, representa um ataque aos senadores que aprovaram a intervenção federal.



Figura 6– Comentário 10 (Exemplo). Fonte: Facebook.

Para Charaudeau (2014), no comportamento delocutivo o sujeito falante se apaga de seu ato de enunciação e não implica o interlocutor. Isso ocorre, a nosso ver, nas publicações da página e não os comentários dos seguidores. Podemos dizer que os responsáveis pela página Oficial do Senado Federal no *Facebook* assumem esse papel quando, ao transformarem uma ação dos senadores da república, adequam a mensagem para que circule na internet de forma simplificada.

Como exemplo, “foi publicado o decreto de intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro” (fig. 7): a página do Senado Federal transmite uma informação de modo que, a nosso ver, ocorre sem um julgamento de valor, sem comprometer o sentido primeiro do texto original (o decreto), de forma que se configura como discurso relatado.

Senado Federal
21 de fevereiro às 17:00 · 🌐

Foi publicado o decreto de intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro <http://bit.ly/2oggUNW>

INTERVENÇÃO NO RIO

AFINAL, O QUE DIZ O DECRETO?

DURAÇÃO DA INTERVENÇÃO	Até 31 de dezembro
JUSTIFICATIVA APRESENTADA	Por fim a grave comprometimento da ordem pública no estado
ONDE O GOVERNO FEDERAL PODE INTERVIR	Na área de segurança pública. O interventor terá o controle de todos os órgãos estaduais de segurança e pode requisitar recursos financeiros, tecnológicos, estruturais e humanos do estado
COMO FICAM AS DEMAIS ÁREAS	Áreas sem relação direta ou indireta com a segurança pública ficam com o governador
QUEM É O INTERVENTOR	General do Exército Walter Braga Netto, subordinado ao presidente da República

SenadoFederal

Curtir Comentar Compartilhar

2 mil

Comentários mais relevantes (sem filtro)

998 compartilhamentos 215 comentários

Figura 7– Publicação 4 (Exemplo). Fonte: Facebook.

Consideramos o comportamento delocutivo somente nas publicações da página do Senado Federal, e não nos comentários, uma vez que, ao comentar sobre qualquer assunto da publicação, os sujeitos comentantes não se apagam de seu ato de enunciação, apontando para posicionamentos éticos, sociais, históricos e culturais que trazem em sua subjetividade. Sobre o comportamento delocutivo, Charaudeau (2014, p. 83) afirma que,

Ele [o locutor] *testemunha* a maneira pela qual os discursos do mundo (provenientes de um terceiro) *se impõem a ele*. O resultado é uma enunciação aparentemente objetiva (no sentido de “desvinculada da subjetividade do locutor”) que faz a retomada, no ato de comunicação, de Propósitos e Textos que não pertencem ao sujeito falante (ponto de vista *externo*). (Grifos do autor).

Pelo fato de se tratar de uma retomada em que o locutor se apaga para que outros discursos, provenientes de terceiros, apareçam é que analisaremos

o comportamento delocutivo somente nas publicações da página e não nos comentários dos seguidores. Observaremos como a página do Senado Federal se posiciona ao relatar um discurso primeiro, sem que haja discordância entre o que consta no documento oficial e na publicação.

Por fim, com base no quadro de *procedimentos da construção enunciativa* de Charaudeau (2014), elaboramos outro quadro, mais suscinto, que abarca as categorias que serão contempladas nesta pesquisa.

COMPORTAMENTOS ENUNCIATIVOS	ESPECIFICAÇÕES ENUNCIATIVAS	CATEGORIAS DE LÍNGUA
RELAÇÃO DE INFLUÊNCIA (relação do locutor ao interlocutor) ALOCUTIVO	Relação de força (locutor/interlocutor) +-	Aviso Julgamento
PONTO DE VISTA SOBRE O MUNDO (relação do locutor consigo mesmo) ELOCUTIVO	Decisão	Proclamação
	Avaliação	Opinião Apreciação
APAGAMENTO DO PONTO DE VISTA (relação do locutor com um terceiro) DELOCUTIVO	Como o outro fala	Discurso relatado

Quadro 3 - CE – Construção enunciativa. Fonte: Síntese do quadro do Charaudeau (2014, p. 85).

3.2 Procedimentos discursivos

Os procedimentos discursivos apresentados por Charaudeau (2014) baseiam-se na utilização de certas categorias de língua ou de procedimentos dos modos de organização do discurso – narrativo, enunciativo, descritivo e argumentativo – para, no plano da argumentação, produzir determinados efeitos de sentido. Tais procedimentos são compostos por categorias de *definição, comparação, descrição narrativa, e citação*.

Charaudeau (2014, p. 236) afirma que “a *definição* é uma atividade de linguagem que pertence à categoria da *qualificação* e ao modo de organização descritivo”. Por essa perspectiva, observamos que a categoria de definição pode ser utilizada como base da maioria dos comentários analisados nesta pesquisa, posto que, muitas das ofensas partem de uma definição que visam desqualificar os sujeitos ou grupos alvos da violência verbal nos comentários. Como exemplo a definição de “comunistazinho de baixo clero” no comentário abaixo (Fig. 8):

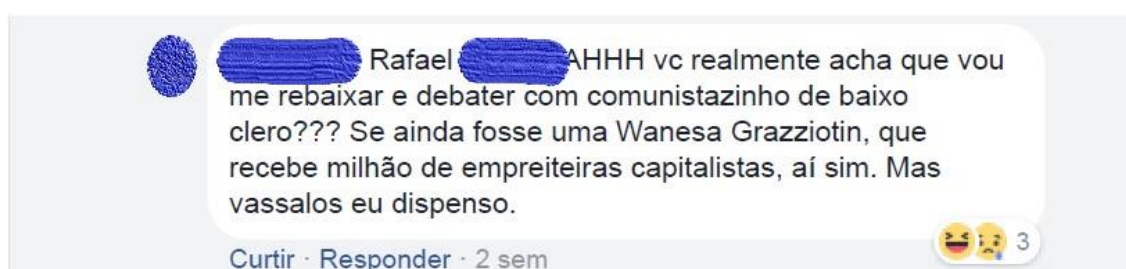


Figura 8– Comentário 1(Exemplo). Fonte: *Facebook*.

Para o autor (2014), a definição é utilizada com finalidade estratégica, sendo apresentada por ele em dois aspectos: a definição de um ser (objeto, pessoa, noção abstrata, etc.) ou a definição de um comportamento.

Sobre a comparação, Charaudeau (2014) considera que ela “participa, ao mesmo tempo, de duas categorias de língua: a *qualificação* e a *quantificação*” (CHARAUDEAU, 2014, p. 237). O autor assevera que a comparação está ligada à qualificação porque as propriedades elencadas, muitas vezes, apontam para que sejam destacadas semelhanças ou dessemelhanças; já a quantificação por se fazer comparações por quantidades, por graduação das propriedades elencadas. A comparação, a nosso ver, pode nos possibilitar discutir as possíveis comparações utilizadas para hostilizar e ofender por meio da linguagem, como no exemplo abaixo (Fig. 9), em que se compara o sujeito comentante a uma anta:

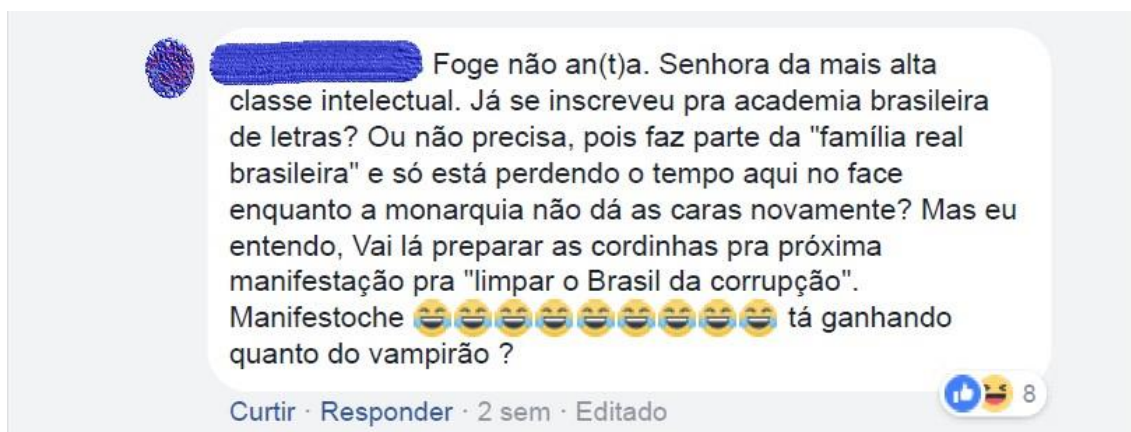


Figura 9– Comentário 2(Exemplo). Fonte: *Facebook*.

A *descrição narrativa* se refere a um procedimento que, segundo Charaudeau (2014, p. 39), “se assemelha à comparação, na medida em que é descrito um fato, ou contada uma história, para reforçar uma prova ou para produzi-la”. Entendemos que esse procedimento discursivo, no *corpus* desta pesquisa, nos possibilita resgatar certos elementos como “a Comissão Nacional da Verdade” mencionada no comentário abaixo (Fig. 10) como referência a um fato passado ou algo que possa vir a acontecer.

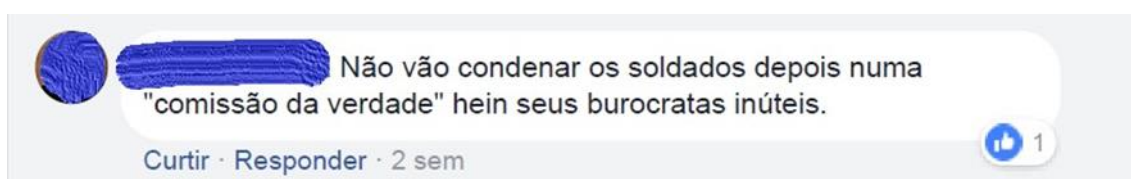


Figura 10– Comentário 5(Exemplo). Fonte: *Facebook*.

A *citação* se enquadra no discurso relatado. Esse procedimento discursivo consiste na referência, o mais fiel possível ou, “pelo menos dando uma impressão de exatidão”, como reconhece Charaudeau (2014, p. 240). Para o autor (*ibidem*), “a citação funciona como uma fonte de verdade, testemunho de um dizer, de uma experiência, de um saber”.

3.3 A página oficial do Senado Federal

Antes de discorrermos sobre a página oficial do Senado Federal no *Facebook*, apresentaremos as atribuições e um pouco deste que é um dos espaços de governabilidade do Congresso Nacional do Brasil, ao lado da Câmara dos Deputados, integrante do Poder Legislativo da União. Entendemos que esta apresentação é necessária em razão de, muitas vezes, qualquer ação do governo ser divulgada de forma sucinta, sobretudo no *Facebook*.

Segundo o portal institucional do Senado Federal (s.d.), “o Poder Legislativo brasileiro é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal”. Sobre o Senado, partimos da etimologia:

O nome remonta ao latim – *Senatus* –, Casa composta pelos anciões, chefes do patriciado, cujo papel era central no Império Romano. A importância dessa instituição na Antiguidade pode ser constatada pela sigla dos estandartes das legiões romanas, SQPR, cuja versão em português seria algo equivalente “O Senado e o Povo de Roma”, ou seja, o *Senatus* era o centro do poder formal. Na tradição republicana moderna, a ideia de que seja composto pelos mais experientes se mantém, pois, para se eleger senador, é necessário que o cidadão tenha completado 35 anos (SENADO FEDERAL, s.d.).

O Senado Federal do Brasil é composto por representantes dos Estados e do Distrito Federal que são escolhidos por meio de eleições. A quantidade de senadores eleitos é fixa: cada um dos Estados da Federação elege, de maneira igualitária, o número de três senadores. Dessa forma, o Senado Federal mantém a soma de 81 senadores, sendo três de cada Estado brasileiro mais três senadores que representam o Distrito Federal. (SENADO FEDERAL, s.d.). São atribuições do Senado Federal legislar e fiscalizar.

A função típica de legislar diz respeito à edição de atos normativos primários, que são aqueles cujo fundamento decorre diretamente da Constituição Federal, e que podem instituir direitos ou criar obrigações.” (SENADO FEDERAL, s.d.).

Já conforme o art. 49, inciso X, da Constituição Federal (1988), o Senado Federal tem a competência de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo.

Ainda de acordo com o Portal Institucional do Senado Federal (s.d.), a Constituição Federal e o Regimento Interno do Senado Federal preveem várias formas de os senadores atuarem na fiscalização, tais como:

requerer informação a ministro de Estado ou a qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República; apreciar contas da Presidência da República; fiscalizar e controlar atos do Poder Executivo; avaliar políticas públicas; e constituir comissões parlamentares de inquérito (SENADO FEDERAL, s.d.).

A página oficial do Senado Federal no *Facebook* foi lançada em 11 de agosto de 2010, sob o nome de *Agência do Senado*. Há um histórico de troca de nomes: *Notícias do Senado* em novembro de 2013; *Senado Notícias* em março e 2015; e, por último, *Senado Federal* a partir de 15 de julho do mesmo ano.

A referida página conta com o selo que o *Facebook* utiliza para definir páginas verificadas, páginas oficiais e autênticas para figuras públicas, empresas de mídia ou marcas, o que confere a credibilidade de página autêntica. O selo pode ser reconhecido por um símbolo azul em frente ao nome da página (Fig. 11). Abaixo, a página inicial do Senado Federal no *Facebook* em 11 de janeiro de 2019:

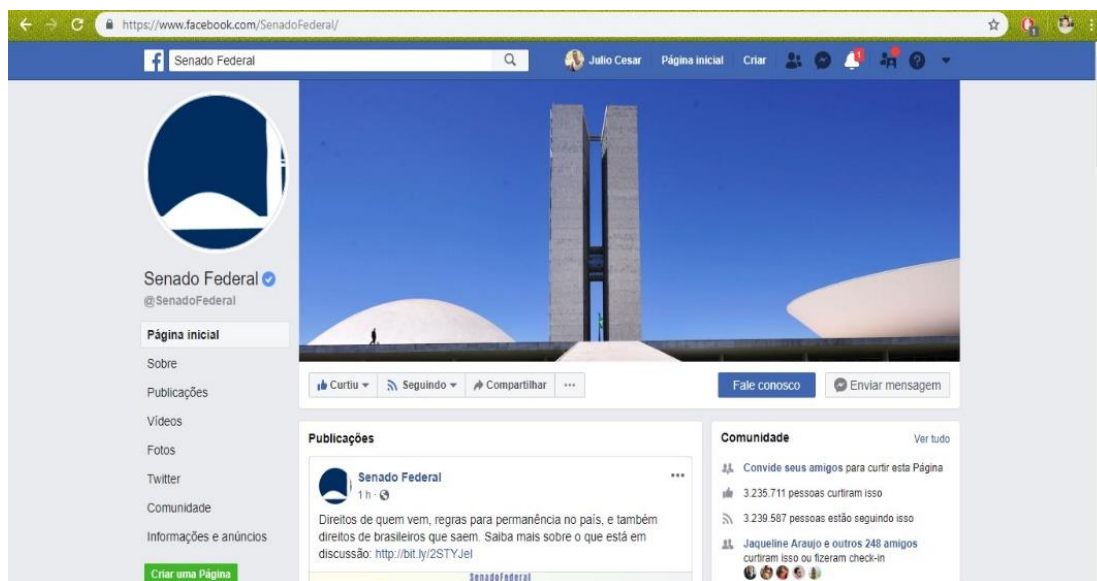


Figura 11– Página inicial do Senado Federal. Fonte: *Facebook*.

Com base nos dados do *Facebook*, até o dia 27 de dezembro de 2018, a página contava com o número de 3.235.711 pessoas que curtiram as publicações e com 3.239.587 pessoas que acompanhavam e seguiam as publicações realizadas na página do Senado Federal.

A página do Senado possibilita àqueles que seguem suas publicações tanto curtir, comentar quanto compartilhar as postagens que desejar. Além disso, existe a possibilidade de qualquer pessoa com uma conta no *Facebook* enviar uma mensagem (privada) aos mantenedores da página, no caso, a Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal.

As publicações feitas pela equipe de divulgação do Senado Federal no *Facebook* são compostas por postagens com cobertura das atividades legislativas e institucionais, cobertura ao vivo de eventos no Senado Federal, pedidos de opiniões sobre determinados assuntos e enquetes. Analisaremos justamente postagens sobre a intervenção militar no Rio de Janeiro em 2018.

A descrição nas políticas de uso (Fig. 12) é clara a fim de resguardar o posicionamento do Senado Federal a respeito dos comentários nas publicações postadas na página:

- a) O Senado Federal encoraja os leitores a comentarem as publicações. Os comentários dos leitores, no entanto, não representam a opinião do Senado Federal.

- b) Os comentários que forem considerados inapropriados ou ofensivos poderão ser removidos e, em caso de reincidência, a conta de quem os postar poderá ser bloqueada.
- c) Comentário difamatório, que moleste, ameace ou, de qualquer forma, viole direitos de terceiros, poderá ser retirado e encaminhado à Polícia do Senado para investigação.
- d) Para manter um ambiente de civilidade, comentários que não respeitem a urbanidade ou sejam agressivos poderão ser apagados. “Spams”, propaganda eleitoral, publicidade em geral, comentários que fujam ao tema e que contenham links externos também poderão ser removidos. Em caso de reincidência, a conta de quem violar essas regras será bloqueada para comentários (SENADO FEDERAL, s.d.).

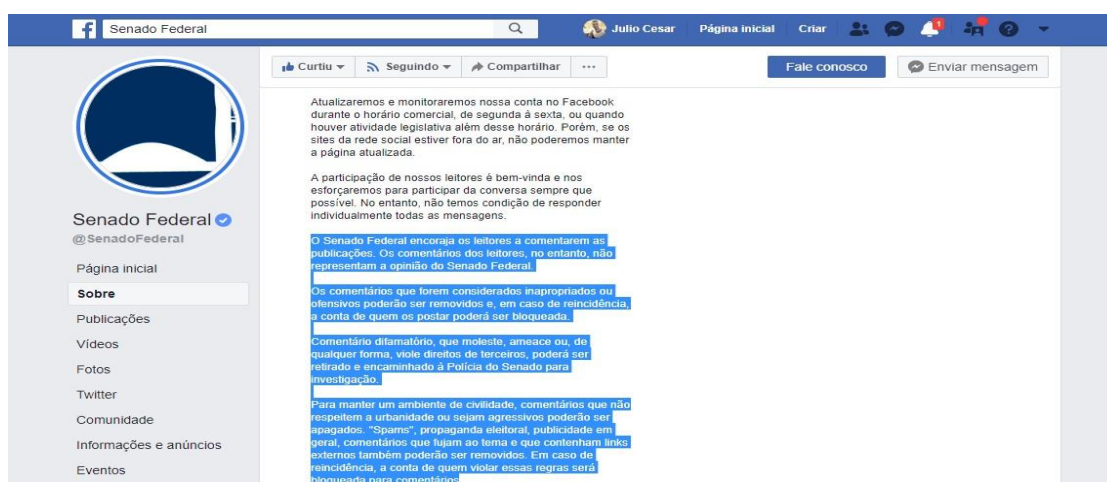


Figura 12– Políticas de uso. Fonte: Facebook.

3.4 Apresentação do material de análise

O conteúdo das postagens publicadas na página oficial do Senado Federal no *Facebook* que será objeto da nossa análise refere-se ao decreto de intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro, publicado em 20 de fevereiro de 2018, cuja justificativa é pôr fim ao comprometimento da ordem pública no Estado, tendo como interventor o general do Exército Walter Braga Netto, com subordinação ao presidente da República na época, Michel Temer.

A intervenção federal nos Estados está prevista na Constituição de 1988 e se refere a uma medida constitucional que permite à União¹⁴ interferir nos Estados em alguns casos, mas nunca tinha sido aplicada até então. Segundo uma das publicações do material de análise (Fig. 15, p. 78), a finalidade da medida seria “conter grave comprometimento da ordem pública”. Assim, a segurança pública do Rio sai da esfera estadual e vai para a federal, com comando militar, até 31 de dezembro de 2018.

Como veículo das ações do Governo, a página do Senado Federal publicou uma série composta de quatro postagens sobre a referida intervenção no Rio de Janeiro, o que provocou diversas reações dos seguidores no *Facebook*.

A primeira postagem (Fig. 13) publicada às 9h17min do dia 20 de fevereiro comunicou a possibilidade de o Senado Federal votar naquele dia se deveria acontecer ou não a intervenção federal no Rio de Janeiro. Segundo a publicação, o decreto já fora aprovado pela Câmara dos deputados e seria enviado para a votação do Senado Federal.

¹⁴ Segundo o site Jusbrasil, a União é pessoa jurídica de direito público interno, entidade federativa autônoma em relação aos Estados-membros, Municípios e Distrito Federal, possuindo competências administrativas e legislativas determinadas constitucionalmente. Disponível em: <https://fg.jusbrasil.com.br/noticias/102536/existe-diferenca-entre-uniao-e-republica-federativa-do-brasil-ariane-fucci-wady>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

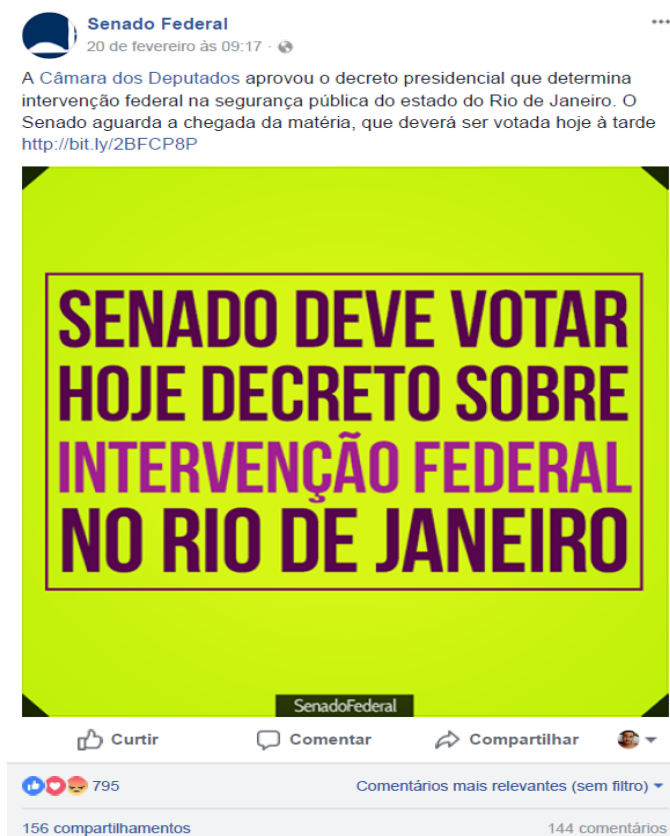


Figura 13 – Publicação 1. Fonte: *Facebook*.

Observando os comportamentos do modo enunciativo apresentados por Charaudeau (2014), o locutor seria a Secretaria de Comunicação do Senado, incumbida de atualizar as informações da página, enquanto o interlocutor seriam os seguidores que acompanham as publicações. Pelo comportamento enunciativo alocutivo, a categoria de *aviso* pode ser compreendida como a função de a página do Senado Federal, no *Facebook*, comunicar aos usuários seguidores uma ação ou possível ação a ser desenvolvida pelo Senado Federal. No caso, seria: “A Câmara dos deputados aprovou” e “O Senado aguarda”; são dois enunciados nos quais o sujeito se apaga.

Para Charaudeau (2014, p. 88), o locutor “estabelece, no seu enunciado, uma ação a realizar por ele mesmo, que pode estar ligada a uma condição”. Neste caso, a página, na posição de informante sobre as ações do Senado Federal, comunica que:

A Câmara dos Deputados aprovou o decreto presidencial que determina intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro; e, ainda, que O Senado aguarda a chegada da matéria, que deverá ser votada hoje à tarde (Fig. 13).

Portanto, vimos uma condição que precede a ação da votação pelo Senado Federal. Para que haja votação, é necessário que chegue a matéria, já aprovada pela Câmara dos Deputados.

A imagem acima (Fig. 13), com fundo verde, abaixo da descrição, com o verbo “dever” no futuro do indicativo, *Senado deve votar*, apresenta uma possibilidade, no sentido de que existe uma probabilidade de o Senado Federal aprovar o decreto naquele dia.

Ainda, sobre a categoria de *aviso*, Segundo Charaudeau (2014, p. 88), o locutor “sabe (*supõe*) que declarar sua intenção ao interlocutor é preveni-lo contra qualquer risco de degradação da situação”. Trata-se de uma forma de o locutor se assegurar de passar uma informação, de forma que, o caráter oficial da página do Senado Federal no *Facebook* assegura a veracidade da informação.

Para Charaudeau (2014, p. 88), o interlocutor ou o seguidor da página “acha-se dotado de uma informação que deveria permitir-lhe prevenir-se contra um risco ou tomar conhecimento da intervenção. Ele pode dizer: “Estou (fui) avisado”.”. Por meio do *Facebook*, o interlocutor pode se expressar utilizando ferramentas de *curtir*, *comentar* e *compartilhar*.

Sobre o que o autor apresenta como *relação de força* entre locutor/interlocutor nas especificações enunciativas, compreendemos que o uso dos símbolos (+-)¹⁵ apresenta a posição de o locutor; no caso a página do Senado Federal ser o emissor da publicação enquanto o interlocutor seguidor da página é o destinatário, portanto, o locutor ocupa, nesta situação, a posição de detentor do saber.

¹⁵ Ver quadro 3 (p. 69).

A segunda publicação (Fig. 14), a seguir, foi postada minutos depois de encerrada a votação, no primeiro minuto do dia 21 de fevereiro de 2018, com resultado favorável à intervenção federal no Rio de Janeiro. De acordo com a publicação, foram cinquenta e cinco votos favoráveis, contra treze desfavoráveis e uma abstenção.



Figura 14 – Publicação 2. Fonte: Facebook.

Nesta publicação, por meio da categoria de *proclamação* do comportamento enunciativo elocutivo, o interlocutor (seguidor da página) não está implicado como agente. Para Charaudeau (2014, p. 99), esse sujeito se instaura como “testemunha do locutor”, ou seja, o locutor “faz existir um ato¹⁶ no momento em que profere uma fala que descreve esse ato”. Dessa forma, o ato se refere à proclamação de um resultado, de que *o senado aprova a intervenção federal no Rio de Janeiro*.

Segundo Charaudeau (2014, p. 99), o locutor “*tem uma posição institucional* (ou considerada como tal), que lhe dá *autoridade* para fazer com que essa fala se torne um ato, o que lhe confere um certo caráter de

¹⁶ Segundo Charaudeau (2014, p. 99), a pragmática qualifica esse ato de “ato performativo”.

solenidade”. A página do Senado Federal no *Facebook* se firma em uma posição institucional, pois ela funciona como porta-voz das ações do Senado, o que lhe confere um caráter de solenidade¹⁷ pela autoridade de se publicar esse conteúdo.

Charaudeau (2014) ainda estabelece que o papel do interlocutor não está implicado na publicação, uma vez que este não tem o poder de intervir diretamente na decisão proclamada. Por mais que os seguidores da página discordem do que foi decidido pelo Senado Federal, como no caso dos comentários contrários e do uso da opção “grr¹⁸” (carinha de insatisfação ao curtir a publicação), sua posição, nesta instância, é de ser apenas uma testemunha da proclamação do locutor.

A terceira postagem (Fig. 15), abaixo, foi publicada também no dia 21 de fevereiro de 2018 às 8h30min da manhã, reafirmando a autorização do Congresso Nacional para que acontecesse a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro. A publicação traz uma legenda afirmando que a ação votada no Congresso divide opiniões, possivelmente com base no placar da votação em que a maioria optou por aprovar a ação no Estado.

¹⁷ Entendemos por caráter de solenidade a atribuição de autoridade a um determinado evento.

¹⁸ Ver figura 2 (p. 35).



Figura 15 – Publicação 3. Fonte: Facebook.

Nesta postagem, encontramos uma imagem de pontos turísticos do Rio de Janeiro como o Cristo Redentor e, no fundo, o Pão de açúcar, um complexo de montanhas localizado no bairro da Urca. Observamos a predominância da cor azul, mesma cor escolhida para o fragmento *Intervenção Federal*, o que contrasta com a descrição dentro do retângulo que afirma *grave comprometimento da ordem pública*. Pela nossa perspectiva, essa imagem coloca a intervenção como algo positivo e que traria ordem e organização para a cidade.

Sobre o comportamento enunciativo alocutivo, percebemos a categoria de *aviso*. Na terceira publicação (Fig. 15), o texto dentro do retângulo traz a seguinte descrição:

A intervenção vai durar até dia 31 de dezembro de 2018, com o objetivo, segundo o decreto, de extinguir o “grave comprometimento da ordem pública” no Estado. O interventor é o general Walter Souza Braga Netto.

Charaudeau (2014, p. 88) afirma que por meio da categoria de aviso, o interlocutor “é tido como não ciente da intenção do locutor”. O texto apresenta o prazo de término da intervenção, seu objetivo e o responsável pela ação. O que caracteriza como uma explicação para aquele interlocutor que desconhece o decreto em seu texto completo, e que se serve da página do Senado Federal no *Facebook* para manter-se informado.

A última publicação (Fig. 16) também foi publicada no dia 21 de fevereiro de 2018 às 17h. Nesta publicação, a página oficial do Senado Federal no *Facebook* apresenta as particularidades da Intervenção Federal, explicando de que forma aconteceria a ação. Dentre as formas de explicação para os seguidores da página estavam a duração da intervenção, a justificativa contendo as razões para que aconteça a intervenção, onde e de que forma o governo pode intervir e apresenta o general do exército Walter Braga Netto como o interventor ou o responsável pela ação, subordinado ao presidente da República.

Senado Federal
21 de fevereiro às 17:00 · 🌐

Foi publicado o decreto de intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro <http://bit.ly/2oggUNW>

INTERVENÇÃO NO RIO

AFINAL, O QUE DIZ O DECRETO?

DURAÇÃO DA INTERVENÇÃO	Até 31 de dezembro
JUSTIFICATIVA APRESENTADA	Por fim a grave comprometimento da ordem pública no estado
ONDE O GOVERNO FEDERAL PODE INTERVIR	Na área de segurança pública. O interventor terá o controle de todos os órgãos estaduais de segurança e pode requisitar recursos financeiros, tecnológicos, estruturais e humanos do estado
COMO FICAM AS DEMAIS ÁREAS	Áreas sem relação direta ou indireta com a segurança pública ficam com o governador
QUEM É O INTERVENTOR	General do Exército Walter Braga Netto, subordinado ao presidente da República

SenadoFederal

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

👍👍👍 2 mil Comentários mais relevantes (sem filtro)

998 compartilhamentos 215 comentários

Figura 16– Publicação 4. Fonte: *Facebook*.

A página do Senado Federal no *Facebook*, ao relatar uma ação do governo, se institui não como o próprio governo, mas como um outro: um porta-voz do Senado. Segundo Charaudeau (2014, p. 103), na modalidade do *discurso relatado*, “um locutor relator se dirige a um interlocutor, num determinado tempo e num determinado espaço para relatar o Discurso enunciado anteriormente por um locutor de origem”. No caso, “*Foi publicado o decreto de intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro*” (Fig. 16) se apresenta como discurso relatado.

Com isso, tem-se uma publicação que remete a uma ação e a um documento anterior. Trata-se de outra forma, outro espaço, outro tempo de se relatar algo decorrido. O decreto não é transcrito na íntegra como publicado pelo governo, mas compreende-se uma forma simplificada contendo sua ideia geral, o que é compatível com o *Facebook*.

Para Charaudeau (2014, p. 103), “o discurso emitido pode ser relatado com mais ou menos fidelidade, o que pode estar ligado a uma intenção clara ou não, da parte do relator”. Na publicação acima (Fig. 16) foram extraídas do decreto informações pontuais como: “duração da intervenção”, “justificativa apresentada”, “onde o governo Federal pode intervir”, “como ficam as demais áreas” e “quem é o interventor responsável”. Assim, os seguidores da página têm acesso a informações sem, necessariamente, terem que ler o próprio decreto.

Charaudeau (2014) afirma que, ao relatar um discurso, o locutor pode fazê-lo de maneira mais objetiva não intervindo ou não deixando marcas de sua adesão ou recusa ao discurso de origem. Ao analisarmos a quarta publicação (Fig. 16), compreendemos que, sendo um meio de comunicação em que o governo relata suas próprias ações, a publicação não apresenta marcas de adesão ou recusa por parte do locutor, trata-se de uma simplificação¹⁹ do que fora aprovado pelo Senado Federal.

Podemos perceber a retomada no trecho “afinal, o que diz o decreto?” (fig. 16), em que o locutor relator ou o enunciador expõe a informação do decreto, o que se difere, por exemplo, se estivesse escrito “o que eu digo do

¹⁹ Simplificação no sentido de um texto menos complexo que o original. Não se trata do decreto em si, mas uma publicação que elenca seus pontos principais.

decreto”. Portanto, o verbo *dizer*, no presente do indicativo, cria um efeito de imparcialidade.

Passaremos, a seguir para a análise dos comentários com violência verbal, apoiando-nos nos conceitos abordados neste trabalho, bem como nas categorias propostas por Charaudeau (2014), que nos auxiliarão a identificar as marcas discursivas que caracterizam posicionamentos ofensivos nos comentários.

3.5 A violência verbal nos comentários

Comentário 1

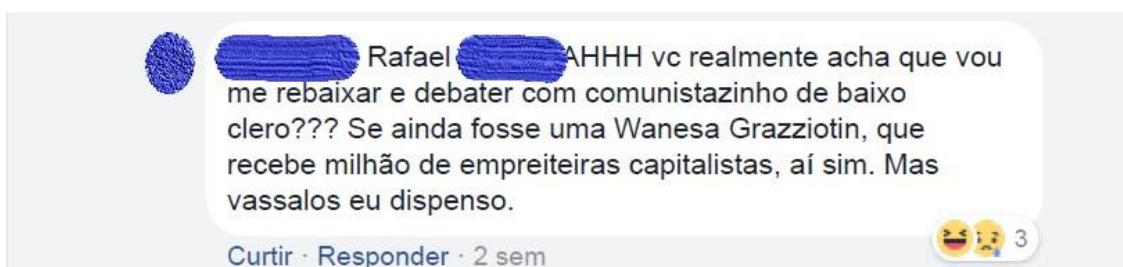


Figura 17– Comentário 1. Fonte: *Facebook*.

No comentário 1, acima, há dois trechos com violência verbal. O primeiro é “comunistazinho de baixo clero” endereçado a Rafael, que foi o autor da mensagem anterior, que gerou esse comentário. Trata-se de um enunciado ofensivo, entretanto, o substantivo comunista, por si só, não se configura como uma ofensa: mas ao tratar de outra pessoa como “comunistazinho de baixo clero”, nesse contexto, evidencia-se uma opinião negativa que visa à desqualificação de uma pessoa.

Comunistazinho é um termo pejorativo derivado de comunista; uma pessoa é denominada comunista quando se filia ou possui traços ideológicos que se aproximam do comunismo. Conforme o Minidicionário Aurélio (2000, p. 170), o termo comunismo designa “1. Sistema econômico e social baseado na

propriedade coletiva. 2. Sistema social, político e econômico desenvolvido teoricamente por Karl Marx, e proposto pelos partidos comunistas como etapa posterior ao socialismo”.

Chamar alguém de “comunistazinho” pode se configurar como uma forma de violência verbal, uma vez que, ao utilizar este vocábulo como definição, produz-se um efeito de sentido negativo. O sufixo adicionado, no caso o diminutivo “zinho”, intensifica o caráter ofensivo do comentário.

Apesar de o diminutivo ter o poder de conferir afetividade a um termo como por exemplo, “benzinho” ou “enjoadinho”, não é o caso do comentário “vc realmente acha que vou me rebaixar e debater com comunistazinho de baixo clero????”. Ao considerar o enunciado como um todo, dentro do contexto, o termo “rebaixar” apresenta uma negatividade e confere sentido pejorativo ao comentário. Notamos ainda que, além do uso do diminutivo, a expressão se completa com “de baixo clero” como forma de desmerecer ainda mais o sujeito.

A expressão “de baixo clero” designa alguém com pouca expressividade, pouco prestígio. Historicamente, eram chamados os padres de baixo clero aqueles que não tinham poder de influência e de decisão na igreja. Porém, neste comentário, o vocábulo apresenta uma forma de inferiorizar uma pessoa.

O sujeito comentante, ao chamar alguém de “comunistazinho de baixo clero”, se coloca na posição de superioridade, atribuindo-lhe características negativas, definindo-o de forma pejorativa. Charaudeau (2014), por meio do comportamento alocutivo, estabelece que o locutor atribui a si uma autoridade moral daquele que pode julgar.

Ao atribuir para si o poder de não apenas julgar, mas fazê-lo de forma violenta, constatamos que a questão moral, neste caso, se inscreve tanto no poder axiológico da expressão que carrega teor semântico negativo, quanto no contexto, e não apenas na linguagem utilizada. Isso ocorre quando, para além da escolha da expressão ofensiva, percebe-se uma intencionalidade da parte do locutor que se serve da linguagem para ofender.

Consideramos que o enunciado “comunistazinho de baixo clero” aponta para uma violência verbal de natureza ideológica, visto que se parte de

aspectos políticos e ideológicos como ser e não ser comunista. Aquele que não se identifica com o comunismo, que não se denomina comunista, utiliza este vocábulo como forma negativa para atacar alguém.

O segundo termo ofensivo presente nesse comentário 1 (Fig. 17) é “vassalo”, que é dirigido a Rafael, assim como o primeiro insulto. De acordo com o Minidicionário Aurélio (2000, p. 704), “vassalo” indica “o que dependia dum senhor feudal. 2. Súdito de um soberano”. Chamar alguém de vassalo implica, no caso do comentário 1, um julgamento que coloca Rafael, alvo do comentário, como subalterno e submisso a alguém que, pela fala do sujeito comentante, é uma pessoa de má índole. Dessa forma, entende-se que chamar alguém de vassalo nesta situação configura-se como uma forma de hostilidade e desmerecimento dessa pessoa.

O uso dos adjetivos pejorativos “comunistazinho de baixo clero” e “vassalos” utilizados para desqualificar um outro sujeito comentante se enquadram tanto no que Kayany (1998) quanto Balocco (2016b) tratam por violência verbal. Assentimos com as proposições das autoras, pois consideramos que o comentário possui em sua base uma linguagem utilizada intencionalmente para ofender.

Vanessa Grazziotin é citada no comentário 1 (Fig. 17) como aquela “que recebe milhão de empreiteiras capitalistas”. Ela é uma ex-senadora pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) pelo Estado do Amazonas, que também pode ser considerada alvo do comentário, embora não tenha sido utilizado nenhum termo pejorativo para ofender diretamente a ex-senadora.

Entende-se que ao ser citada como aquela “que recebe milhão de empreiteiras capitalistas”, esta referência é utilizada para desqualificá-la, rememorando o episódio em que fora denunciada ao Supremo Tribunal Federal (STF) por ter recebido doação de uma empreiteira e ter omitido informações sobre o ocorrido. Dessa forma, o que parece se apresentar como uma descrição objetiva se torna um desqualificador.

Em relação aos procedimentos discursivos, no comentário 1 (Fig. 17) o trecho “se ainda fosse uma Wanessa Grazziotin, que recebe milhões de empreiteiras capitalistas, aí sim, mas vassalos eu dispenso” possui a

expressão “se ainda fosse” no sentido de comparação. Charaudeau (2014, p. 237) sustenta que a comparação participa tanto da qualificação quanto da quantificação. Entendemos que, ao comparar Rafael com Grazziotin ocorre uma desqualificação desses sujeitos por meio de um grau de “comunismo” atribuído pelo comentante.

No caso de se tratar de um enunciado ofensivo, o sujeito comentante, por meio de um julgamento, desqualifica tanto Grazziotin – que não tem ligação direta nem com a publicação nem com o comentário – quanto Rafael, participante da interação no comentário. Dessa forma, nos amparamos em Carmelino (2018) quando a violência verbal se refere tanto a uma pessoa presente na interação quanto *in absentia*, ou seja, quando o sujeito da ofensa não está presente na interação.

Comentário 2

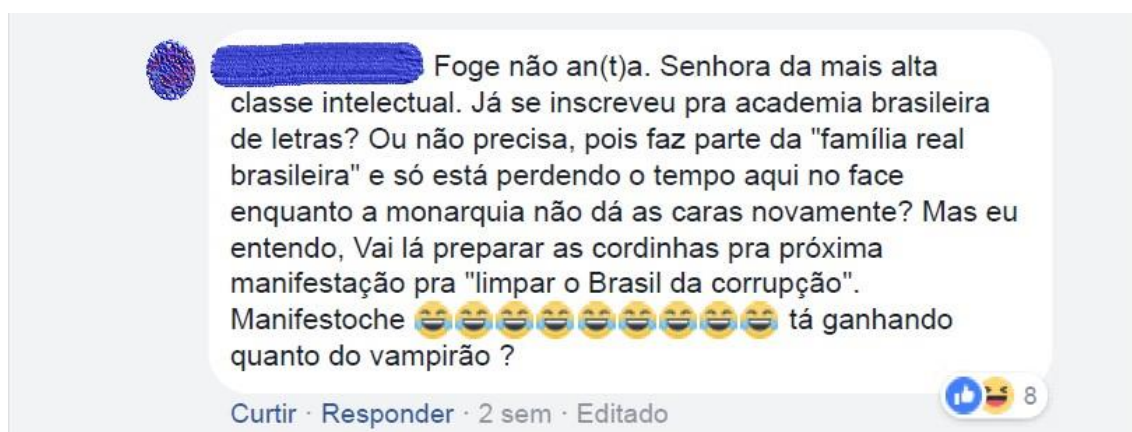


Figura 18– Comentário 2. Fonte: Facebook.

No comentário 2 (Fig. 18) há três termos com violência verbal:

Foge não **an(t)a**. Senhora da mais alta classe intelectual. Já se inscreveu pra academia brasileira de letras? Ou não precisa, pois faz parte da “família real brasileira” e só está perdendo o tempo aqui no face enquanto a monarquia não dá as caras novamente? Mas eu entendo, vai lá preparar as cordinhas pra próxima manifestação pra “limpar o Brasil da corrupção”. **Manifestoche** ... tá ganhando quanto do **vampirão**?” (negrito nosso).

O primeiro é o termo “an(t)a” endereçado ao sujeito comentante, que foi o autor da mensagem anterior gerador dessa resposta. Sobre a natureza da

violência verbal presente no comentário 2 (Fig. 18), foi identificada uma forma de atingir o outro pelo aspecto intelectual, que ocorre pela negação de um posicionamento, de um lugar social, da capacidade de realizar alguma tarefa. Isso fica mais claro por meio do vocábulo “an(t)a”.

A expressão “an(t)a”, utilizada para desqualificar um outro sujeito comentante é um exemplo de violência verbal de natureza intelectual. Segundo o *site*²⁰ do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), mantido pelo Ministério do Meio Ambiente,

A anta é um mamífero de grande porte, cujo corpo mede de 1,70 a 2,00m e pode pesar até 300 kg. É o maior mamífero brasileiro. Sua coloração é marrom escura e o focinho tem uma pequena tromba móvel. Nas patas anteriores possui quatro dedos e nas patas posteriores três dedos (s.d.).

A palavra anta adquiriu um sentido pejorativo sendo usada para referir-se a pessoas desprovidas de inteligência, tolas ou que cometem algum ato estúpido. Podemos entender que ao chamar o outro sujeito comentante de “an(t)a.”, ocorre um tipo de violência verbal de natureza intelectual, pois, a referência histórica do animal tido como desprovido de inteligência é transportada para o sujeito alvo do insulto presente no comentário. O excerto “Foge não an(t)a. Senhora da mais alta classe intelectual” foi utilizado para desmerecer e desqualificar alguém com posicionamentos contrários ao do sujeito comentante.

No caso desse enunciado ofensivo, a comparação ocorre não por uma semelhança física, mas por uma comparação culturalmente difundida, em que o animal anta é associado a burrice. Charaudeau (2014, p. 237), ao tratar do procedimento discursivo de *comparação* considera que “a comparação pode incidir sobre uma *semelhança* ou uma *dessemelhança* e pode ser objetiva ou subjetiva”.

O uso do formato da escrita “an(t)a.”, e não “anta”, pode ser considerado como uma estratégia discursiva que salvaguarda a responsabilidade do sujeito comentante, caso este venha a ser questionado ou sancionado por agressão

²⁰ Anta – *Tapirus terrestris*. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/FichasAnimaisRebio-3.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2019.

verbal pelas políticas de uso da página do Senado Federal no *Facebook*. De acordo com Dal Corno (2010, p. 40),

O impúblicável pode passar a públicável com um hífen ou um asterisco, e o impronunciável a pronunciável com uma mudancinha numa vogal ou consoante. É alguma coisa na junção de determinados sentidos com sons que tem um forte efeito sobre as emoções das pessoas.

Ao final do comentário 2 (Fig. 18), tem o termo “Manifestoche”:

Foge não an(t)a. Senhora da mais alta classe intelectual. Já se inscreveu pra academia brasileira de letras? Ou não precisa, pois faz parte da “família real brasileira” e só está perdendo o tempo aqui no face enquanto a monarquia não dá as caras novamente? Mas eu entendo, vai lá preparar as cordinhas pra próxima manifestação pra “limpar o Brasil da corrupção”. **Manifestoche** ... tá ganhando quanto do **vampirão?**” (negrito nosso).

O termo manifestoche pode ser considerado ofensivo e é dirigido aos manifestantes de orientação política de direita. Essa expressão se popularizou no carnaval, no desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro em 2018, quando a escola de samba Unidos do Tuiuti criou um tipo de vestimenta como crítica social a manifestantes de direita (Fig. 19):



Figura 19– Manifestoches. Fonte: Pragmatismo Político (2018).

Manifestoche é um insulto oriundo da combinação de manifestante com fantoche (boneco manipulado) para se referir àqueles que foram às ruas em protestos pelo *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT). A figura 19, acima, apresenta uma das alas da Unidos do Tuiuti no carnaval em alusão a manifestantes e ao boneco inflável que a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) levava para os protestos.

Remetendo a Paveau (2015), questionamos se o termo “manifestoche”, utilizado para desqualificar os manifestantes é passível de receber um valor moral, contudo, entendemos que a carga semântica atribuída ao termo não se inscreve apenas na linguagem, mas o sentido de manifestoche só é possível quando relacionado ao nosso contexto político atual.

O uso de *emoji* com carinha de gargalhada²¹, que sucede o termo manifestoche, intensifica e reafirma a utilização da expressão como forma de provocar a outra pessoa. Ao ser utilizado o termo manifestoche, consideramos que a natureza da violência verbal nesse primeiro excerto se enquadra na categoria da intelectualidade, em que a capacidade racional da pessoa é colocada em xeque. Chamar de manifestoche é uma forma velada de dizer que a pessoa é desprovida de inteligência, que é manipulável, que é “burra”.

O comentário 2 ainda contém uma provocação indireta ou velada a Michel Temer por meio do uso do termo “vampirão”. Segundo notícia²² do jornal O Globo, em maio de 2016, a bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, ao reagir ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, chamou Michel Temer de golpista e vampiro do povo brasileiro. Em seguida, também no carnaval de 2018, no Rio de Janeiro, a escola de samba Unidos do Tuiuti, em um dos carros alegóricos, levou uma figura de "Drácula" com traços físicos muito semelhantes aos do ex-presidente Michel Temer: um homem pálido vestindo terno e uma faixa presidencial verde e amarela cheia de cédulas de dinheiro.

²¹ Vide comentário 2.

²² Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/deputados-do-pt-chamam-temer-de-golpista-vampiro-19292721>. Acesso em: 2 de maio de 2019.



Figura 20– Vampirão da Tuiuti. Fonte: Midianinja (2018).

O personagem foi chamado oficialmente pela escola de samba de “vampiro do Neoliberalismo”. O vampiro é uma figura mitológica que sobrevive de sangue humano, pois ele suga a vitalidade de sua vítima. A partir dessas referências surgiram diversas postagens²³ chamando Michel Temer de vampiro.

Trata-se de uma crítica desqualificativa que tende a dizer que Michel Temer, em seu período na presidência da república, não agiu em prol da população brasileira. Na avaliação de uma parte da população brasileira, o ex-presidente retirou do país muitos direitos apontando para um retrocesso nas políticas públicas, sendo comparado ao vampiro que suga a vida dos seres humanos. Assim sendo, entende-se que o termo utilizado para referir-se ao ex-presidente o aponta como desqualificado para o cargo, atentando contra sua

²³ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/carnaval-do-rio-mostra-o-vampiro-temer/>. Acesso em 21 de maio de 2019.

idoneidade. Portanto o termo vampirão pode ser considerado como um insulto de natureza idônea que visa atingi-lo.

Outro ponto sobre o comentário 2 (Fig.18), é seu enquadramento no comportamento elocutivo, ou a relação do locutor consigo mesmo. Entendemos que ao atribuir o vocativo “vampirão” para Michel Temer, tem se um modo de avaliação que passa pelo domínio de valor ético, como se o ex-presidente fosse reconhecido como aquele que não agiu da maneira que se esperava, portanto é punido sendo chamado de vampirão.

Comentário 3

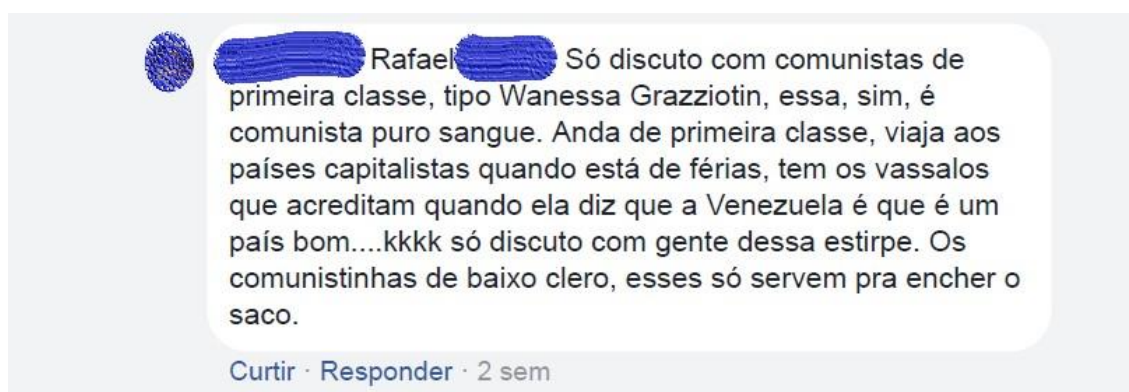


Figura 21– Comentário 3. Fonte: *Facebook*.

O Comentário 3, acima, contém dois trechos com violência verbal:

Rafael, **Só discuto com comunistas de primeira classe**, tipo Wanessa Grazziotin, essa, sim, é comunista puro sangue. Anda de primeira classe, viaja aos países capitalistas quando está de férias, tem os vassalos que acreditam quando ela diz que a Venezuela é que é um país bom....kkkk só discuto com gente dessa estirpe. **Os comunistinhas de baixo clero, esses só servem pra encher o saco.** (negrito nosso).

A primeira forma de violência verbal identificada no comentário 3 (Fig. 21) encontra-se no enunciado “só discuto com comunistas de primeira classe” e apresenta um posicionamento desqualificante que visa atribuir uma identidade estigmatizada (GROSSI, 2008). O comentário em si não prevê um insulto, porém, ao dirigir a palavra a alguém, dizendo que só discute com pessoas de determinado nível, a nosso ver, se trata de um desmerecimento

daquele sujeito, retirando dele o direito de discutir, de expor seu posicionamento. Ao afirmar que só discute com comunistas de primeira classe, o sujeito insultante desmerece o posicionamento de Rafael, como se dissesse que o que ele reconhece como bom e honrado, não é reconhecido como tal, não tem uma validação. Dizer que só discute com comunista de primeira classe seria como se a opinião do ofendido não tivesse valor, pois não é alguém do mesmo nível que Vanessa Grazziotin e, portanto, o insultante não considera o que ele diz ou pensa.

O procedimento discursivo de comparação, como sustentado por Charaudeau (2014, p. 237), pode ser observado no enunciado ofensivo como “um *efeito de ofuscamento* (desviar a atenção do interlocutor para um outro fato analógico que, por ser semelhante ao outro, impede que se examine a validade da prova)”. Neste caso, entendemos que esse ofuscamento da pessoa ou das proposições do sujeito insultado ocorre por uma comparação de *dessemelhança*, com Grazziotin. A nosso ver, trata-se de uma dessemelhança parcial, pois o sujeito ainda é visto como comunista pelo ofensor.

O segundo enunciado ofensivo do comentário 3 (Fig. 21) é: “Os comunistinhas de baixo clero, esses só servem para encher o saco”, que se assemelha ao termo utilizado no comentário 1 (Fig. 17) “comunistazinho de baixo clero”. Assim como no comentário 1, o diminutivo é utilizado não como um eufemismo, ou seja, não para suavizar o dito, mas funciona para desqualificar os comunistas, ou aqueles que estão sendo chamados dessa forma, pois há diferença entre ser comunista e ser chamado de comunista.

o termo “comunistinhas” é utilizado negativamente para desqualificar não um sujeito individual, mas um grupo de pessoas por seus posicionamentos ideológicos, o que é marcado pelo plural.

Comentário 4

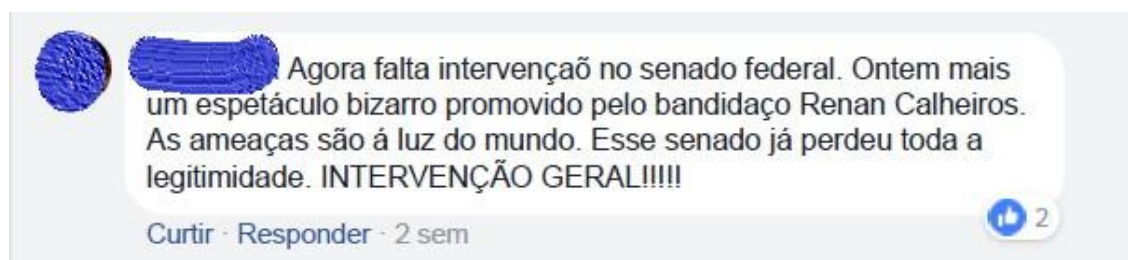


Figura 22– Comentário 4. Fonte: *Facebook*.

No comentário 4 (Fig. 22), acima, há um enunciado ofensivo direcionado a um senador “Ontem mais um espetáculo bizarro promovido pelo bandidaço Renan Calheiros”. Sobre tipos de violência verbal, retomamos Carmelino (2018, p. 44), ao expor que, insultos podem ser *in absentia*, isto é, “quando se referem a uma terceira pessoa, ou seja, o objeto da ofensa não está presente na interação”. Sendo assim, pode-se dizer que existe no comentário algo como um insulto direcionado a Renan Calheiros, mesmo que este não seja um dos sujeitos presentes na interação do comentário, sendo apenas citado.

Filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), antigo PMDB, Renan Calheiros é um político brasileiro que cumpre seu quarto mandato em 2019 como senador pelo Estado de Alagoas. Além de outras funções, Calheiros foi um dos presidentes do Senado Federal. Segundo o portal G1²⁴, o senador é um dos investigados por corrupção e lavagem de dinheiro no país, sendo um dos nomes levantados na Operação Lava Jato²⁵.

O termo bandido, que dá origem a “bandidaço”, segundo o Minidicionário Aurélio (2000, p. 87), se refere a “1. Malfeitor. 2. Pessoa de maus sentimentos.” Ou seja, um indivíduo que pratica atividades criminosas. Atentando à Novíssima Gramática da Língua Portuguesa, de Domingos Paschoal Cegalla (2008, p. 102), a palavra bandido é acrescida de um sufixo, isto é, sufixos “são elementos (isoladamente, insignificativos) que, acrescentados a um radical, formam nova palavra.”. O que podem alterar a significação do vocábulo

²⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2016/12/renan-calheiros-e-denunciado-por-corrupcao-e-lavagem-dinheiro.html>. Acesso em: 06 de maio de 2019.

²⁵ Segundo o *site* do Ministério Público Federal (s.d.), “A operação Lava Jato é a maior iniciativa de combate a corrupção e lavagem de dinheiro da história do Brasil. Iniciada em março de 2014, com a investigação perante a Justiça Federal.” Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato>. Acesso em: 06 de maio de 2019.

originário, no caso, o sufixo nominal “aço”, que concorre à ideia de aumentativo, em geral, carrega um tom depreciativo ou pejorativo.

Bandidação se diferencia de bandido, intensificando e ressignificando a expressão de forma que, neste contexto, marca o posicionamento de um sujeito insatisfeito com as atitudes de Calheiros que, ao escolher essa forma de definição, recorre ao histórico do político para legitimar sua opinião e hostilizá-lo por não ter tido uma conduta adequada na função de senador, que deveria ser atender às necessidades da população brasileira enquanto ocupante de tal cargo público.

Ao ser chamado de “bandidação”, constatamos que Renan Calheiros é alvo de uma violência verbal de natureza pessoal, uma vez que a face do senador é atingida. Ao tratarmos da violência de natureza pessoal, essa modalidade de ofensa pode estar entranhada a outras modalidades, de forma que algumas características podem estar presentes nessas outras formas de apreensão da violência verbal. Neste enunciado ofensivo, a imagem de Calheiros é atingida, com vista a desvalorizar sua reputação. Pode-se dizer também que o termo “bandidação” se apresenta como violência verbal de natureza idônea, por ser Renan Calheiros investigado por atos tido como criminosos.

Charaudeau (2014) caracteriza um dos procedimentos discursivos como a “definição”, que pertence à categoria de “qualificação”. Para o autor, essa categoria pode ser entendida por dois aspectos, definição de um ser e definição de um comportamento. Neste caso, propomos uma reflexão da definição de um “ser”, uma vez que pela denominação de “bandidação”, reconhecemos que se trata da qualificação negativa de ser, “ser bandidação”, não se diz que alguém está bandido, mas que é bandido.

Sobre a questão moral, nos apoiamos em Paveau (2015) para questionar se o termo “bandidação” carrega em si um aspecto moral ou se apenas no contexto ele pode ser significado. Entendemos que, se um amigo ao brincar com outro o chama de “bandidação” o tom é diferente, portanto, ainda corroboramos com a abordagem da autora que a questão moral, apesar de

inquietante no léxico, deve ser apreendida dentro de um contexto comunicacional.

Comentário 5

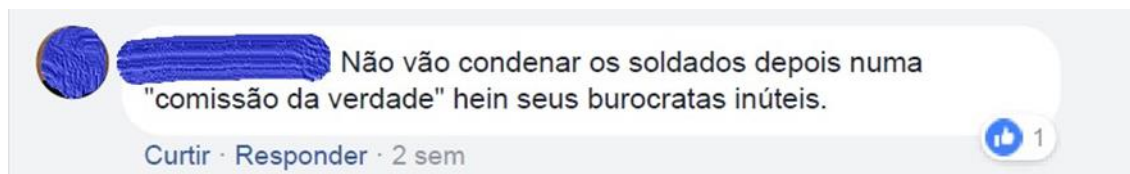


Figura 23– Comentário 5. Fonte: *Facebook*.

O comentário 5 (Fig. 23), acima, contém o enunciado ofensivo “seus burocratas inúteis”. Apesar de não apresentar explicitamente o alvo da violência verbal, entendemos que se referem aos senadores que têm o poder de tomar decisões. Portanto, a partir do quadro que propomos (Ver quadro 1 p. 51), podemos identificar que há uma ofensa, um ofensor e um ofendido. A ofensa é “seus burocratas inúteis” como forma de atacar aqueles que estão no poder, o ofensor os senadores que podem propor ou não uma comissão da verdade e por último o ofensor que é o comentarista dessa postagem.

A burocracia weberiana²⁶ foi desenvolvida após a década de 1940, surgindo assim a teoria da burocracia na administração. A burocracia pode ser entendida como um sistema de execução da atividade pública por funcionários com cargos bem definidos e que se pautam por um regulamento fixo, o que determina uma rotina e uma hierarquia com autoridade e responsabilidade bem demarcadas. Conseqüentemente, os chamados burocratas são aqueles que, de algum modo, tornam a administração mais eficiente, tentando sistematizar normas para o bom funcionamento da sociedade.

Trazendo para o contexto desse comentário, a burocracia pode ser entendida como uma forma de regular todo o processo por qual passa a intervenção federal no Rio de Janeiro, de maneira que busque assegurar tanto os deveres quanto os direitos dos cidadãos envolvidos. Hoje a burocracia é algo tido como negativo por se considerar que ela é inútil e atrapalha os processos e procedimentos em geral.

²⁶ WEBER, Max. O que é a burocracia? Conselho Federal de Administração. 2013. Disponível em: http://www.cfa.org.br/servicos/publicacoes/o-que-e-aburocracia/livro_burocracia_diagramacao_final.pdf . Acesso em 15 de maio de 2019.

Ao analisar a expressão “burocratas inúteis”, consideramos que o sujeito comentante evidencia traços de uma pessoa que corrobora com a intervenção federal, entendendo que a burocracia configuraria uma forma de atrapalhar o livre funcionamento das operações da intervenção. O termo burocrata acompanhado de “inúteis” tem maior potencial desqualificativo sendo ofensivo àqueles que têm o poder de regular a operação da intervenção federal no Rio de Janeiro. Nomear alguém de inútil é questionar sua utilidade e isso, no contexto do comentário, se apresenta como um desmerecimento. Desqualificar um sujeito, chamando-o de inútil, é uma maneira de desvalorizá-lo.

Trata-se aqui de uma expressão de hostilidade de natureza idônea, visto que se busca atingir a face profissional daqueles que têm o poder de interferir na forma com que a intervenção federal possa vir a acontecer, questionando a liberdade de os interventores agirem da maneira que bem quiserem.

Ainda no comentário 5 (Fig. 23), sobre os procedimentos discursivos elencados por Charaudeau (2014), identificamos algo próximo do que um tipo de citação:

Não vão condenar os soldados depois numa "**comissão da verdade**" hein seus burocratas inúteis (negrito nosso).

Para o autor, “a citação funciona como uma fonte de verdade, testemunho de um dizer, de uma experiência, de um saber” (CHARAUDEAU, 2014, p. 240). Apesar de aparecer de forma breve no comentário, entendemos que a referência à “comissão da verdade” se enquadra como citação pela perspectiva do autor. Segundo *site*²⁷ institucional da CNV (s.d.),

A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

Entendemos que a referência à Comissão Nacional da Verdade no comentário incide na citação de um saber, o que para Charaudeau (2014, p.

²⁷ Site institucional da Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php>. Acesso em: 15 de junho de 2019.

241) ocorre “quando a citação relata uma proposta científica, ou emana de uma pessoa que representa autoridade”. Apesar de o autor considerar como fonte desse tipo de citação uma proposta científica ou uma proposição vinda de alguém que represente uma autoridade, reconhecemos que o resgate da comissão da verdade e do que ela representa no contexto de um comentário em uma página governamental de assuntos políticos se enquadra na categoria de citação.

Percebe-se ainda que, a referência à Comissão Nacional da Verdade demonstra um posicionamento favorável à intervenção Federal no Rio de Janeiro. Ao que parece, o sujeito comentante seria contra uma comissão que julgasse os envolvidos na operação. Por fim, o enunciado ofensivo “hein seus burocratas inúteis” se apresenta direcionado àqueles que teriam o poder de criar essa comissão julgadora.

Comentário 6



Figura 24– Comentário 6. Fonte: *Facebook*.

O Comentário 6 (fig. 24), acima, contém dois enunciados que podemos entender como ofensivos:

Intervenção militar com o exército subordinado a PM, é como **esse Senado, só tem nutella. #frouxos** (negrito nosso).

A violência verbal no primeiro enunciado “esse Senado, só tem nutella” faz referência aos Senadores, uma vez que o alvo é o senado, ou aqueles responsáveis por ele. Na inscrição “esse Senado, só tem nutella”, o termo Nutella, que se refere à marca de um creme de avelã, assume um tom pejorativo, isso porque em 2018 circularam nas redes sociais vários memes²⁸

²⁸ Segundo Silva, J. (2018, p. 130), Shifman (2014) “define memes da internet como fenômenos digitais que compartilham características comuns referentes à forma, conteúdo e

associando o produto “Nutella” e o termo “raiz”. Para Silva, J. (2018, p. 133), “o meme denominado de *Raiz vs Nutella* se constitui de enunciados, seguidos ou não de imagens, que opõem dois tipos de perspectivas: uma de valor positivo e a outra de valor negativo.”

O termo Nutella refere-se a algo que não funciona como antigamente, não tem as mesmas características, ou não está como deveria estar. Já o termo raiz remete ao tradicional, ao antigo e que é eficiente, algo bem visto. Isso se dá pelo fato de hoje em dia as coisas serem muito mais "gourmetizadas" e, por isso, Para Silva, J. (2018):

As palavras *raiz* e *Nutella* passaram por um processo de reelaboração de sentidos. Em seu sentido dicionarizado, raiz é o órgão vegetal, fixo a terra, responsável pelo crescimento das plantas e pela absorção de água e nutrientes. Enquanto Nutella está associada a uma marca de um creme de avelã com cacau, conhecida e vendida mundialmente. Um produto popularmente conhecido pelo seu preço não tão acessível à população brasileira (SILVA, J. 2018, p. 133-134).

Com base nas proposições do autor, consideramos que essa comparação pode ser feita entre praticamente qualquer coisa, como por exemplo: "Político raiz x Político Nutella", "Cozinheiro raiz x Cozinheiro Nutella", exaltando o que é raiz como algo positivo e desmerecendo o Nutella tido como novo, artificial e de pouco valor.

Seguindo as proposições de Paveau (2015), consideramos que, a questão moral se apresenta nesse processo de significação e ressignificação que se dá por meio do contexto. Os sentidos atribuídos tanto a Raiz quanto a Nutella são socialmente construídos, dependem tanto da linguagem utilizada quanto do contexto para que os sentidos sejam projetados.

O procedimento discursivo de *comparação* nos permite constatar um efeito de julgamento ao ser utilizado o termo Nutella no referido comentário. Tomamos como base as proposições de Charaudeau (2014, p. 237) ao estabelecer que “a comparação é utilizada para reforçar a prova de uma

conclusão ou de um julgamento, produzindo um efeito pedagógico (comparar para ilustrar e fazer compreender melhor)”.

O comentário 6 (Fig. 24) ainda tem o seguinte enunciado: “Intervenção militar com o exército subordinado a PM, é como esse Senado, só tem nutella. **#frouxos**” (negrito nosso). O termo “#frouxos”, que é seguido por uma *hashtag*²⁹, se apresenta como um intensificador do enunciado ofensivo. Entende-se que o uso das *hashtags* não está associado ao ato de ofender, mas de aumentar a probabilidade de visualizações do comentário. Seguindo a lógica de algoritmos, o *Facebook* tem a possibilidade de contabilizar os usos da *hashtags*.

Ser frouxo, no contexto do comentário, é ser impotente, covarde, inexpressivo, quer dizer, não cumpre com as obrigações. Trata-se de uma definição, assim como exposto por Charaudeau (2014) a partir dos procedimentos discursivos. Se levarmos em consideração que a referência é sobre o Senado Federal, podemos dizer que está instaurada uma violência verbal contra a idoneidade desses servidores, como se não estivessem desempenhando seu papel de forma satisfatória, portanto uma violência verbal, apesar de não marcadamente, direcionada ao Senado.

Comentário 7

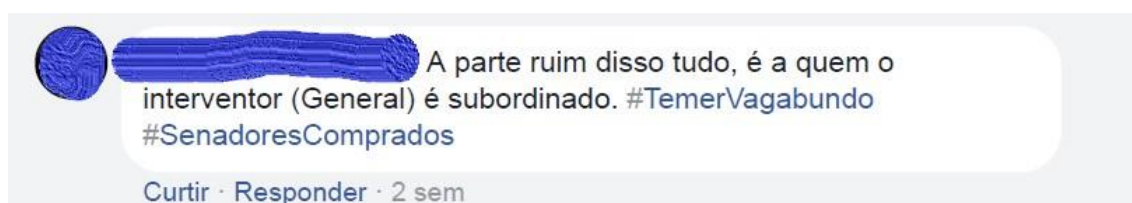


Figura 25– Comentário 7. Fonte: *Facebook*.

O comentário 7 (Fig. 25), acima, apresenta dois trechos com violência verbal a partir do uso de *hashtags*, “#TemerVagabundo” e

²⁹ Uma palavra ou uma frase precedida do símbolo # (é comum chamar o símbolo ASCII # de (cerquilha) de sustenido). [...] São mensagens curtas, utilizadas principalmente como uma espécie de moderador ad-hoc nos fóruns de discussão. Qualquer combinação de caracteres liderados por um sinal sustenido é uma *hashtag* (GOBBI, 2013, p. 170).

“#SenadoresComprados”, para tratar tanto do ex-presidente Michel Temer quanto dos Senadores do congresso nacional.

O primeiro trecho, “#TemerVagabundo”, contém a palavra vagabundo. Em seu sentido dicionarizado, o termo vagabundo significa aquele que leva vida errante, andejo, nômade; vadio; velhaco, canalha; de má qualidade, ordinário. Retomando os apontamentos que caracterizam uma violência verbal de natureza pessoal, o que se percebe é uma tentativa de atingir a imagem, a reputação de Michel Temer no aspecto pessoal a partir de uma caracterização individual. Assim como para Grossi (2008), constatamos que se instaura uma atribuição de características julgadas negativas para desqualificar e estigmatizar um sujeito.

No comentário 7 (Fig. 25) há outro trecho, “#SenadoresComprados”, que também vem acompanhado de *hashtag*. Afirmer que alguém é comprado fere a dignidade profissional desse sujeito. Quando se diz que um político foi comprado, reconhece-se que essa pessoa agiu de má-fé, não cumpriu com suas obrigações enquanto servidor público, favorecendo quem não devia ser favorecido, burlando as normas, as leis. Assim sendo, entendemos que, neste caso, existe uma ofensa direcionada aos Senadores.

Percebemos que o trecho “#SenadoresComprados” demonstra uma violência verbal de natureza idônea visto que, ao serem tratados como “comprados”, os senadores são questionados quanto à idoneidade, apontando para o estigma de que políticos são corruptos.

No comportamento elocutivo, em que aparecem marcas de um ponto de vista sobre o mundo ou, a relação do locutor consigo mesmo, Charaudeau (2014) aponta a modalidade de apreciação. Para o autor, “um fato é *pressuposto* e a esse respeito o locutor *diz* qual é o seu sentimento” (CHARAUDEAU, 2014, p. 93). Assim, entendemos que as ofensas verbais podem ser fruto de uma avaliação. Ao discordar das atitudes ou das ações desses governantes, avalia-se de forma negativa, por meio de ofensas que visam à desqualificação e desmoralização desses sujeitos. Charaudeau (2014) ainda estabelece que o julgamento ou a desqualificação não se baseia na razão, mas no afeto, ou seja, consideramos que esse enunciado

“#SenadoresComprados” evidencia muito mais uma forma axiológica de julgamento que de racionalidade.

Notamos que assim como no comentário 6, onde a violência verbal também é direcionada aos senadores, que se trata de uma ofensa direcionada à natureza idônea desses sujeitos. Visto que ao serem tratados como “#SenadoresComprados”, observa-se um insulto que busca julgar negativamente a idoneidade deles.

Comentário 8

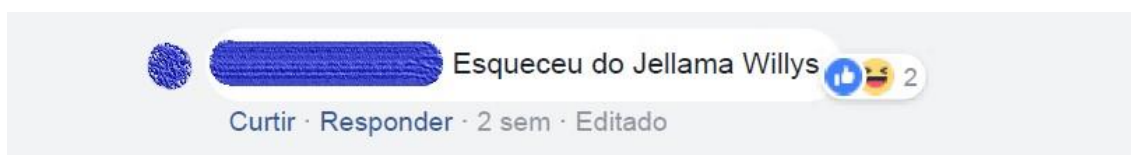


Figura 26– Comentário 8. Fonte: *Facebook*.

No comentário 8, acima, encontramos um enunciado ofensivo direcionado ao ex-deputado federal Jean Wyllys pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) no Rio de Janeiro que, por sua orientação sexual, é denominado no comentário como “Jellama Willys”. A feminização do nome do ex-deputado se dá pelo fato dele ser um homossexual assumido e defensor da causa LGBTQ+ ³⁰.

Ressaltamos que neste comentário, assim como na maioria dos comentários analisados até aqui, o enunciado ofensivo é direcionado não a outro sujeito comentante, mas a um terceiro que não está presente nem na publicação e nem nas discussões. São pessoas ou grupos exteriores às publicações, mas que foram resgatadas nos comentários para serem insultadas.

No comentário 8 (Fig. 26), o termo “Jellama”, tem teor pejorativo porque interpela o ex-deputado como se dissessem que se trata de “uma mulherzinha”. É possível perceber uma misoginia predominante nos xingamentos atribuídos

³⁰ LGBTQ+ é a sigla utilizada para denominar a comunidade composta por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros.

aos homossexuais, onde há ofensas que se apresentam como ódio e repúdio às qualidades femininas.

O sujeito comentante compara Jean com uma mulher e, assim, denomina-o de “Jellama” a fim de atingir sua masculinidade. Entendemos que isso ocorre de forma violenta, pois, pelo que parece, a intenção é desmerecer e desqualificar esse sujeito. Amparados por Charaudeau (2014), consideramos que os procedimentos discursivos de comparação podem ser visualizados como uma forma de comparar Jean a uma mulher. Isso ocorre de forma negativa e estigmatizada, como se todo homossexual quisesse ser ou se parecer com uma mulher.

A presença da curtida como forma de carinha engraçada “haha” (Fig. 2, p. 33), aponta a adesão de algum outro seguidor da página que, ao se expressar dessa forma, corrobora com a violência verbal direcionada a Jean Willys (Ver fig. 26). Levando-se em consideração que se trata de uma página de teor político, o comentário 8, acima, foi o único enunciado ofensivo encontrado que se enquadra como violência verbal de natureza sexual.

Ao tratar da higiene verbal, Paveau (2015) se ampara nas considerações de D. Cameron para abordar a questão axiológica na violência verbal:

D. Cameron mostra muito bem que a atitude valorativa é natural nos falantes, pois procede da crença numa autoridade superior que garantiria o respeito às normas: falar é realizar certo número de coisas, entre as quais avaliar as palavras, próprias e alheias. E a avaliação moral ocupa lugar importante na higiene verbal (PAVEAU, 2015, p. 37).

D. Cameron trata de uma atitude valorativa natural nos falantes que, a nosso ver, deveria funcionar como um filtro nas formas de se expressar, o que ela trata por “higiene verbal”. Contudo, entendemos que essa higiene verbal não acontece nesse enunciado ofensivo. A feminilização do ex-deputado ocorre de forma ofensiva e pejorativa para desmerecê-lo devido à orientação sexual.

Comentário 9

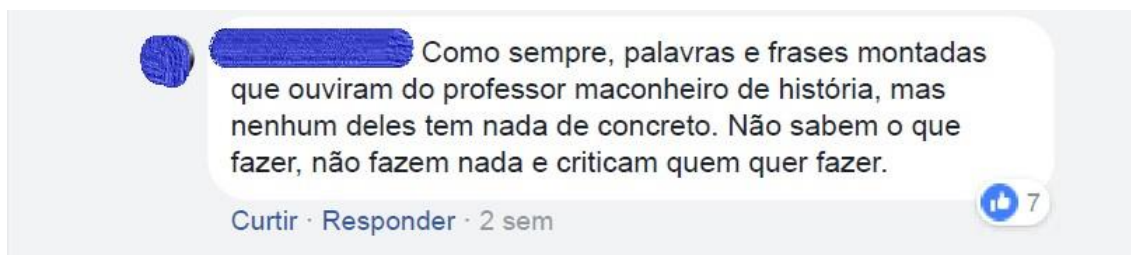


Figura 27– Comentário 9. Fonte: *Facebook*.

O comentário 9 (Fig. 27), acima, se apresenta, primeiramente, como uma crítica a outros sujeitos comentantes, generalizando-os, tratando-os como pertencentes a um grupo, mesmo sem a certeza de esses fazerem parte ou não desse grupo: “professor maconheiro de história”.

Como sempre, palavras e frases montadas que ouviram do **professor maconheiro de história**, mas nenhum deles tem nada de concreto. Não sabem o que fazer, não fazem nada e criticam quem quer fazer (negrito nosso)

Entendemos que ocorre uma projeção em atribuir aos professores de história um estereótipo que possui efeito negativo. Isso ocorre uma vez que a ofensa está em chamar o professor de “maconheiro”. Trata-se de algo mal visto na nossa sociedade, pois o consumo desse tipo de drogas é proibido. Isso sem levar em consideração que, no Brasil, é ilegal comprar e vender maconha, o que pela ótica do supracitado enunciado ofensivo, além de desqualificar e ofender o professor de história, o coloca como infrator da lei.

Partindo da natureza idônea da ofensa, pode-se dizer que ataca-se a profissão do professor de história, como se esse profissional, ao ser estigmatizado como usuário de maconha não estivesse cumprindo suas obrigações de ensinar, como se não demonstrasse aptidão e capacidade para ocupar seu cargo.

Além da ofensa de aspecto idôneo quanto à função de professor, apresenta-se um atenuante, a denominação de maconheiro. A ofensa, por meio desse comentário recai sobre os professores de história como forma de atacar os que se filiam a perspectivas e concepções políticas de esquerda.

Ideologicamente criou-se o estereótipo de que esses profissionais são usuários de maconha. O que podemos associar ao que Charaudeau (2014) apresenta como definição de um ser nos procedimentos discursivos. Nessa perspectiva, os professores são caracterizados como “sendo maconheiros”, portanto, uma definição de *ser* e não de um *comportamento*.

Sobre o aspecto moral da linguagem, entendemos que o termo “maconheiro” não carrega em si um teor axiológico, mas é significado negativamente a partir de um contexto. No Brasil, ser maconheiro é visto como algo negativo, uma vez que o uso recreativo da maconha não é permitido aqui. Se levarmos em consideração os aspectos contextuais, ser maconheiro pode não ser categorizado como algo negativo, sobretudo em países como Uruguai e Canadá, onde seu uso é liberado ou tolerado.

Comentário 10



Figura 28– Comentário 10. Fonte: *Facebook*.

No comentário 10 (Fig. 28), há um enunciado ofensivo dirigido ao Senado Federal no qual são usadas as expressões “milícia de gângster” e “canalhas”. Segundo o Minidicionário Aurélio (2000, p. 341), o termo gângster é atribuído a “1. Membro de grupo de malfeitores que cometem assaltos e roubos à mão armada; 2. Indivíduo que por seu caráter e ações se assemelha, moralmente, a um gângster”. Portanto, a expressão “milícia de gângster” se apresenta como uma violência verbal contra o Senado Federal ou aos senadores, posto que reporta-se a uma organização criminosa ou a indivíduos afeitos à prática de crimes e ações condenáveis.

Ao ser utilizada a expressão “tornou-se”, podemos inferir que o senado não era considerado uma milícia de gângster, ou ainda, que senadores passados não praticavam atos criminosos como os que estão atualmente no

senado. Dessa forma, além de se remeterem ao senado de forma negativa, não se enquadram todos os senadores, mas os que no momento atual estão ocupando o cargo.

A violência verbal do comentário 10 (Fig. 28) fere a idoneidade das pessoas que compõem o Senado, pois é direcionada a cargos e funções, como se dissessem que dentro do Senado, em sua função laboral, existe esse tipo de pessoa. Não entendemos neste caso como uma ofensa pessoal, mas idônea por atingir um grupo que parece não exercer coerentemente sua função trabalhista.

Além da idoneidade, uma violência de natureza moral também pode ser percebida, pois ao comparar o senado com um grupo que pratica assaltos e roubos, aponta-se para uma má conduta daqueles que deveriam se ocupar do bem comum, desempenhando sua função com transparência e compromisso com a população brasileira.

No comentário 10 (Fig. 28) há também violência verbal por meio do termo “canalhas”. Esse termo é utilizado para designar uma pessoa desprezível, infame, indigna. Entendemos que tanto “milícia de gângster” quanto “canalhas” são formas negativas que marcam a indignação contra um grupo, no caso, os senadores que representam o senado.

Assim como visto anteriormente no comentário 1 (Fig. 17) e no comentário 4 (Fig. 22), o alvo da violência verbal não está presente na interação, ou seja, os senadores não respondem ao comentário, mas ao serem rotulados por um sujeito comentante, são estigmatizados por uma possível má conduta. Charaudeau (2014) estabelece que na categoria de julgamento o locutor atribui a si a autoridade moral daquele que pode julgar algo como bom ou mau.

Segundo as proposições de Paveau (2015) quanto a moralidade dos enunciados, apontamos que tanto “gângster” quanto “canalhas” são termos geralmente utilizados de forma a desconsiderar uma pessoa ou um grupo. Entretanto, só conseguimos dar significado a esses termos a partir do contexto em que são utilizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral de nossa pesquisa foi analisar discursivamente a violência verbal nos comentários de publicações da página oficial do Senado Federal no *Facebook*. Em suma, notamos que a partir da página oficial do Senado Federal no *Facebook*, foi possível perceber traços de violência verbal nos comentários dos seguidores da página, cujo intuito era ofender, desmerecer e/ou desqualificar alguns sujeitos ou grupos. Constatamos que a página do Senado Federal tem sido palco para interações conflituosas, e que existe certa recorrência de violência verbal no modo de tratamentos dos sujeitos, sobretudo quando os enunciados são pautados por discordância de ideias, o que caracteriza posicionamentos com direcionamentos potencialmente ideológicos nos comentários.

Outro objetivo foi investigar o funcionamento discursivo das redes sociais, considerando a facilidade/viabilidade da publicação de comentários ofensivos. Ao tratarmos das ocorrências que indicam posicionamentos ofensivos nos comentários, nos apoiamos tanto em Paveau (2015) quanto em Carmelino (2018) para investigar sobre uma possível questão axiológica da linguagem. A análise mostra que a materialidade em si pode não carregar a ofensa sendo o efeito histórico e comunicacional que efetivará essa violência. Dessa forma, reconhecemos que as condições éticas e morais, nesse caso, não se encontram na materialidade textual, mas que as questões axiológicas adquirem sentido dentro de um determinado contexto. Isso possibilita afirmar que, apesar de existirem termos marcadamente negativos, sua apreensão leva em consideração a situação de comunicação.

Analisar a violência verbal é adentrar em um espaço discutido por diversos campos do saber como a sociologia, a psicologia, a linguística, o direito dentre outros. Com isso, reconhecemos que, apesar de todos os estudos sobre essa temática, ainda há muito que se considerar, sobretudo pelos impactos sociais que a violência verbal tem tido, principalmente nas redes sociais. Há uma percepção mais recente apoiada em bases jurídicas que criminaliza a violência verbal.

Constatamos que, ao tomar o conceito de a violência verbal como a utilização da linguagem para se dirigir a alguém ou a um grupo de modo a ofender, desmerecer ou desqualificar não partimos de uma concepção nova, mas de estudos anteriores que se complementam, como os da linguagem disfêmica (Dal Corno, 2010); os de *Flaming* (Kayany, 1998); polidez na linguagem (Culpeper, 2011); e o politicamente correto (Paveau, 2015).

Diante das análises e das discussões, concluímos que na maioria dos comentários, ou em muitos espaços em que ocorre a violência verbal, o sujeito que ofende se afasta daquele que é ofendido, assumindo para si características contrárias. Isso marca uma questão axiológica muito mais ligada ao contexto, ao conhecimento de mundo que o sujeito comentante tem do que do próprio léxico ou da própria estrutura textual.

Tivemos também nesta pesquisa o objetivo de caracterizar o comentário eletrônico como um gênero. Para tanto, nos apoiamos em Costa Val (2001), ao apontar que não falamos e escrevemos palavras, nem frases, nem textos, mas falamos e escrevemos a partir de gêneros. Dessa forma, entendemos que tratar do comentário eletrônico a partir da ótica dos gêneros, nos possibilita apreender que os textos que usamos nas diferentes práticas sociais de linguagem pertencem a adequações em cada situação comunicativa.

Reconhecemos que, ao definir uma materialidade linguístico-discursiva como gênero, abrimos a possibilidade de desenvolver diversas atividades, sobretudo na Educação Básica. Atividades estas que possibilitam tanto uma melhor interação com os estudantes quanto uma aproximação da vivência cotidiana destes, sobretudo em tempos nos quais as redes sociais e a internet têm se mostrado mais próximas das produções linguístico-discursivas que circulam na sociedade.

Buscamos também identificar a natureza da violência verbal nos comentários do *Facebook* na página oficial do Senado Federal. Quando tratamos da violência verbal nos comentários, reconhecemos que ela possui alguns direcionamentos que nos possibilitam categorizá-la em diferentes naturezas que são determinadas a partir de traços característicos que permitem diferenciar as possíveis temáticas manifestadas nos comentários.

A partir do *corpus* dessa pesquisa, foi possível encontrar seis diferentes naturezas das ofensas – idônea; sexual; pessoal; ideológica; intelectual e; moral – de forma que, cada uma dessas categorias possui suas especificidades, apesar de algumas não serem tão claras, como a violência verbal de natureza pessoal, que pode transitar por outras categorias.

Os dados mostram que, apesar de termos encontrado diferentes naturezas da violência nos comentários, no nosso recorte algumas são mais recorrentes que as outras. Levando em consideração o contexto dos comentários, a violência verbal de natureza idônea foi uma das mais constantes. Reconhecemos que atingir a idoneidade de um indivíduo ou grupo tem relação com a própria página do Senado Federal e sua proposta de temática política. Isso pode ser percebido visto que o direcionamento da violência verbal por meio da idoneidade demonstra a insatisfação por muitos políticos não atendem às expectativas da população.

Com o intuito de mapear as ocorrências que evidenciam posicionamentos ofensivos nos comentários verificamos que, se levarmos em consideração que os comentários foram extraídos de uma página cujas publicações são de temática política, a violência verbal é empregada, em sua maioria, em ofensas que atingem sujeitos e/ou grupos através dessa temática. Inclusive o caso do comentário sobre o ex-deputado Jean Wyllys que, apesar de ter sido categorizado como violência verbal de natureza sexual, se refere a uma pessoa que possuía cargo político.

A partir das discussões de Recuero (2011), Lévy (2010a,2010b) e de Castells (1999) sobre as redes sociais, esta pesquisa possibilitou compreender as diferenças entre redes sociais e *sites* de redes sociais, visto que estas concepções se diferenciam considerando os sujeitos ou os suportes pelos quais ocorrem as interações.

Para a análise, utilizamos as propostas de Charaudeau (2014) sobre o modo enunciativo para tratarmos da posição dos sujeitos comentantes e utilizamos os procedimentos discursivos de definição, comparação, citação e descrição narrativa. Tais categorias foram fundamentais para o desenvolvimento da análise, sobretudo as de definição e comparação, uma vez

essas categorias foram muito utilizadas como recurso para tratar das pessoas ou dos grupos alvos da violência verbal.

Consideramos que o diálogo que estabelecemos entre as proposições de Paveau (2015) sobre ética e linguagem e as categorias discursivas de Charaudeau (2014) representa um contribuição para o campo dos estudos discursivos, uma vez que a perspectiva analítica de Charaudeau (2014) contemplou aspectos da materialidade textual enquanto a abordagem de Paveau (2015) evidenciou a importância do contexto na produção dos sentidos dessa materialidade. Esse diálogo surgiu das características do material de análise e da perspectiva discursiva por nós adotada.

Entendemos que de forma alguma esgotamos a temática da violência verbal, contudo, os resultados obtidos nessa dissertação podem fundamentar pesquisas futuras como aprofundar a conceituação de violência verbal, considerando a diversidade de termos tais como insultos, xingamentos, ofensas, injúria dentre uma diversidade que demanda um estudo conceitual mais rigoroso. Ainda consideramos a possibilidade pesquisas futuras em que a violência verbal pode ser analisada em outros contextos e espaços, virtuais ou não.

Acreditamos que o conhecimento produzido na universidade, como o presente estudo, pode estimular o debate entre as pessoas, considerando suas perspectivas e saberes, a fim de gerar um novo conhecimento que, em fins práticos, fosse usado para a mudança social, para uma nova forma de observar as redes sociais na internet e as formas de tratamento com outras pessoas nesses espaços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMOSSY, R. **Apologia da polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017. 224 p.
- AURÉLIO, **O minidicionário de Língua Portuguesa**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. 790 p.
- AXT, M. **Linguagem e Telemática**: tecnologias para inventar - construir conhecimento. Educação, Subjetividade & Poder, UNIJUÍ - Ijuí / RS, v. 5, n.5, 1998. p. 20-30.
- BAERE, F.; ZANELLO, V.; ROMERO, A C. **Xingamentos entre homossexuais**: transgressão da heteronormatividade ou replicação dos valores de gênero?. Rev. Bioét., Brasília, v. 23, n. 3, dez. 2015. p. 623-633.
- BALOCCO, A. E. A representação de atores sociais em comentários eletrônicos: que figuras habitam o imaginário político dos brasileiros na atualidade?. Revista Gragoatá, v. 21, 2016. p. 423-444.
- BALOCCO, A. E. O Flaming (ou violência verbal em mídia digital) e suas funções na esfera pública. **Linguagem em (Dis)curso**, dez 2016, volume 16, no.3. 2016b. p. 503-521.
- BALOCCO, A. E.; SHEPHERD, T. M. G. A violência verbal em comentários eletrônicos: um estudo discursivo-interacional. **DELTA**, São Paulo, v. 33, n. 4, dez. 2017. p. 1013-1037.
- BENVENISTE, E. "O homem na língua", in **Problemas de linguística geral**. Trad. M. G. Novak e L. Neri. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Edusp, 1966. p. 245-315.
- BEZERRA, B. G.; PIMENTEL, R. L. **Normativismo linguístico em redes sociais digitais**: uma análise da fanpage língua portuguesa no facebook. Trab. linguíst. apl., Campinas, v. 55, n. 3, dez. 2016. p. 731-755.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 3ª ed. rev. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012. 120p.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm . Acesso em: 27 dez. 2018. 498p.
- CARMELINO, A. C. O pacto do insulto: variação estilística, moral e identificação em interações humorísticas. **Linguística**, Montevideo, v. 34, n. 1, jun. 2018. p. 23-44.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 698p.
- CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48. ed. revisada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008. 693p.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e Discurso**: modos de organização. Coordenação da equipe de tradução Ângela S. M. Corrêa e Ida Lúcia Machado. 2. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014. 249p.

CORREIA, P. M. A. R.; MOREIRA, M. F. R. **Novas formas de comunicação**: história do Facebook - uma história necessariamente breve. Revista Alceu, v. 14, n. 28, jan./jun. 2014. p. 168-187.

COSTA VAL, M. G. **O desenvolvimento do conhecimento linguístico-discursivo**: o que se aprende quando se aprende a escrever?. Veredas (UFJF. Impresso), Juiz de Fora, v. 5, n.1, 2001. p. 83-104.

CULPEPER, J. **Impoliteness**: using language to cause offence. Cambridge and NY: Cambridge University Press. 2011. 306p.

CUNHA, D. A. C. Reflexões sobre o ponto de vista e a construção discursiva de comentários de leitores na web. INVESTIGAÇÕES (ONLINE), v. 25, 2012. p. 21-41.

CUNHA, D. A. C. Violência verbal nos comentários de leitores publicados em sites de notícia. **Caleidoscópio (Online)**, v. 11, 2013. p. 241-249.

DAL CORNO, G. O. M. De paus e pedras a palavras: breve investigação sobre o insulto como linguagem disfêmica. **Revista Trama**, 2010. p. 39-49.

FACEBOOK. **Informações da página**: missão. Disponível em: https://www.facebook.com/facebook/info/?tab=page_info. Acesso em: 22 out. 2018.

GOBBI, M. C. **Comunicação em redes de afetos e emoções**. In: BARBOSA, M.; MORAIS, O. (Ed.) Comunicação em tempo de redes sociais: afetos, emoções, subjetividades, São Paulo: INTERCOM, 2013. p. 93-114.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Mathias Lambert. Rio de Janeiro: LTC, 1988. 176p.

GROSSI, G. **Os insultos, ou dos valores escondidos. Esboço de uma teoria das ofensas verbais**. 2008. p. 1-13. Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2032/gabriele%20grossi.pdf . Acesso em: 20 abril 2019.

GUIMARAES, A. S. A. O insulto racial: as ofensas verbais registradas em queixas de discriminação. **Estud. afro-asiát.**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 31-48, dez. 2000.

HARE, R. M. **A linguagem da moral**. Tradução de Eduardo Pereira Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 220p.

HJARVARD, S. Da Mediação à Mídiação: a institucionalização das novas mídias. **Parágrafo**, [S.l.], v. 3, n. 2, ago. 2015. p. 51-62.

HJARVARD, S. Mídiação: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural In: **Matrizes**, Ano 5 – Nº 2 jan./jun. 2012 - São Paulo - Brasil. p. 53-91.

KARHAWI, I. Influenciadores digitais: o Eu como mercadoria. In: Elizabeth Saad; Stefanie C. Silveira. (Org.). **Tendências em comunicação digital**. 1ed. São Paulo: ECA-USP, 2016, v. 1, p. 38-59.

KAYANY, J. Contexts of uninhibited online behavior: Flaming in social newsgroups on Usenet. **Journal of the American Society for Information Science**. (Special Issue: Social Informatics). Volume 49, Issue 12. 1998. p. 1135-1141.

LEVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 2010a. 272p.

LEVY, P. **O Futuro da Internet**. São Paulo: Ed. 34, 2010b. 258p.

MAGALHAES, J. L. Q.; SOUZA, T. R. Violência e modernidade. In: **Faces da Violência na contemporaneidade: sociedade e clínica**. Barbacena: EdUEMG - Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais, 2011, v. 1, p. 54-68.

MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008. 295p.

MICHAUD, Y. **A violência**. Tradução L. Garcia. São Paulo: Editora Ática, 1989. 116p.

MORAIS, A. R. A. **O pensamento inatingível: discurso, cognição e metáforas emergentes distribuídas**. 2015. 249f. Tese (Doutorado em Linguística) – Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

OLIVEIRA, P. E. V. O dano pessoal no direito do trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, Campinas, SP, n. 18, jan./mar. 2002. p. 131-161.

PAVEAU, M. **Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2015. 392p.

PEREZ, D. M. Método, ideologia e Estado: aproximações a partir do legado de Marx. Rev. **Katálisis**, Florianópolis, v. 21, n. 1, jan. 2018. p. 147-156.

PHILIPPI, J. N. **A natureza da violência: uma abordagem crítica**. Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos, Florianópolis, jan. 1996. p. 68-77.

- RAPOSO, J. F. Algoritmos, personalização e filtragem de conteúdo. In: Elizabeth Saad Corrêa e Stephanie C. Silveira. (Org.). **Tendências em Comunicação Digital** - Volume 2. 2 ed. São Paulo, 2017. 212p.
- RAPOSO, J. F. **Prosumers**: colaboradores, cocriadores e influenciadores. COMMUNICARE (SÃO PAULO), v. 17, 2017. p. 114-130.
- RECUERO, R. Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. **Verso e Reverso (Unisinos. Online)**, v. 28, 2014. p. 114-124.
- RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. 2 ed. rev. ampl. Porto Alegre. Sulina, 2011. 206 p.
- RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In.: MEURER, J. L., BONINI, A., MOTTA-ROTH, D. (Orgs). Os Gêneros: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005. p. 152-183.
- SAAD CORREA, E.; BERTOCCHI, D. **O algoritmo curador**: o papel do comunicador num cenário de curadoria algorítmica da informação. XXI Encontro Anual da Compós, 2012. 15p.
- SENADO FEDERAL. **História** - Portal Institucional do Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/documentos/sobre-o-senado/historia>. Acesso em: 28 dez. 2018.
- SILVA, A. **Metadiscorso na perspectiva de Hyland**: definições, modelos de categorização e possíveis contribuições. Letras, [S.l.], n. 54, p. p. 41, out. 2017. p. 41-67.
- SILVA, G. R. **Redes sociais e conhecimento químico**: aprendizagem e posicionamento dos sujeitos. 2015. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2015.
- SILVA, J. J. Os memes como fenômenos dialógicos. Revista **Multices**, v. 1, 2018. p. 132-144.